

Aprovado por unanimidade o projecto-lei do PCP sobre réplica política dos partidos da oposição na Rádio e TV

Taxas moderadoras recusadas no Parlamento por iniciativa do PCP

Págs. 1 e 2/Semana

De Janeiro a Julho Governo PSD/Cavaco acumula derrotas na Assembleia

Pág. 3/Semana

Situação social não pára de se agravar

Numerosas lutas nos mais diversos sectores assinalam a recusa dos trabalhadores face à política de desastre conduzida pelo Governo.

Pág. 5/Semana

Há 50 anos a Guerra Civil espanhola

Págs. 4 e 5/Em Foco

Avante!
Semanário
António Dias Lourenço
SUPLEMENTO N.º 4
24 de Julho de 1986
Não pode ser vendido
separadamente

ALTO DA AJUDA • 5, 6, E 7 SETEMBRO

Faltam 7 fins-de-semana

Festival na Alameda Pág. 4

Futebol de salão Pág. 3

Atenção o primeiro sorteio da EP é já dia 3 de Agosto! Pág. 3

Propriedade do Partido Comunista Português • Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX • Tel. 76 97 25 - 76 97 22 • Composição e impressão - Heska Portuguesa • Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Condições favoráveis a uma alternativa

O nosso povo adquiriu num rude combate de classe de mais de dez anos à política anti-Abril de restauração do poder económico e do poder político dos monopólios uma experiência notável.

É um capital precioso acumulado pelo nosso movimento operário, popular e democrático que é imperioso utilizar a cada passo, principalmente nos momentos cruciais.

O nosso povo aprendeu, por exemplo, a desnudar a verdade da política de mistificação dos governos empenhados na recuperação capitalista, a despi-la da roupagem enganadora da propaganda e contrapropaganda da direita restauracionista, a distinguir o objectivo da diversão política.

Aprendeu a conhecer na prática diária da vida e da luta o valor inestimável das conquistas de Abril, da legalidade e das instituições democráticas instauradas pela Revolução de 74 para defesa dos direitos e liberdades conquistados, dos seus interesses basilares.

Aprendeu, sobretudo, o valor da unidade, a fazer de cada sector específico do seu leque de actividades e de aspirações uma frente de luta, a eleger em cada momento a que assume carácter decisivo — a concentrar nela esforços, energias, iniciativa.

Frente social, frente política, frente institucional, frente económica, frente cultural — é a articulação de todas elas e a sua conjugação num todo que faz amadurecer, aproximar e catalisar os momentos de mudança.

Evidentemente é uma aprendizagem lenta, desigual. Mas dinamizá-la, imprimir-lhe sentido operativo quando as condições estão maduras é uma tarefa elementar do movimento operário e das forças democráticas de Portugal.

Os oito meses de Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD têm sido, a este respeito, extremamente instrutivos.

Um simples olhar retrospectivo mostra que o movimento popular de massas foi o caminho das profundas alterações políticas dos últimos meses de 85 e dos primeiros de 86.

Foi na sequência e num contexto de importantes lutas de massas por reivindicações imediatas e sentidas que amadureceram as condições políticas essenciais para travar, de maneira vitoriosa, as importantes batalhas eleitorais de 5 de Outubro e 15 de Dezembro de 1985, de 28 de

Janeiro e de 16 de Fevereiro de 1986, de importância decisiva para a democracia portuguesa.

No momento actual o problema de uma alternativa democrática ao Governo Cavaco Silva/PSD tornou-se um objectivo que é impossível adiar para as calendas gregas.

As fanfarronadas televisivas do Primeiro-Ministro, a encenação das medidas demagógicas do Governo, as miríficas «sondagens infalíveis» que atiram a «popularidade» do Governo dos 36% obtidos nas eleições de Outubro para os 80% (!!!) que os delirantes arautos da direita governante lhe atribuem já no momento actual, não têm força para ocultar a realidade da política cavaquista e da sua fraqueza e precariedade, do descontentamento popular, do agravamento de facto da situação social e económica do povo português e de Portugal.

Perante uma tal situação de facto, as forças democráticas, ao alcance das quais está a possibilidade excepcional de uma solução patriótica dos agudos problemas do Povo e do País, não podem — sob o risco de perderem a face — fechar os olhos e enterrar a cabeça na areia e permitirem por inconsequência política o prolongamento indefinido de uma crise generalizada e sem saída no quadro da política actual e do Governo actual.

Não se pode deixar de sorrir da verdadeira confissão de fraqueza política que se esconde por detrás das enfatuadas declarações do ministro Eurico de Melo à saída da reunião dos governadores civis quando afirma ter constatado nela que «o Governo tem boa imagem» (1).

A verdadeira «imagem» do Governo desenha-se com realismo no ascenso actual do movimento de massas e do descontentamento popular. A luta ampla e tenaz dos trabalhadores e de outras classes e camadas do povo português que se desenvolve de maneira impetuosa, a resistência popular sob as formas mais variadas à política do Governo Cavaco/PSD, constituem o traço dominante da situação nacional actual em que as sucessivas derrotas parlamentares governamentais imprimem um sentido político inconfundível.

As greves fortemente participadas dos trabalhadores dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto, da Rodoviária Nacional, da CP (dos barcos do Barreiro) que, por responsabilidade do Governo e dos gestores daquelas empresas públicas, estão provocando a desorganização de vastos sectores produtivos e afectando a vida das populações; a luta dos Bancários, cuja greve suspensa por

razões de negociação com as entidades patronais, não está em definitivo excluída; as vigílias, concentrações e outras acções colectivas dos trabalhadores da Têxtil, da Cristalaria, da Função Pública, da Saúde e de largos sectores das classes trabalhadoras do Norte, da Beira Litoral e da Beira Interior, do Oeste e do Ribatejo, do distrito de Lisboa (onde a quantidade e participação de lutas no mês de Julho atingiram um volume jamais atingido em anos anteriores), do Alentejo, dos pescadores de Olhão, dos mineiros da Borralha e da Panasqueira, são índices claros da má imagem de Cavaco e do seu Governo, da sua má política, das notórias perdas da sua base de apoio no mundo laboral.

Nos campos recrudescem o mal-estar, o descontentamento e a resistência dos agricultores à política governamental. Subidas de preços e dos custos dos factores de produção (nos adubos, nas rações para o gado, nos pesticidas, nas máquinas e alfaias); exigências excessivas na circulação dos gados, encerramento dos matadouros concelhios sem quaisquer medidas para obstar aos custos das grandes deslocamentos dos gados; a queda dos preços ao produtor da batata (a 10\$00 e menos enquanto se importa em larga escala a 18\$50); do vinho; a invasão do melão espanhol no mercado português em condições concorrenciais desfavoráveis aos produtores portugueses. Para muitos milhares de agricultores a «imagem» do Governo é a da ruína e desclassificação social.

Na zona da Reforma Agrária as «reservas» continuam a ser feitas como forma directa de destruição das UCPs. No concelho de Mora está ameaçada de destruição a UCP «A Luta é de Todos», no de Coruche, a Junção das Cooperativas da Volta do Vale, em Avis e noutras zonas do distrito de Portalegre mais cinco reservas foram agora notificadas de um dia para o outro.

A «imagem» do Governo nestas paragens é a de um governo inimigo do bem-estar social, inimigo do progresso económico e das garantias de subsistência de vastos sectores populacionais, de inimigo do povo.

As numerosas derrotas do Governo na Assembleia da República resultantes da convergência no voto dos partidos da oposição democrática obrigaram já a equipa Cavaco/PSD a importantes recuos tácticos.

O balanço da actividade parlamentar na sessão legislativa que esta semana vai terminar mostra uma elevação qualitativa da intervenção da AR na alteração dos projec-

Resumo

16 Quarta-feira

A Assembleia da República propõe ao governo a anulação do despacho que impediu a EPAC — Empresa Pública de Abastecimento de Cereais de participar no concurso aberto para importação de 70 mil toneladas de milho ■ Comemora-se, na AR o septuagésimo quinto aniversário da Constituição de 1911 ■ Centenas de trabalhadores da Centrel concentram-se em frente ao Ministério do Trabalho, em Lisboa, para repudiarem a tentativa de despedimento colectivo naquela empresa ■ Vereadores da APU denunciam, em conferência de imprensa, a má gestão da Câmara de Lisboa, cuja dívida ascende a 6,3 milhões de contos ■ O porta-voz da Casa Branca, confirma que a Administração-Reagan aceitou a proposta soviética para a realização de uma reunião especial sobre o Tratado Salt-2 ■ O secretário-geral da Comunidade Britânica, Shidath Ramphal, denuncia a política de apoio da Grã-Bretanha ao regime sul-africano e pede que Margaret Thatcher reveja a sua posição, a única voz discordante no seio da CEE ■



17 Quinta-feira

Entram em greve os trabalhadores da CP originando supressões e atrasos nos comboios, que afectam especialmente a zona sul do País ■ Trabalhadores de muitas empresas em situação difícil partici-



«Duas horas sentados na Rua Augusta»

pam numa acção de protesto, promovida pela União dos Sindicatos do Distrito de Lisboa: «Duas horas sentados na Rua Augusta» ■ A AR aprova, por unanimidade, um voto que reafirma o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste e rejeita a integração deste território na Indonésia ■ O Conselho Superior de Defesa Nacional emite um parecer favorável à proposta de lei do Governo que prevê a compra de equipamento para as Forças Armadas ■ O presidente Samora Machel anuncia a decisão de nomear Mário da Graça Machungo para o cargo de primeiro-ministro da República Popular de Moçambique ■

18 Sexta-feira

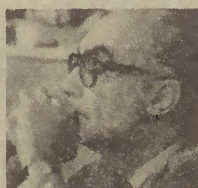
As negociações entre representantes dos conselhos de gerência da RN e do STCP e dos sindicatos destas empresas não registam quaisquer progressos, mantendo-se os calendários das greves anteriormente anunciados ■ As direcções dos sindicatos dos bancários aceitam aumentos de 14 por cento, tendo sido suspensa a greve de três dias ■ Comemora-se, no Cine Plaza da Amadora, o 7.º aniversário da Revolução Sandinista que devolveu a democracia à Nicarágua. Todos os inter-



Nicarágua: 7.º aniversário

venientes na sessão condenaram a ajuda americana aos agressores da Nicarágua ■ A UNITA promove em Lisboa uma sessão pública para lançamento de um livro de Jonas Savimbi ■ O Conselho de Estado da Guiné-Bissau decide comutar a pena a seis das doze pessoas condenadas à morte, por participação na tentativa de golpe de Estado de 17 de Outubro ■ O 68.º aniversário natalício de Nelson Mandela é assinalado pela população negra sul-africana com manifestações, durante as quais são presos 57 sindicalistas ■ A União Soviética acusa a Administração Reagan de «querer continuar a dar corda ao relógio da morte atómica» a propósito do último ensaio nuclear realizado durante a noite pelo Pentágono no Nevada. ■

19 Sábado



José Saramago

O Porto encontra-se privado de transportes colectivos, na sequência da greve de 48 horas dos trabalhadores do sector hoje iniciada ■ A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) acusa em comunicado o Governo de preparar uma ofensiva contra os direitos dos rendeiros ■ Terminam em Lisboa as primeiras jornadas parlamentares do PRD ■ É atribuído a José Saramago o Prémio D. Dinis pela sua obra «O ano da morte de Ricardo Reis». ■ Lisboa é a capital mais quente da Europa com uma temperatura do ar de 37 graus ■ Inicia-se no Estádio Nacional o campeonato nacional de atletismo ■ Dezenas de fogos devoram milhares de hectares de floresta e de mato em vários distritos da região centro do país ■ Mais de 60 delegações de 46 países e representantes de organismos internacionais participam nas comemorações do 7.º aniversário da Revolução Sandinista na Nicarágua ■ O comunicado final da cimeira da linha da frente adverte para o facto de que a África Austral «será envolvida num holocausto de consequências horrosas para todos os habitantes da região», caso o apartheid não seja suprimido ■

20 Domingo

A 3.ª assembleia concelhia de Santo Tirso está a decorrer nas Aves, na escola primária do «Bom Nome» ■ A União dos Sindicatos de Coimbra divulga um comunicado onde revela que a situação de desemprego no distrito está a agravar-se, ascendendo a dívida dos salários em atraso a mais de 215 mil contos ■ A CGTP-IN classifica como «irresponsáveis e demagógicas» as recentes declarações do ministro das Finanças segundo as quais daqui a 6 anos a taxa de desemprego poderá baixar para 4 por cento ■ A Fundação Calouste Gulbenkian comemora o seu 30.º aniversário ■ Os ministros do Petróleo da Arábia Saudita, Kuwait e Emiratos Árabes Unidos encontram-se no Abu Dhabi para tentar coordenar a política destes países da OPEP sobre níveis de produção petrolífera ■

21 Segunda-feira

O conselho do Sindicato dos Bancários do Centro rejeita e considera como uma traição à razão o acordo de princípio subscrito pela direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que prevê aumentos da tabela salarial na ordem dos 14 por cento ■ PCP exclui apoio a listas partidárias para a Comissão Regional de Turismo do Algarve ■ A CGTP-IN desafia o Governo a desmentir publicamente a listagem das 615 empresas com salários em atraso, que recentemente divulgou ■ O presidente da Argentina, Raul Alfonsín, chega hoje a Lisboa para uma visita particular de 15 horas ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros confirma em Bruxelas que Portugal irá desempenhar o papel de mediador na resolução do problema da África do Sul ■ O democrata-cristão Giulio Andreotti renuncia à tarefa de formação do governo italiano ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros de cerca de 50 países iniciam, em Adis Abeba, uma reunião de cinco dias para preparar a cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA) ■

22 Terça-feira

Três dirigentes sindicais da FESTRU e da Federação dos Ferroviários são detidos junto à Secretaria de Estado dos Transportes, onde aguardavam audiência para debater a situação na RN e na CP. ■ Governo autoriza encerramento das minas de volfrâmio da Panasqueira, Arcozeiro e Borralha. ■ A AR não autoriza o executivo a legislar sobre o regulamento disciplinar da PSP. ■ O Presidente da República, Mário Soares, recusa-se a receber o enviado especial do Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, após a execução dos seis condenados à morte naquele país. ■ A polícia racista sul-africana prende «elevado número» de militantes do ANC. ■ O Presidente Reagan afirma que o Governo de Pretória «não é obrigado a negociar» com as organizações anti-apartheid. ■ Eleições gerais em Moçambique decorrerão entre os dias 15 de Agosto e 15 de Novembro, é anunciado oficialmente em Maputo. ■ São iniciadas conversações sobre o SALT-II em Genebra.

tos governamentais em áreas significativas da política nacional.

Depois da derrota do Governo na questão do Orçamento Suplementar, da derrota parcial nas Taxas Moderadoras nas urgências hospitalares, da derrota da Lei dos Baldios, da Lei dos salários em atraso — que o Governo resiste em aplicar — outras se seguiram como a do Regulamento Disciplinar da PSP, os recuos parciais do Governo na Lei de Segurança Interna.

O Governo insiste nas suas propostas de leis repressivas claramente viradas contra o movimento operário e popular, como as do Estado de Sítio e do Estado de Emergência, ao mesmo tempo que reanima as práticas dos governos anteriores de repressão dos trabalhadores quando tentam dialogar com as autoridades governamentais sobre os problemas que os preocupam.

Anteontem três delegados sindicais da FESTRU foram presos à porta da Secretaria de Estado dos Transportes e submetidos a julgamento sumário que amanhã terá a decisão do Tribunal. No momento em que na AR são submetidos aos deputados os projectos de leis de Segurança Interna, do Estado de Sítio e de Emergência é sintomática das intenções repressivas do Governo a prisão destes delegados sindicais.

A aplicação da Lei das Rendas que está levantando os protestos vigorosos de largos extractos da população afectada está revelando os interesses que o Governo quis servir — os dos senhorios mais ricos contra a população mais pobre.

O ascenso da luta de massas e as derrotas parlamentares do Governo mostram que amadurecem rapidamente as condições para o substituir por um governo democrático e para a adopção de uma política democrática que vá ao encontro da solução urgente dos graves problemas da hora actual e conduza à melhoria imediata das condições de vida do povo, à liquidação do emprego e do drama dos salários em atraso, ao aumento e defesa dos postos de trabalho, a uma política agrícola que proteja a Reforma Agrária, rectifique as ilegalidades e injustiças, em suma a uma política económica e social progressista.

Como sempre, o PCP está disponível para o diálogo, a convergência, a discussão política com outros partidos da oposição ao Governo Cavaco/PSD que conduza a uma alternativa democrática.

A base minoritária de apoio do Governo enfraqueceu e tende a enfraquecer ainda mais. A base da oposição democrática maioritária alarga-se e robustece-se no plano social e político.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista
Português. Rua Soeiro Pereira Gomes -
1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25 76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
«Editorial Avante! SARL»
Sede Social: Av. Santos Dumont, 57, 3.º
1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28 77 98 25 76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcárcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
- 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 15-2.º Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tipagem média do mês de Junho: 33 475



Governo-catástrofe acumula desastres

O Governo de Cavaco Silva anda com o gás todo. Apesar de acumular desaires sobre desaires (observe-se o quadro que apresentamos na página 3) não desiste de inundar a Assembleia da República com legislação inconstitucional (e, em alguns casos, grosseiramente inconstitucional), no que parece já uma obsessão. É claro que nada disto acontece por acaso — e o caso é que o Executivo minoritário do PSD está lançado, a fundo, na contra-revolução legislativa, nesta ponta final dos trabalhos da Assembleia da República. E não se diga que o termo «contra-revolução» é excessivo ou «desactualizado» (como gosta de exorcizar a direita bem palrante) pois muito do que o Governo pretende pôr em xeque e a que anela dar «mate» constitui base fundamental do regime democrático construído com a Revolução de Abril: direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, ordenamento socioeconómico do País definido na Constituição, conquistas fundamentais dos trabalhadores e do povo português. Nesta circunstância, a semana parlamentar que medeou entre a feitura do nosso último número e a desta edição foi abundante em discussões em plenário, votações... e derrotas governamentais. Prometendo continuar-se assim até ao fim da legislatura, ao cair do mês de Julho (que não ao cair do Governo: a esse, para já, protege-o a época de férias que entra. Veremos, depois, quando ele sai...).

Tudo tem um princípio e o desta semana parlamentar aconteceu na terça-feira da semana passada, com a votação do parecer da Comissão dos Direitos, Liberdades e Garantias sobre os recursos do PCP e MDP à admissibilidade da Proposta de Lei n.º 30/4, que concedia ao Governo autorização legislativa para aprovar o Estatuto disciplinar da PSP — parecer que se pronunciava pela necessidade de um debate de fundo sobre a matéria

(o que veio a acontecer e a terminar exactamente uma semana depois, ou seja na terça-feira passada, com a rejeição e consequente derrota da proposta governamental. Voltaremos ao assunto mais adiante).

Mas que proposta era esta? A sua entrada e caracterização foram assim definidas pelo deputado do PCP, José Manuel Mendes:

«Apresenta (o Governo) tarde e a más horas a sua inicia-

tiva na Câmara, opta pelo caminho inadequado e obscuro da solicitação de uma competência delegada ao invés de submeter-nos: uma proposta de lei material, anexa um texto que, a merecer fé, está ligado de soluções que contêm com a moldura constitucional. (...)

Submete-nos, (o Ministério da Administração Interna) quase em cima de férias, com o beneplácito do Governo, um Projecto de Regulamento, acompanhado de um articulado que (...) visa subtrair os deputados à intervenção legislativa, à discussão aprofundada de matérias de reconhecimento melindre». E mais: «no quadro traçado» o Governo indiciava propor-se a lesar gravemente os direitos, liberdades e garantias dos agentes da PSP.

Mas se a terça-feira da semana passada prenunciava nova derrota do Governo na Assembleia da República (concretizada uma semana depois, como já referimos), o dia seguinte — quarta-feira — trouxe outros desaires à equipa de Cavaco Silva.

Toda a gente... menos eles

Primeiro, uma referência à votação, na generalidade e por unanimidade, do Estatuto da Re-

gião Autónoma dos Açores, que conduziu à preparação de um texto alternativo pela Comissão da especialidade (entretanto já aprovado e enviado, nos termos constitucionais, à Ass. Regional dos Açores). Logo aqui o partido governamental deu de si, votando solitariamente contra quase todos os pontos discutidos na especialidade...

Só que o resto foi muito pior, para o Governo, nesta «aziaga» quarta-feira, dado que o aguardavam dois desaires significativos — um, com a recusa de ratificação do seu Decreto-Lei sobre manuais escolares, outra com a aprovação do Projecto de Lei do PCP sobre Direito de Réplica dos Partidos da Oposição (que referimos em «caixa», nesta página).

O Decreto-Lei n.º 108/86 de 21 de Março estabelecia normas a que devia obedecer a escolha de manuais escolares a utilizar nos ensinos primário, preparatório e secundário. Com ele, o Governo pretendia perpetuar o sistema de alterações anuais dos manuais escolares, sem qualquer critério. O deputado Jorge Lemos, do PCP, chamou a atenção do plenário para alguns aspectos particularmente graves do diploma.

«Em primeiro lugar — afirmou — deixa de estar prevista a participação dos professores do ensino primário na escolha dos manuais a adoptar. Tal

participação é remetida para os directores de escola. (...) Em segundo lugar o sistema de selecção não assenta na qualidade pedagógica dos manuais, antes ficando dependente da capacidade económica das editoras (a escolha, segundo o decreto, far-se-ia entre as obras oferecidas pelos autores e editores, o que daria, logo à partida, maiores chances aos que inundassem as escolas de livros-oferta). Finalmente assume particular gravidade o disposto no artigo 10.º que prevê o «uso dos manuais escolares adoptados poderá ser suspenso, a todo o tempo, por Despacho do Ministro da Educação e Cultura». É um espanto, senhores deputados! O Governo lava as mãos na fase inicial, ao contrário do que anterior legislação previa, permite que todo o processo decorra sem intervir e, quando a escolha está feita, quando os alunos já compraram os livros, quando já os utilizaram, prevê a sua suspensão. E que vai suceder às famílias que já haviam comprado os manuais agora suspensos? Estará o Governo disposto a conceder-lhes a necessária indemnização?».

A AR recusou a ratificação de tal decreto, com os votos favoráveis de toda a gente menos do PSD... O Decreto governamental foi assim revogado, ficando em vigor o anterior regime.

Há mais na «calha»

A quinta-feira foi dominada pela autorização legislativa (n.º 21/4) ao Governo em matéria de Processo Penal. Odete Santos, deputada do PCP, afirmaria a propósito, que «o texto do Código do Processo Penal anexo à proposta não pode deixar de preocupar-nos quanto à forma como nele se desenha o futuro da Investigação criminal, como nele se limita a instrução jurisdicionalizada». E mais adiante: «É que no sistema do Código desenha-se já uma certa polarização de actos de instrução criminal. E, perante a falta de meios do Ministério Público (e tendo em conta que a falta

de meios serviu também para a depreciação da função do juiz de instrução), ocorre-nos perguntar se não iremos assistir à quase total policiaização da investigação criminal com todos os riscos para os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. É este, aliás, um dos métodos mais usados pelo Estado autoritário. Tudo faremos para que isto não aconteça».

Seria só na passada segunda-feira que se concluiria este debate, com a aprovação na generalidade da autorização legislativa (com os votos contra do PCP e do MDP), mas prevendo-se profundas alterações na especialidade, a impor pela oposição democrática na Assembleia da República, nomeadamente sobre matérias tão escandalosas (e perigosas) como as escutas telefónicas e buscas domiciliárias pretendidas pelo Governo.

Aliás, as preocupações sobre esta questão apresentaram-se um pouco ligadas às que, na Assembleia da República, igualmente foram manifestadas quanto à proposta de Lei de Segurança Interna, que, à hora do fecho desta edição, se encontrava em discussão na generalidade, após a votação que recusou as impugnações do PCP e do MDP sob a alegação de inconstitucionalidades diversas. Portanto, há mais «na calha». No próximo número daremos conta desta matéria, tal como da discussão da Proposta de Lei sobre a Reforma Agrária (contra a Reforma Agrária, melhor dizendo), igualmente impugnada pelo PCP. Pelas declarações das diversas bancadas da oposição democrática, é previsível que esta nova tentativa legislativa de aniquilação da Reforma Agrária será derrotada.

O que não é previsível, mas sim um facto consumado, é a derrota do Governo, referida no início, quanto à questão da autorização legislativa ao Governo para aprovar o Estatuto disciplinar da PSP: seria rejeitada liminarmente na terça-feira passada pelos votos do PCP, PS, PRD, MDP, a deputada de «Os Verdes» e o voto do deputado independente (ex-PSD) Rui Oliveira e Costa.

Sem «taxas», com réplica

Dois acontecimentos ocorridos nesta semana parlamentar, resultantes de iniciativas do PCP, merecem algum destaque, não apenas pelo seu significado político mas também pelas consequências positivas que traduzem.

O primeiro ocorreu no início da passada semana, durante a discussão da Lei de Alterações do Orçamento do Estado, quando foi aprovada pelo PCP, PS, PRD e MDP a revogação das taxas moderadoras em relação aos serviços de urgência dos hospitais e serviços de atendimento permanente, incluída numa proposta de alteração apresentada pelo GP do PCP, que propunha igualmente (embora não obtivesse maioria) a abolição das referidas «taxas» em relação às consultas nos hospitais, nos centros de Saúde e em caso de prestação de serviços de regime de convénio e ainda as relativas aos meios complementares de diagnóstico.

O segundo aconteceu dias depois, com a aprovação por

unanimidade em votação final global, do Projecto-Lei 87/4 do PCP sobre o Direito de Réplica Política dos Partidos da Oposição na Rádio e Televisão.

Em declaração de voto, apresentada por Jorge Lemos, o PCP regozijou-se com tal aprovação. «Queremos salientar — disse o orador — o ambiente cordato de interajuda em que foi possível trabalhar na Subcomissão da Comunicação Social e na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Com a votação acabada de realizar deu-se resposta, em termos legais, a um direito constitucional que vinha sendo negado pelas administrações quer da televisão, quer das emissoras de rádio. Esperamos que a partir deste momento, aprovado e clarificado que está este estatuto, não mais sejamos confrontados com actuações que ponham em causa os direitos legítimos dos partidos da oposição».



Está lá?

Está? É do... brr, clic, bzum, piiii... Não. Não se trata de ensaio sobre as potencialidades do acordo ortográfico, mas apenas uma modesta tentativa de descrição desse acto comezinho que é tentar fazer uma chamada telefónica.

Estranho? Talvez seja, embora não seja nada comparado com o manancial de coisas estranhas que a qualquer momento podem surpreender o mais pacato dos cidadãos nessa aventura pelas vias da comunicação à distância.

A coisa passa-se assim: munido das moedas da ordem, procura-se uma cabine (de preferência que tenha o equipamento completo, o que nem sempre acontece) e toca a cumprir as instruções; levantar o auscultador, esperar pelo sinal de chamada, colocar as moedas na ranhura, marcar o número desejado, esperar que alguém atenda do outro lado. Quando se consegue cumprir com sucesso todas estas etapas e as moedas já se foram é legítimo esperar estabelecer a comunicação desejada. Ora é neste ponto que com uma frequência: cada vez maior as surpresas acontecem. A voz que do outro lado respondeu à chamada desaparece e no seu lugar surgem os tais brrr, clic, clac, quando não sons de portas, vozes mais ou menos longínquas, o arfar de uma respiração e até, imaginem, música!

O exemplo da cabine telefónica não tem qualquer carácter de exclusividade. Os telefones caseiros são tão profícuos nestas ocorrências como os seus congéneres.

Que se saiba, nunca a Companhia dos Telefones veio a público esclarecer a que se devem semelhantes anomalias. Pelo contrário, é suposto que a competência dos seus trabalhadores e a crescente automatização dos serviços resulte na melhoria gradual dos ditos.

Então porque é que não resulta?

Já que se trata de uma questão verídica que amiúde temos oportunidade de testemunhar e não (antes fosse) de um devaneio pelos meandros da ficção, há que procurar respostas convincentes.

Das duas, uma: ou os TLP são de uma incompetência clamorosa ou anda gato escondido com o rabo de fora. A primeira hipótese não parece ter grande consistência. Na verdade, quem pode acreditar que falhas técnicas degenerem em música, arfa que arfa e coisas que tais? A menos que nos informem do contrário, não há razões para crer que os telefones estão todos ligadinhos a uma divertida central onde invisíveis trabalhadores ocupam as horas mortas com música de dança e traquinices infantis de interferência nas linhas. Façamos a justiça de acreditar que, a existirem — a tal fantástica central musical, os trabalhadores folgazões e os tempos mortos — teriam formas mais inteligentes de passar o dia.

Posto isto, fica o gato. O tal do rabo de fora. Que não terá rabo e certamente não será gato.

Por acaso até se tem vindo a falar disso na Assembleia da República, se não nos enganámos na hipótese. Ali fala-se contudo no futuro, ou seja, nos perigos, inconstitucionalidade, atentado à liberdade que **seriam** as escutas telefónicas previstas numa dita lei de segurança interna.

Seria? Tanto quanto sabemos, e até prova em contrário, isso remete para o futuro. Ou seja, o que ainda não é mas que pode vir a ser.

E então o nosso gato? Perdão, os brrr, clic, clac, la-la-ra (acordes...) prrrrrrr? Esses não **serão**, são! Presente do indicativo. Por acaso telefónico, no caso vertente.

Embora ninguém goste de ver as moedas ir pela ranhura abaixo sem a contrapartida desejada, há que convir que o problema aqui é outro, mais grave, mais sério, ainda que o tratemos com ligeireza... por enquanto. É que ali anda gato, anda, mas qual? Oficial? Oficioso? Clandestino? Mistério.

Legal é de certeza. Pelo que importa tirar o assunto a limpo, quanto mais cedo melhor. Até porque nestas coisas da tecnologia moderna ninguém pode garantir que ficou de fora. Se não nos precavemos um destes dias aparece por aí um novo *slogan*: não telefone, vá. É mais seguro.

■ A. F.

Assembleia da República

Reunião alargada do Grupo Parlamentar

Olhar o passado fazer o futuro

O Grupo Parlamentar do PCP efectuou no dia 18 de Julho uma reunião especial para analisar as experiências de trabalho nas Comissões e no Plenário da Assembleia da República, bem como os contactos com os eleitores e o diálogo com os Grupos Parlamentares dos outros partidos da oposição democrática. Participaram, como convidados, os deputados comunistas ao Parlamento Europeu e às Assembleias Regionais das Regiões Autónomas e os resultados da reunião foram apresentados aos jornalistas numa CI realizada no Palácio de S. Bento presidida por Carlos Brito, presidente do GP do PCP.

Partindo das recentes orientações do Comité Central do PCP em relação à acção parlamentar, o Grupo Parlamentar definiu posições sobre as matérias que se encontram em debate na Assembleia da República, e preparou ou iniciou a preparação de um vasto conjunto de iniciativas a apresentar até ao final da Sessão Legislativa, no decorrer do período de suspensão dos trabalhos do Plenário e no início da II Sessão Legislativa.

No decorrer da reunião constatou-se «a existência de uma nova situação parlamentar, decorrente das eleições de 6 de Outubro e do quadro político-partidário por elas conformado».

Esta nova situação traduz-se, segundo o GP do PCP, «num melhor funcionamento da Assembleia da República em todos os domínios, com particular realce para uma salutar resposta às práticas governamentalizadoras e um exercício mais eficaz das suas competências, designadamente, no campo da fiscalização e da acção legislativa».

Além disso «a convergência dos partidos democráticos contribuiu decisivamente para a rejeição de várias iniciativas inconstitucionais do Governo e dos partidos de direita, atentatórias dos interesses populares e das conquistas de Abril e para a aprovação de iniciativas e propostas com incidência positiva nas condições de vida do nosso povo e na defesa do regime democrático».

Nestas condições «relevar a acção do PCP, como tarefa de grande responsabilidade, a preparação de iniciativas legislativas que, podendo fazer vencimento na Assembleia da República, correspondam às aspirações e necessidades do povo português», sendo igualmente de grande importância propostas e iniciativas que, «podendo embora não reunir consensos favoráveis na Assembleia da República, chamam a atenção para grandes problemas do nosso povo e para o sentido das respostas que, no entender do PCP, lhes devem ser dadas».

Trabalho sem paralelo

Em seguida Carlos Brito enumerou alguns aspectos da intensa actividade produzida pelo Grupo Parlamentar do PCP na actual legislatura. Só no âmbito da competência legislativa da AR surgem dados que, vistos em conjunto, não deixam de impressionar. Ora aprecie-se:

«Apreciação de 64 Projectos de Lei, em diferente áreas, de que são exemplo entre outros domínios: no do **trabalho** (salários em atraso), no da **agricultura** (extracção e comercialização de cortiça, rede nacional de abate), no da **economia** (defesa das empresas nacionalizadas, critérios de atribuição de subsídios e eliminação dos títulos de participação de empresas públicas), no do **poder local** (finanças locais e regionalização), no da **habitação** (revogação da Lei das Rendas),



no dos **direitos das mulheres** (direitos das mães só), no do **ensino** (Lei de Bases do Sistema Educativo e Acção Social Escolar), no da **segurança social** (aumentos das pensões e reformas), no da **saúde** (baixa dos preços dos medicamentos), no da **juventude** (subsídios para jovens à procura do 1.º emprego), no da **comunicação social** (Lei da Radiodifusão, independência dos órgãos de comunicação social), no da **defesa da Língua portuguesa** (proibição dos estrangeirismos nos documentos oficiais).»

De salientar que dos 64 Projectos de Lei apresentados (4 dos quais em conjunto com outros partidos), 25 foram objecto de apreciação no Plenário, tendo sido aprovados na generalidade 18. Nove Projectos foram aprovados em votação final global, originando novas leis da República, de que se destaca a Lei contra os salários em atraso. Foi o Grupo Parlamentar do PCP aquele que apresentou maior número de iniciativas legislativas nesta Sessão.

Por outro lado, «utilizando o direito constitucional de marcação de ordens do dia e correspondendo aos compromissos eleitorais do PCP, o Grupo Parlamentar levou ao Plenário da Assembleia da República Projectos de Lei e Ratificações sobre: revogação do aumento da Lei das Rendas de casas, sistema de atribuição de subsídios de renda, direito de réplica política, segurança dos pescadores» e contribuiu ainda decisivamente para que fosse agendado o debate de importantes matérias como a Lei de Bases do Sistema

Educativo, a Lei de Finanças Locais e a criação do concelho de Vizela.

Houve muito mais

Mas houve muito mais, no trabalho do Grupo Parlamentar do PCP nesta legislatura — tanto que se torna impraticável enumerar tudo. De relevar, entretanto que:

• Em relação à **política orçamental** foi apresentado um vasto conjunto de propostas (algumas com outros partidos da oposição democrática) que «introduziram alterações positivas no Orçamento de Estado para 1986 e na Lei de revisão orçamental (Orçamento Suplementar)», sendo aqui de sublinhar a apresentação dos Projectos de Lei de revisão do enquadramento do Orçamento de Estado e de reestruturação do Tribunal de Contas;

• No âmbito da **actividade de fiscalização** foi apresentado um inquérito parlamentar às ilegalidades cometidas pelo MAP, uma moção de rejeição ao Programa do Governo, interpelado este sobre os ataques ao sector público da economia e à grave situação social (salários em atraso e desemprego), fiscalizados Decretos-Lei do Governo mediante apresentação de 71 Requerimentos de apreciação, em sede de Ratificação, apresentados 544 Requerimentos ao Governo;

• No **levantamento dos problemas concretos** «os deputados comunistas usaram a tribuna parlamentar para dar voz às reivindicações populares, defender os interesses regionais, denunciar a política governamental, produzindo 75 intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia». Além disso o GP do PCP efectuou nas suas instalações 180 entrevistas durante a presente sessão, merecendo ainda especial referência o trabalho dos deputados comunistas nas Comissões Parlamentares especializadas.

A reunião «deu particular atenção às importantes matérias cujo agendamento está previsto para o último período desta Sessão Legislativa», alertando, a propósito, a opinião democrática para a insistência do Governo de Cavaco Silva de levar à discussão a Proposta de Lei de Segurança Interna, bem como a de alterações da Lei da Reforma Agrária.

E quanto ao futuro imediato?

Aí, «tendo em vista dar uma contribuição positiva para a resolução dos graves problemas do Povo e do País», o Grupo Parla-

mentar do PCP prepara para breve a apresentação ou a realização de numerosas iniciativas; **inquérito parlamentar** ao processo de adjudicação das centrais digitais, levantamento das debilidades, dificuldades e problemas das delegações da Inspeção Geral de Trabalho, inquérito às condições em que os portugueses são atendidos nos diversos organismos públicos (com a particularidade de os deputados irem viver directamente essas situações, incorporando-se nas bichas que se alongam frente a hospitais, serviços de segurança social, da administração pública, etc.), levantamento das discriminações que continuam a atingir as mulheres, o mesmo para a situação prisional, acompanhamento das condições de abertura do novo ano lectivo.

As iniciativas atrás citadas inscrever-se-ão no âmbito da **actividade de fiscalização da Assembleia**. Mas há outras frentes:

para **preparação do Orçamento do Estado para 1987** o GP do PCP propõe-se «iniciar uma forma nova de preparação do debate do Orçamento do Estado, através de contactos com o eleitorado» (para o que tem previsto um vasto programa de contactos e visitas), tendo, por outro lado, **tomado as medidas necessárias para um incremento significativo das iniciativas legislativas a apresentar**, as quais avançarão em matérias tão importantes como **defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, direitos sociais, política de juventude, habitação, regionalização, direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, educação, defesa das empresas públicas, política externa, apelo à acção do movimento cooperativo**.

Em relação ao **funcionamento da Assembleia da República**, foi considerado urgente garantir «a maior operacionalidade e plena democraticidade nos trabalhos da Assembleia com vista ao exercício mais eficaz das suas competências», considerando-se que devem ser introduzidas alterações ao actual Regimento.

Finalmente, «de acordo com as direcções fundamentais definidas pelo Comité Central do PCP em Junho de 1986, o Grupo Parlamentar, na sua acção continuará a empregar os melhores esforços conjugados com os de toda a actuação política do Partido, para que a convergência democrática actualmente maioritária na Assembleia da República se transforme num suporte de uma alternativa democrática ao Governo».

Assembleia da República

A «competência» de levar para trás

Governo acumula derrotas na Assembleia da República

Matérias apreciadas pela Assembleia da República	Os objetivos do Governo	Resultado final
Orçamento Suplementar 1985 (discutido em princípio de Janeiro)		Derrota do Governo. A Comissão de Economia aprovou por maioria (votos PS/PRD/PCP/MDP) um parecer fortemente crítico e alterou substancialmente algumas das propostas e verbas apresentadas
Processo de urgência pedido pelo Governo para apreciação da Proposta de Lei dos Despedimentos (*)	Tratava-se de uma versão agravada da Proposta de Lei n.º 70/II da AD e fazia parte do pacote anti-laboral do Governo PS/PSD; com ela o Governo de Cavaco pretendia destruir o conceito de justa causa e abrir caminho a todos os despedimentos	Derrota do Governo. O pedido de urgência foi rejeitado com os votos contra do PS/PRD/PCP/MDP
(*) Mais tarde o Governo fez nova tentativa nesta matéria: avançou com uma Proposta de Autorização Legislativa , que foi discutida em Junho	Repetição da «manobra» anterior, com a agravante de que, a ser aprovada, a Proposta retiraria à AR e aos trabalhadores a possibilidade de discutir matéria de tão grande importância	Nova derrota do Governo. A proposta foi rejeitada na AR
Decreto-Lei n.º 4/86 de 6 de Janeiro (contra a Reforma Agrária)	Diploma apressadamente publicado pelo Governo, sem conhecimento da Comissão que preparou a revisão do processo administrativo, e que tinha incidência imediata na Reforma Agrária. Com ele, o Governo pretendia a proibição da suspensão de actos executados quando este reconhecesse um «direito» ou «interesse» legalmente protegido do seu destinatário	Derrota do Governo. PS/PRD/PCP/MDP subscreveram, conjuntamente, um requerimento de ratificação, que desembocou na aprovação da suspensão do diploma.
Decreto-Lei n.º 500-B/85, de 27 de Dezembro, que revogava o Estatuto dos Trabalhadores Consulares	O Governo pretendia revogar o Estatuto precisamente na data da sua entrada em vigor, deixando estes trabalhadores completamente desprotegidos. Acresce o facto de o Governo ter publicado este diploma completamente à revelia dos trabalhadores e sindicatos	Derrota do Governo. Foi recusada a ratificação. Apenas o PSD defendeu a posição governamental...
Decreto-Lei n.º 12-A/86, de 20 de Janeiro (Carreiras Médicas)	Atentava fortemente contra os médicos recém-licenciados, que deixariam de estar vinculados à Função Pública e passariam a receber um subsídio inferior à remuneração da altura. Este Decreto-Lei despertou o repúdio generalizado dos finalistas de Medicina, Médicos, Ordem e Sindicato.	Derrota do Governo. Este diploma foi chamado, separadamente, à ratificação pelo PCP, PS e PRD. A ratificação foi recusada pela maioria democrática na AR e o diploma foi revogado.
Orçamento do Estado para 1986.		Derrota do Governo. No debate na AR desenvolve-se uma tendência no sentido de aligeirar um pouco a carga fiscal, designadamente a que recai sobre os trabalhadores, de não permitir o enfraquecimento do Poder Local através da redução das verbas que lhe são destinadas (há acordo em reforçar a verba do PL, mas não ainda em relação ao seu quantitativo), de reforçar as dotações para a Saúde, combatendo assim a política de «quem quer saúde paga-a», que este Governo pretende restaurar e, finalmente, assegurar o pagamento das indemnizações compensatórias ao sector empresarial do Estado.
Proposta de Lei sobre Perímetros de Rega (apresentado em Maio)	Com tal proposta, o Governo pretendia desnacionalizar prédios rústicos nacionalizados pelo Decreto-Lei n.º 407-A/75 de 30 de Junho.	Derrota do Governo. O PCP recorreu da admissibilidade pela Mesa da AR desta Proposta de Lei, por a considerar inconstitucional; na sequência disto, o Governo retirou a proposta, numa «fuga» com o claro objectivo de se furtar a novas e arrasadoras críticas.
Alteração do Orçamento do Estado para 1986	O Governo pretendia um aumento de despesas de 7,1 milhões de contos e igual aumento do défice orçamental.	Derrota do Governo. A Assembleia da República (com os votos do PCP, PS, PRD e MDP), em relação àquele aumento de despesas (combustíveis para as Forças Armadas e Militarizadas e aposentações antecipadas de Função Pública) aprovou 6,1 milhões de contos e aprovou mais 5,1 milhões para subsídios ao preço do leite. Por proposta do PCP foi ainda aprovada a eliminação das taxas moderadoras para os hospitais e centros de atendimento. Por outro lado, e contrariamente ao pretendido pelo Governo, a AR não só não aumentou o défice , como o diminuiu em 14,5 milhões de contos (em função da baixa de previsão de encargos com juros e o aumento da previsão de cobrança do IVA).
Decreto-Lei n.º 108/86, 21 Março. Estabelecia normas a que havia de obedecer a escolha de manuais escolares.	O Governo pretendia perpetuar o sistema de alterações anuais aos «manuais escolares» sem qualquer critério.	Derrota do Governo. AR recusou a ratificação do diploma. Novamente, apenas o PSD defendeu a posição governamental.

Trabalhadores**Grande milagre no emprego****O ministro Cadilhe vai para o céu****(ou como de 11 se chega a 4 sem passar por 7)**

A CGTP que, durante a preparação do seu V Congresso, em Maio findo, publicou o resultado de um estudo segundo o qual para manter a mesma taxa de desemprego do princípio de 1986 seria necessário criar até ao ano 2000 um milhão de novos postos de trabalho, afirmou na sexta-feira passada que «as recentes declarações do ministro das Finanças, segundo as quais daqui a seis anos o desemprego em Portugal poderá baixar para uma taxa — considerada «natural» — de 4 por cento, não têm fundamento, são irresponsáveis e demagógicas».

Recorde-se que a taxa de desemprego atinge hoje os 11,1 por cento em Portugal. Segundo números oficiais, essa percentagem é já superior em 0,6 pontos à média registada actualmente nos países da CEE.

A Central unitária faz notar que, na mesma altura em que o ministro Cadilhe saía a público com essas declarações sobre o emprego, «a comunicação social divulgava uma proposta da Comissão da CEE para eliminar dois mil postos de trabalho na região de Setúbal».

Não há qualquer plano credível

Depois de sublinhar que «as previsões e os pressupostos em que se baseia o Governo, para «assegurar» a quase eliminação do desemprego em 1992, são o crescimento médio anual do produto interno bruto (PIB) de 4 a 6 por cento, do investimento em 10 por cento e do emprego em 2,5 por cento», a CGTP-IN assinala que:

«As únicas medidas que são referidas para concretizar estas promessas — os créditos fiscais ao investimento — são manifestamente insuficientes para as taxas de crescimento económico prometidas; o Governo parece conceber, como único instrumento de política económica, a conversão do País numa autêntica zona branca para o capital privado, enquanto que, por via dos impostos indirectos, o mesmo Governo consegue arrecadar os milhões que os trabalhadores pagam na aquisição de bens de consumo».

O ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, «não apresentou qualquer plano credível para cumprir as promessas que formulou». Criticando o ministro «que já foi professor de Economia», por fazer uma análise incorrecta da realidade ao prometer «a quase eliminação do desemprego em 1992», a Inter explica que:

• Para o emprego crescer 2,5 por cento ao ano seria necessário que o PIB crescesse entre 6,7 a 8,7 por cento (e não 4 a 6 por cento), pois só assim seria possível que o crescimento da produtividade global (PIB/emprego) não fosse inferior ao aumento do produto;

• Se o pressuposto do Governo é o de que a produtividade deve crescer menos que o produto, então ficará comprometida a natureza e eficácia do investimento para o qual o Governo prometeu aumentos de 10 por cento ao ano. É que, para este investimento propiciar um crescimento da produtividade inferior ao crescimento do produto, então não seria efectuada a modernização e substituição do equipamento e maquinaria obsoletos, com prejuízo sério para a competitividade das empresas e, por consequência, deteriorando a sua própria capacidade de manter sequer os postos de trabalho, quanto mais aumentá-los;

• Por outro lado, é a própria «filosofia» do Governo de subordinação aos interesses do capital privado que o impede de conceber uma política concertada que canalize sectorialmente o investimento para permitir o crescimento do emprego. O Governo quando destrói, desarticula e limita o

sector público, designadamente impedindo-o de executar investimentos, amputa também o Estado de um instrumento que poderia ser usado numa política de investimentos e de criação de postos de trabalho. Acresce que, apesar dessa «filosofia», o Governo tem-se revelado incapaz de mobilizar o investimento da iniciativa privada. Atacando o sector empresarial do Estado e sendo incapaz de mobilizar o privado (e o cooperativo), ficam assim entendidas as razões por que o Governo não indica como fará cumprir estas suas novas promessas.

«O Governo não toma quaisquer medidas de defesa do mercado interno»

Numa análise sintética mas bem fundamentada, a CGTP acrescenta que «o Governo não toma quaisquer medidas de defesa do mercado interno». Depois de referir a «autêntica invasão de produtos importados», agravando as consequências da adesão de Portugal à

CEE e «tornando mais vulnerável a economia portuguesa», a Inter, sumariando «as promessas do Governo sobre política de emprego», afirma que essas medidas:

• Não têm fundamento e revelam mesmo incompetência técnica;

• São mais um golpe propagandístico para tentar iludir uma realidade indelmentável: a de que o desemprego continua a aumentar e esse é, entre outros, um dos grandes fracassos da governação PSD.

Na realidade o desemprego aumentou na vigência deste Governo. A sua taxa actual é de 11,1 por cento, superior à média de 10,5 existente no Mercado Comum.

A eliminação de mais postos de trabalho é também objectivo do Governo. Para o perceber basta olhar para a insistência governamental em medidas como o pacote laboral, o novo pacote para a Reforma Agrária, a destruição, o encerramento, desmembramento e desactivação de empresas públicas em proveito dos grupos mais fortes do capital privado protegidos com dinheiros públicos, inclusivamente.

Para a CGTP e para os sindicatos, para todos os trabalhadores afinal, o combate ao desemprego é também o combate à proliferação do trabalho precário. Estão neste caso os contratos a prazo, o trabalho domiciliário e clandestino, o trabalho infantil, o chamado «contrato livre» (livre de encargos para os patrões), o trabalho à tarefa, à hora, sem garantias nem direitos de qualquer espécie.

Sobre o trabalho precário e as formas desumanas de que se reveste o Governo não diz uma palavra.

Ao prometer reduzir tão drasticamente o desemprego nos próximos seis anos, o ministro das Finanças e o Governo Cavaço continuam a insistir no «pacote laboral», para liberalizar sobretudo os despedimentos, enquanto tentariam (pelo menos tentariam) limitar o direito à greve.

As promessas governamentais sobre o emprego devem é ser encaradas como mais uma ameaça e, segundo a Inter, «só podem ter uma explicação lógica». É a de que dentro de seis anos este Governo já não o será.



Miguel Cadilhe, ministro das Finanças. O que este sr. pretende multiplicar não são os pães da Bíblia; são os efeitos demagógicos da propaganda cavaquista

Rectificação

Lapsos numéricos verificados na origem do quadro sobre salários em atraso publicado pelo «Avante!» da semana passada (suplemento «Em Foco», página 2) corrigem-se a seguir, segundo elementos fornecidos pela CGTP.

**SALÁRIOS EM ATRASO
(Comparação em 11 distritos em 1985/1986)**

DISTRITOS	N.º EMPRESAS		N.º TRABALHAD.	
	1985	1986	1985	1986
Aveiro	47	31	5120	3022
Braga	100	50	12 000	10 000
Coimbra	36	50	3570	4500
Évora	20	35	2000	1103
Faro	33	31	3451	2500
Leiria	35	88	4550	6455
Lisboa	170	246	25 000	28 235
Portalegre	27	31	2500	2000
Porto	97	108	14 790	17 333
Santarém	50	60	5189	7000
Setúbal	69	54	14 687	13 962
TOTAL	684	784	92 857	96 110

**Não às «moderadoras»**

Num telex do dia 20 a CGTP reclama a abolição de todas as taxas moderadoras. Considerando «positivo, embora insuficiente» que a Assembleia da República tenha decidido para já a revogação de algumas, a CGTP condena a «profunda degradação» dos serviços hospitalares e denuncia o encarecimento dos medicamentos «para benefício das multinacionais». A Central sindical unitária apela às «forças democráticas» no sentido da abolição de todas essas taxas, revogando nomeadamente o decreto 57/86 do Governo PSD, que é «orgânica e materialmente inconstitucional». A CGTP, que não desistirá de mobilizar os trabalhadores e utentes dos serviços de saúde contra as

chamadas «taxas moderadoras», sublinha que esses encargos, recentemente impostos pelo Ministério da Saúde, estão «em total oposição ao preceito constitucional que estabelece a criação de um serviço nacional de saúde universal e gratuito, assegurado a toda a população». A manutenção das taxas aponta, segundo a Inter, «para uma política regressiva, orientada pelo princípio antiprogressista e desumano de «quem quer saúde paga-a». A CGTP «manifesta o seu vivo repúdio contra a cobrança de quaisquer taxas moderadoras que o Governo pretende reinstaurar».

Trabalhadores

Greves, salários em atraso, desemprego

Sindicatos mantêm desafio ao Governo para esclarecer o que se passa

Sectores de actividade e regiões inteiras afectadas pela política actual gostariam de ver esclarecidas em debate público as situações que o Governo se reclama de ter saneado ou de estar em vias de o conseguir, principalmente no que respeita aos salários em atraso sobre os quais a CGTP-IN divulgou recentemente uma lista de 615 empresas nessas condições que o Ministério do Trabalho continua a contestar. A CGTP voltou a afirmar na passada segunda-feira que «o Governo não só não resolve o problema como falseia os dados da situação». O Ministério do Trabalho, embora reconheça, segundo a Central, que a situação se agravou de Abril para Maio, acrescenta logo a seguir que «a situação melhorou substancialmente nos últimos meses». Entretanto, dados obtidos junto dos sindicatos de Coimbra mostram que duas empresas (**Resis e Olmar**), onde recentemente os trabalhadores sem salários recorreram ao Decreto-Lei 7-A/86 do Governo, rescindindo os contratos, estão a vender o parque de máquinas.

Tanto naquela região, como em **Ovar e Aveiro**, os sindicatos e as organizações do Partido denunciam a demagogia do Governo, que procura esconder o número crescente de empresas encerradas, de contratados a prazo sem garantias, bem como as razões autênticas das lutas que estão a decorrer nos **bancários, rodoviários (RN e STCP) e empregados dos CTT**, entre os

pescadores, e em locais de trabalho como a Administração Local (o exemplo do distrito de Coimbra é flagrante) onde se recorre sistematicamente ao emprego precário de tarefeiros.

Ao saudar os trabalhadores em luta no distrito de Coimbra, o PCP referia anteontem, entre outros números preocupantes, o encerramento recente de 42 empresas de pequena e média

dimensão no distrito, lançando no desemprego 2200 trabalhadores.

Desmascarar a propaganda do Governo sobre a situação social

A União dos Sindicatos de Aveiro, que acaba de promover entre 14 e 18 do corrente «uma grande acção de desmistificação da propaganda governamental sobre a situação social», acusa o Governo de manipular as estatísticas ao interpretar de forma «restritiva e abusiva» o conceito de «retribuição em atraso». A União dos Sindicatos cita o caso da empresa **Casal** que «deve aos trabalhadores, segundo dados da própria Inspeção-Geral do Trabalho, mais de cinquenta mil contos de salários, subsídios de férias e de Natal». Nos mapas «oficiais» essa empresa aparece, no entanto, com «pouco mais de

quatro mil contos de dívidas aos seus trabalhadores, quantia essa que corresponde apenas a parte do salário do mês de Janeiro/86 em atraso».

Durante aquela acção de esclarecimento no distrito de Aveiro, referiu-nos ainda a União dos Sindicatos que, além de reuniões com entidades distritais, que comprovaram a irrealidade dos números divulgados pelo Governo sobre salários em atraso, «foram afixados milhares de cartazes contendo a relação das empresas com salários em atraso no distrito» e distribuídos nas empresas e ao público «dezenas de milhares de comunicados contendo informações concretas sobre a real situação dos salários em atraso e do desemprego na região».

Entretanto o Governo continuava a utilizar a repressão contra dirigentes, delegados sindicais e outros representantes dos trabalhadores. Como sucedeu recentemente com dirigentes do sector da saúde, anteontem eram detidos em Lisboa sindicalistas da **Rodoviária** que procu-

ravam o diálogo com o responsável governamental que é também um dos primeiros responsáveis pela continuação da greve naquela empresa nacionalizada dos transportes.

Enquanto sindicalistas **bancários** punham em causa as decisões tomadas pela direcção sindical do Sul e Ilhas (SBSI) quanto ao aproveitamento dos resultados da greve de 9 e 10 do corrente, os **eleitos nas listas unitárias nas secções sindicais** do mesmo âmbito (Sul e Ilhas) consideravam que:

«Se deve desenvolver a unidade forjada na greve de 9 e 10,

e realizar um grande debate democrático nos locais de trabalho, encontrando as formas e os meios de luta que permitam alcançar a reposição do poder de compra, a defesa da banca nacionalizada e dos postos de trabalho, bem como a garantia dos nossos direitos nos SAMS (acção médico-social) e Segurança Social».

«Se deve apoiar activamente as propostas dos bancários, que justamente apontem para a demissão da direcção do Sindicato», sublinham os eleitos nas listas unitárias nas secções sindicais.

Na Law's (Évora)

Estão à espera que morra alguém?

Certo patronato sem escrúpulos, incitado pela condescendência do Governo e das autoridades, abusa da exploração. Ultrapassa limites dificilmente imagináveis, pois conta até com a complacência dos próprios explorados, que dependem dessa situação para poderem pelo menos subsistir. É o caso da **Law's**, empresa que se instalou em Évora como se estivesse nas colónias.

Volta este caso à nossa banca de trabalho porque a União dos Sindicatos de Évora nos chama novamente a atenção para o facto de se manterem na mesma as condições laborais que recentemente levaram ao hospital (aos serviços de urgência, por três vezes) «dezenas de operárias» daquela fábrica têxtil, vítimas de intoxicação.

A organização sindical, que na altura exigiu o apuramento de responsabilidades, tem «agora na sua posse alguns dados sobre o que se passa na empresa». Tanto a União dos Sindicatos como o Sindicato das Indústrias Têxtil do Sul, que continuarão a desenvolver esforços para pôr termo às situações que acabam de revelar, afirmam textualmente, num telex do dia 18, que:

- Houve agressões (bofetadas) e castigos («estátua», bem conhecida como tortura da Pide) a operárias da **Law's** desencadeadas por vigilantes (chineses de Hong-Kong);
- Trabalha-se com um produto altamente tóxico, denominado **Clorothén (tricoloreto)**;
- As condições de higiene são precárias, nomeadamente:
 - a) O refeitório tem capacidade para 15 trabalhadoras, quando o total é de 200;
 - b) Não existem exaustores para purificação do ambiente;
 - c) Existem cinco casas de banho para duzentas trabalhadoras;
 - d) Existem seis chuveiros para as mesmas trabalhadoras;
 - e) Não existem serviços médicos;
 - f) O horário de trabalho não está de acordo com a legislação.

Damos a lista tal qual, em forma de requerimento, porque se trata de um caso de polícia.

Mas depois das intoxicações, que foram referidas em alguma imprensa, só os sindicatos se mexeram. Nem o governador civil, nem o Governo, através da Inspeção de Trabalho por exemplo, foram sequer ver o que se passava. É pelo menos o que deixa entender a União dos Sindicatos do Distrito de Évora, ao mencionar inclusivamente o Ministério da Indústria e Tecnologia que, tal como o Governo de que faz parte, «deixa complacentemente instalar empresas sem o mínimo de condições de higiene e segurança».

Continua a ser com esta «tecnologia» que se faz dinheiro. Se entretanto alguém morrer, talvez se ouça uma voz na televisão a dizer que não teve culpa.

«A Segurança Social voltou a dar lucro para capitalizar como no tempo do fascismo»

— acusam pensionistas e idosos (MURPI)

A Comissão Permanente do MURPI (Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos) garante que a Segurança Social tem capacidade financeira para melhorar as pensões. Citando como «prova» a respectiva conta de 1985, o MURPI afirma que «o regime geral foi mais uma vez abusivamente «sangrado» em mais de 74 milhões de contos para financiamento de prestações da responsabilidade do Estado». Destaca ainda o MURPI que «a Segurança Social voltou a dar lucro para capitalizar, como no tempo do fascismo».

Num telex difundido pela CGTP na passada quinta-feira, aquela organização dos reformados largamente representativa sublinha, de acordo com a conta da SS, que o lucro desta instituição «não é para desprezar, pois o saldo em 1984 foi de nove milhões e duzentos mil contos e, em 1985, de cinco milhões e duzentos mil contos». Isto enquanto «há viúvas com pensões de 3500 escudos e as pensões da maioria dos inválidos e idosos são de 6700 escudos no regime geral e de 5700 escudos nos rurais».

Uma «sangria» da ordem dos 74 milhões

Em vez de contribuírem como lhes compete para os chamados «regimes não contributivos, reduzidamente contributivos e de acção social», os governos, como executivos do Estado, «sangram» o regime geral. Essa operação, em 1985, foi superior a 74 milhões de contos «para financiamento de prestações da responsabilidade do Estado», frisa o MURPI que acrescenta:

«Enquanto nos países da CEE o Estado subsidia a Segurança Social e assume a responsabilidade total dos encargos com prestações não contributivas e com a acção social, em Portugal o Estado usa abusivamente o dinheiro descontado dos salários para garantir as pensões».

A conta da Segurança Social de 1985 prova, segundo o MURPI, que o financiamento de prestações da responsabilidade do Estado «comeu» 38,5 por cento do «montante total das despesas havidas no ano com todas as pensões, complementos e suplementos, que devia ser para aumento destas prestações».

O MURPI protesta contra a «grave política social do Governo». Referindo novamente a conta de 85, o comunicado de quinta-feira passada acrescenta que «apesar de 119 milhões de contos de dívidas de entida-

des patronais acumuladas, a Segurança Social voltou a dar lucro para capitalizar, como no tempo do fascismo».

O Orçamento do Estado apenas transferiu 30,1 milhões de contos para cobertura dos «défices nos regimes não contributivos, reduzidamente contributivos e de acção social».

Ao comentar estes aspectos da conta da Segurança Social de 1985, o MURPI destaca as «condições de vida infra-humanas» de tantos idosos, inválidos e viúvas desprezados pela «falta de sentido social» dos governantes. No fim do seu comunicado de quinta-feira passada, a Comissão Permanente do MURPI refere: «Não há dinheiro para humanizar os cuidados médicos e o final da vida dos trabalhadores, nem para combater os fogos que desertificam o País, mas parece não faltar para comprar engenhos de morte...».

= **PCP**

Os comunistas de Mora e o desenvolvimento do concelho

Como referimos na altura, os comunistas do concelho alentejano de Mora realizaram há dias a sua 1.ª Assembleia da Organização, sob o lema «Reforçar o Partido, intensificar a luta por uma alternativa democrática».

Para além do debate proporcionado pela Assembleia e das decisões práticas aí tomadas pelos delegados, nomeadamente a eleição da nova Comissão Con-

adequada, o desenvolvimento económico e a melhoria das condições de vida das populações poderão ser a curto prazo uma realidade», sublinha o documento aprovado.

A Assembleia apontou propostas objectivas nas áreas da **agricultura, indústria, comércio, habitação, transportes, ensino, saúde, património cultural e natural**.

Do texto referente à **agricultura**, aqui deixamos uma breve passagem: «Sendo o concelho de Mora eminentemente agrícola, o seu sector primário é polo fundamental do seu desenvolvimento económico e social. É neste sentido, que deverá reforçar-se a protecção e correcta utilização dos recursos naturais, com vista à máxima valorização e ao racional aproveitamento das suas potencialidades. Torna-se assim, fundamental, uma política correcta de dinamização e modernização da agricultura, apenas possível com a realização definitiva da Reforma Agrária, isto é, da concretização das medidas necessárias à reposição da legalidade, à paragem da ofensiva, à garantia da posse da terra e a um efectivo apoio técnico e financeiro às UCP's/Coop's e aos médios agricultores.

«São ainda pontos-chave para o desenvolvimento da agricultura, a criação de leis de crédito acessíveis e o escoamento dos produtos com preços justos à produção.

«Só neste caso se tornará possível o aumento da produção agrícola e a introdução de novas culturas.

«Finalmente, numa visão integrada de desenvolvimento torna-se irreversível a realização do

1ª ASSEMBLEIA
DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA
DO PCP

Mora
6. Julho. 86



celhia, constituída por 19 elementos (apenas duas mulheres), foi aprovado um documento-base em que os comunistas de Mora apontam, num dos capítulos, propostas objectivas para o desenvolvimento geral do concelho, que abrange uma área de 446 Km² e 4 freguesias.

«As potencialidades existentes, a capacidade e a criatividade dos seus trabalhadores, de que são exemplos flagrantes os êxitos conseguidos pela Reforma Agrária, garantem que o subdesenvolvimento não é uma fatalidade e que com uma política

De barco, até à praia da Ribeira do Cavalo

Continua a suscitar vivo interesse o «passeio-sardinhada» que, no próximo dia 10 de Agosto, por iniciativa dos comunistas de Sesimbra, vai ligar por barco, com amizade e convívio, num passeio inesquecível neste Verão de 86, a bela vila piscatória à praia da Ribeira do Cavalo, localizada entre Sesimbra e o Cabo Espichel.

As inscrições para esta iniciativa funcionam no Centro de Trabalho do Partido em Sesimbra. Se está realmente interessado, não perca tempo!

Ainda nesse concelho do distrito de Setúbal, decorrerá no fim-de-semana de 9 e 10 de Agosto a **Festa Jovem**, na Quinta do Conde.

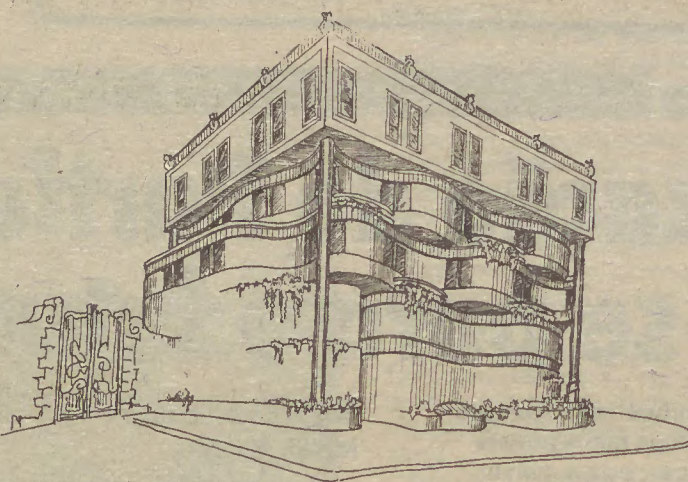
são organizadora, a Assembleia é constituída por todos os delegados eleitos nos vários organismos da freguesia na proporção de três delegados por cada 10 militantes, além dos membros da Comissão de Freguesia cessante.

A realização da Assembleia culminará um trabalho preparatório, com reflexos na iniciativa e na vida da organização desta freguesia do concelho ribatejano de Coruche.



plano de rega do Alentejo e do empreendimento do Alqueva, que irá permitir um acréscimo da área regada no concelho em mais de 5000 hectares, sobretudo em Pavia e Malarranha, abrindo as portas ao desenvolvimento agrícola e dos sector da

indústria e do comércio situados a montante e a juzante, a mais emprego — cerca de 800 novos postos de trabalho —, a melhores condições de vida para a população, isto é, ao desenvolvimento integrado da sua estrutura produtiva.»



Campanha para o novo CT de Setúbal

Com múltiplas iniciativas em todos os concelhos, a pensar no reforço do Partido, das condições de trabalho da organização e da sua ligação às massas, prossegue no distrito de Setúbal a campanha de fundos para a construção do novo Centro de Trabalho do Partido na capital do Sado, uma nova casa para a luta dos trabalhadores e a actividade dos comunistas da Organização Regional de Setúbal (ORS) do PCP. Depois de um período assinalado pela realização, com êxito, de grandes iniciativas de convívio popular, nas quais a campanha marcou, naturalmente, uma presença destacada (Festas da Amizade, Amiga, da Fraternidade, etc.) o esforço prossegue agora em torno das acções características da cam-

panha e também, aliado à imaginação e ao espírito criativo dos militantes, em torno da Festa do Avante!, como sucede, por exemplo, com a iniciativa do Moscatel, de que já falámos em anterior edição. Mas enquanto se preparam outras iniciativas, como a **Festa Jovem** na Quinta do Conde, não se deve esquecer o alto significado das campanhas para recolha de diversas ofertas (pecuária, papelão, melão, etc.). Os materiais da campanha estão à venda (copos, isqueiros, galhardetes, etc.), as abordagens e a iniciativa dos mil para o emblema especial vão continuar. Em breve faremos um balanço a uma iniciativa com a qual se pretendem vender 10 mil postais, que mostram o projecto da planta do novo CT.



Saudação às 5 novas freguesias de Cantanhede

Além da criação de freguesias, há que melhorar as condições de vida da população e o desenvolvimento socioeconómico das localidades, sublinha a Comissão Distrital de Coimbra do PCP em nota recentemente divulgada, em que saúda a formação das novas freguesias do concelho de Cantanhede: Vila Mar, Corticeiro de Cima, Febres, São Caetano e Cantanhede.

Comentando os resultados das eleições aí realizadas, a Distrital do PCP aponta a consolidação e reforço do eleitorado da APU, que não perde votos, apesar da forte abstenção registada.

Particularmente saudada é,

naturalmente, a eleição de um elemento da APU para a Assembleia de Freguesia de Cantanhede, o que não havia sido conseguido nas eleições de 1985.

PS e PSD assinalam perdas na votação, enquanto o CDS nem apresentou listas.

Ao mesmo tempo que sublinha a «maior confiança» das populações na APU, cujos activistas saúda com calor, o PCP em Coimbra manifesta a sua disposição para trabalhar em tudo o que for possível pelo bem-estar das populações e a resolução dos seus problemas. Em unidade e com a determinação própria dos comunistas.

Plenário em Ovar

A análise circunstanciada da situação política e social no País, tendo por base as conclusões da última reunião do Comité Central, preencheu o debate do recente plenário de militantes e simpatizantes comunistas de

Ovar, realizado nas instalações do Centro de Trabalho.

Participou no plenário o camarada Vidal Pinto, membro suplente da Comissão Política do Comité Central.

Festa de Verão

Na noite do próximo dia 2 de Agosto, quem estiver em Portimão terá oportunidade de assistir a um espectáculo com Paulo

de Carvalho, integrado na programação da tradicional Festa de Verão, marcada para os dias 1, 2 e 3.

= **Juventude**

Encontro de Amizade das juventudes de Portugal e URSS

Decorreu em Minsk, na República Soviética da Bielorrússia, de 27 de Junho a 3 de Julho, um «Encontro de Amizade entre a juventude soviética e a juventude portuguesa», promovido em conjunto pela Juventude Comunista Portuguesa e a União das Juventudes Comunistas Leninistas da URSS.

Pela parte portuguesa participaram no Encontro uma delegação política composta por 20 jovens de 17 organizações e estruturas juvenis e um grupo de 59 jovens turistas, incluindo um grupo de música popular portuguesa, «Cantares». Em relação à delegação política, participaram, além da JCP, representantes da Juventude Socialista, das organizações juvenis do PRD, do MDP/CDE e o partido «Os Verdes», do Comité Português para a Paz e a Cooperação, da Juventude Operária Católica, do Departamento da Juventude da CGTP-IN e de várias outras estruturas juvenis, sindicais, estudantis e autárquicas.

Do programa da visita constaram actividades de diversa índole, entre as quais destacamos a visita ao Presidium do Soviete Supremo da República da Bielorrússia, ao Comité Central do Komsomol da República e Conselho Republicano dos Sindicatos, aos Comités Soviéticos pela Defesa da Paz e pela Cooperação e Segurança Europeia e Instituto de Pesquisas Espaciais da Academia de Ciências da URSS.

Na declaração conjunta dos participantes no encontro de amizade entre a juventude soviética e a juventude portuguesa afirma-se que «tais encontros contribuem para o fortalecimento da amizade e cooperação entre a juventude e os Povos dos nossos países, servem para um reforço da confiança e compreensão mútua entre nós. Os participantes neste encontro concordaram na necessidade de prosseguir «com a prática da realização destes encontros».

Ambas as delegações entendem ser a Paz «o imperativo da actualidade» e comprometem-se a apoiar as «iniciativas orientadas para a prevenção da ameaça da guerra nuclear bem como o desarmamento total e simultâneo, designadamente as propostas da União Soviética, sobre a proibição de ensaios nucleares, bem como a iniciativa de proclamação da Península Ibérica como zona livre de armas nucleares».

Segundo uma nota divulgada pela JCP, o encontro de amizade aprofundou o conhecimento mútuo das realidades dos dois países e das vivências juvenis, intensificou o intercâmbio juvenil e proporcionou um diálogo sobre a paz e o desarmamento.

COUÇO

• 3.ª Assembleia a 9 de Agosto

Eleger a nova Comissão de Freguesia, fazer o balanço da actividade dos últimos cinco anos e traçar as orientações para o trabalho futuro, «tendo em conta a nova situação política criada», e apontando, nomeadamente, para o reforço da organização nas células e locais de residência, contam-se entre os objectivos essenciais da 3.ª Assembleia dos comunistas do Couço, marcada para o próximo dia 9 de Agosto.

Segundo nos revela a comis-

Trabalho e desenvolvimento no Portugal de Abril

Perto de duas semanas nos separam da 10.ª Conferência da Reforma Agrária, iniciativa de projecção nacional e única no quadro da temática agrícola, de novo reunida em Évora, este ano sob o lema «Trabalho e desenvolvimento no Portugal de Abril», com a presença de mais de 1700 delegados e de largas centenas de convidados.

Do que se passou durante aqueles dois dias de animado e franco debate e do que foi dito sobre este acontecimento — infelizmente nem todas as notícias e comentários vindos a público primaram pela análise desapassionada e isenta do que representa esta realidade no contexto socioeconómico do Alentejo e Ribatejo — importa ainda reter alguns aspectos que por certo irão ecoar nos tempos mais próximos e influir decisivamente na acção do proletariado agrícola do Sul em torno da produção, da organização e gestão das suas UCPs/Cooperativas e da luta e resistência em defesa da Reforma Agrária.

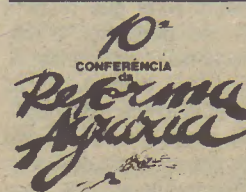
Resultado de um notável trabalho preparatório caracterizado pelo rigor e seriedade — período durante o qual foram realizadas mais de 200 reuniões em que participaram cerca de cinco mil trabalhadores e em que foram efectuados 243 inquéritos a UCPs/Cooperativas que cobrem quase 85 por cento do total da área na posse dos trabalhadores — a 10.ª Conferência constituiu ainda para além de um guia

de acção para quantos apostam no progresso e desenvolvimento da agricultura, um precioso testemunho sobre o papel insubstituível da Reforma Agrária no aumento da produção e na diminuição da dependência alimentar em relação ao estrangeiro (as intervenções produzidas ao longo de mais de doze horas de trabalhos e os documentos aprovados apresentaram provas irrefutáveis) facto sobre o qual se afigura imprescindível a atenção das forças democráticas.

Conscientes do seu papel e animados por uma inabalável confiança no futuro, os delegados presentes na 10.ª Conferência trataram ainda de demonstrar a falência da política de direita seguida ao longo destes dez anos, a existência de soluções para os problemas agrícolas, a sua disponibilidade para aumentar a produção e criar riqueza para o País e ainda a absoluta necessidade de ser viabilizada uma alternativa democrática que dê corpo às aspirações populares e retome o caminho de desenvolvimento iniciado com o 25 de Abril.

Ora é justamente o resultado de parte desse labor que envolveu milhares de homens, mulheres e jovens dos campos do Sul — designadamente breves resumos da proclamação e de algumas intervenções proferidas na Conferência — que hoje deixamos, nesta página, à apreciação do amigo leitor.

Ainda a 10.ª Conferência Sem Reforma Agrária não há progresso nos campos do Sul



«Os problemas nacionais têm solução com os trabalhadores e as suas organizações. Têm solução com o apoio, sem discriminações, às diversas formações económicas saídas do 25 de Abril, designadamente com o apoio à Reforma Agrária e aos pequenos e médios agricultores e nunca contra eles». A afirmação está contida na proclamação da 10.ª Conferência, documento que reflecte o fundamental do debate em que intervieram mais de 60 oradores e que consubstancia não apenas um balanço dos principais aspectos que caracterizaram a luta e a actividade das organizações e trabalhadores da Reforma Agrária como ainda define e aponta as grandes linhas de acção futura nos planos de produção, da organização e gestão das UCP's/Cooperativas e da resistência em defesa desta realidade de Abril.

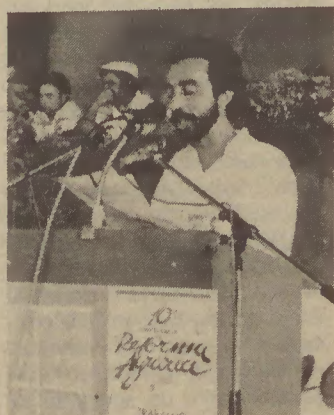
Após enumerar uma série de factos elucidativos do papel insubstituível da Reforma Agrária para o desenvolvimento agrícola, designadamente para o aumento da produção e para a eliminação do desemprego nos campos, a proclamação detém-se na ofensiva desencadeada pelo Governo de Cavaco Silva, cuja principal característica, na opinião dos delegados, foi o aprofundamento da ilegalidade, da corrupção, da prepotência e do abuso de poder tendo sempre em mira a destruição das UCP's/Cooperativas.

Exemplificando alguns dos efeitos desastrosos dessa política, o documento cita o roubo de 720 300 hectares das melhores terras e a destruição de 230 unidades agrícolas e de mais de 53 mil postos de trabalho a que se junta ainda o saque de 247 454 cabeças de gado, 12 313 máquinas agrícolas e alfaias e dois milhões e 850 mil contos em investimentos.

De acordo com o balanço apresentado à Conferência, o valor total dos roubos perpetrados contra as UCP's/Cooperativas ao longo dos últimos dez anos eleva-se a trinta milhões de contos (número brutal que nos dá ideia da dimensão das ilegalidades e fraudes) a que há ainda que juntar o panorama desolador de mais de 500 herdades ocupando uma área que ultrapassa os 300 mil hectares e cerca de 150 barragens e charcas (que haviam sido entregues

aos agrários como reservas) hoje abandonadas ou subaproveitadas.

O desrespeito do actual Executivo — na esteira, aliás, dos anteriores — pelas decisões do poder judicial e a sua política de confrontação com outros órgãos de soberania, foi também objectivo de reparo e de duras críticas durante os trabalhos da Conferência, sublinhando a proclamação a necessidade de ser reposta a legalidade, cumprindo nomeadamente os 356 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo que mandam devolver aos trabalhadores as terras, máquinas, gados e outros bens que



António Murtelra na intervenção de encerramento: «os trabalhadores agrícolas, com os agricultores e um governo democrático que os apoie, estão em condições de num prazo curto resolver os problemas da agricultura»

• Comprovada falência da política de direita e existência de soluções



lhes foram violenta e ilegalmente usurpados.

Servir a clientela

«Apesar de correr na Assembleia da República um inquérito parlamentar às actividades fora-da-lei do MAPA e do ministro Álvaro Barreto — refere a proclamação neste capítulo — o Governo insiste e agrava o mesmo tipo de ilegalidades que são alvo de investigação, notificando dezenas de UCP's/Cooperativas com mais de uma centena de novos processos de reservas, tentando entregar à sua clientela a totalidade dos seus antigos latifúndios».

Fundamentando as suas afirmações a proclamação da 10.ª Conferência alerta ainda para o facto do ministro da Agricultura estar a «procurar ocultar a gravidade» de alguns factos, como seja a «venda de património fundiário do Estado em provei-

to próprio» por um seu assessor pessoal que «vendeu uma herdade expropriada por 30 mil contos dos quais recebeu 6000», ou ainda o comportamento de advogados do Ministério «instrutores de processos de

reservas» que são ao mesmo tempo «advogados particulares dos agrários interessados nos mesmos processos e de quem recebem centenas de contos por serviços prestados».

Salientando os resultados po-

sitivos obtidos pela luta corajosa e persistente do proletariado rural, nomeadamente o sustento do roubo de terras, os inquéritos e investigações levados a cabo respectivamente pela Assembleia da República e pela Alta Autoridade contra a Corrupção e o próprio reconhecimento de irregularidades por parte do ministro Álvaro Barreto, a proclamação analisa depois as potencialidades e os notáveis resultados obtidos pela Reforma Agrária em todas as áreas, a qual, apesar das difíceis condições em que é obrigada a trabalhar, continua a investir e a produzir.

Resultados notáveis

Os números falam por si: 320 UCP's/Cooperativas com 18 800 trabalhadores e 410 mil hectares de terras continuam de pé; os investimentos efectuados ultrapassam os 15 milhões de contos; a área cultivada (taxa de ocupação cultural) é três vezes superior à do latifúndio; o encabeçamento pecuário e o índice de mecanização são respectivamente, superiores em 100 por cento e 114 por cento ao período anterior à Reforma Agrária; a área de forragem é superior em mais de 100 por cento à dos agrários e a área regada é superior em 132 por cento.

Afiançosamente ocultados à opinião pública, estes resultados, por si, chegariam para testemunhar a superioridade completa da Reforma Agrária relativamente ao latifúndio. Mas há mais: em seis por cento da superfície agrícola do País a Reforma Agrária contribui com dez por cento da produção agrícola nacional em áreas estratégicas; os rendimentos por hectare continuam a manter-se em geral superiores à média do País, pese embora o facto de ter ficado com as piores terras e com poucos meios; e o

Ao longo destes dez anos de política de direita foram roubados à Reforma Agrária mais de 720 mil hectares das melhores terras, destruídas 230 UCPs/Cooperativas e mais de 53 mil postos de trabalho e saqueados 247 454 cabeças de gado, 12 313 máquinas e alfaias e dois milhões e 850 mil contos de investimentos.

Apesar das difíceis condições em que são obrigados a trabalhar as unidades agrícolas da Reforma Agrária mantém uma taxa de ocupação cultural três vezes superior à do latifúndio, o encabeçamento pecuário e o índice de mecanização são respectivamente superiores em cem por cento e 114 por cento ao período anterior à Reforma Agrária, a área de forragem é superior em mais de 100 por cento à dos agrários e a área regada é superior em 132 por cento.

Terra

Trabalho e desenvolvimento no Portugal de Abril

10.^a CONFERÊNCIA
Reforma Agrária

número de postos de trabalho assegurados durante o ano pelas UCP's/Cooperativas é de 46 por cada mil hectares contra 18,4 por cento no tempo dos agrários.

Depois de denunciar os propósitos ruinosos que continuam a determinar a actuação do governo do PSD liderado por Cavaco Silva no domínio agrícola e em particular o seu objectivo de liquidar a Reforma Agrária — tarefa que passa por uma nova vaga de ataques às UCP's/Cooperativas nomeadamente através de cem processos prontos a executar, de um pacote legislativo agrícola (onde se destacam uma proposta de lei que visa destruir as UCP's/Cooperativas; outra sobre o arrendamento rural que agrava a dependência dos rendeiros; outra ainda sobre o emparcelamento rural que retiraria as terras aos pequenos e médios agricultores proprietários; e, por último, uma proposta de lei de desnacionalização dos perímetros de rega) e de uma cada vez maior dependência de Portugal relativamente à CEE — a proclamação aprovada na 10.^a Conferência analisa aquilo a que chama de «nova política agrícola apontada ao futuro e que promova o desenvolvimento independente do País».

Liquidar o latifúndio

Entre as várias premissas necessárias à implementação de uma tal política, a Conferência salientou a liquidação do latifúndio e a realização plena da Reforma Agrária; a criação de um «clima de estabilidade e segurança que permita planejar, produzir, investir e trabalhar em paz»; a reposição da legalidade democrática; a alteração da Lei 77/77, «Lei Barreto», no sentido democrático e constitucional; a revogação da lei da cortiça; uma política de «ordenamento, desenvolvimento e intensificação agropecuária»; a revisão dos acordos com a CEE lesivos dos interesses nacionais; uma política de preços e comercialização compensadoras, ajustadas à realidade e que garantam o escoamento dos produtos e a compra de factores de produção em boas condições, e, por último, uma correcta política financeira, de crédito e de investimento à agricultura, bem como a realização do empreendimento do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo.

Antes de exortar os trabalhadores da Reforma Agrária a prosseguirem a resistência e a luta no quadro da legalidade democrática em defesa da Reforma Agrária e de manifestar a sua confiança no futuro, a proclamação da 10.^a Conferência sublinha a necessidade da «acção e solidariedade dos trabalhadores e de acção convergente dos democratas» no sentido de «impedir a aprovação do pacote agrícola do Governo», de concluir em tempo útil, «com eficácia e seriedade», os trabalhos da Comissão de Inquérito Parlamentar às actividades do MAPA; de serem divulgados publicamente os resultados das investigações que estão a ser conduzidas pela Alta Autoridade contra a Corrupção e dos inquéritos sobre os assassinatos dos trabalhadores agrícolas Caravela e Casquinha e julgamento e punição dos criminosos.



Estagnar ou desenvolver?

«Falar do desenvolvimento regional do Alentejo é necessariamente falar do seu Plano de Rega e da construção da Barragem de Alqueva.

É por todos sabido que a ausência de medidas quanto à criação de reservas de água foi, e é, e será uma das causas de isolamento e atraso de qualquer região.

A manutenção do actual estado de coisas nem sequer sustenta as actuais condições de vida, porque a população jovem é atraída para centros urbanos, o que significa que a actividade agrícola se reduzirá progressivamente.

A opção que se coloca aos portugueses é pois entre o desenvolvimento — vital para os interesses do País — e a estagnação.

Consideramos uma atitude verdadeiramente criminosa a condenação do Alentejo à desertificação e tanto mais criminosa quanto existem recursos inaproveitados.

Aqueles que de uma forma ou

doutra invocam pretextos contra a construção da Barragem de Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo, sejam de ordem ecológica ou de submissão a outros interesses que nada têm a ver com os da economia nacional, não podem continuar a impor a sua vontade.

Obviamente que a implantação do regadio no Alentejo é incompatível — moral e economicamente — com a manutenção da exploração extensiva dos meios de produção ou seja com a manutenção dos latifúndios. No seu lugar têm de ser criadas unidades produtivas com uma racionalidade diferente, cuja validade e êxito estão já sobejamente demonstradas na experiência da Reforma Agrária.

Alqueva significa futuro novo para o Alentejo e para o País pelas perspectivas que o aproveitamento e utilização da água abrem para a região e para as populações; pelo desenvolvimento que a rega de cerca de 200 000 ha irá implicar; pelos mais de 20 000 novos postos de

trabalho que proporciona só na agricultura.

Alqueva é um empreendimento de fins múltiplos e além da agricultura, não podemos deixar de referir o abastecimento de água às populações e indústrias, o aproveitamento hidroeléctrico que só por si justifica o investimento a fazer na construção da barragem, o desenvolvimento do turismo, isto para referir apenas alguns fins. (...)»

Alfredo Barroso, presidente da Câmara Municipal do Redondo



Árvore das patacas?

(...)

«Decorridos o período de pré-adesão e estes seis meses de integração, não só se vêm confirmando, como se vêm reforçando, as razões das nossas profundas apreensões.

A inexistência de uma política agrícola democrática, tendo como grande objectivo o desenvolvimento social e económico e assente no aproveitamento integral e integrado dos nossos recursos naturais, humanos e técnicos em correctas políticas de distribuição do rendimento e de orientação dos recursos, na orientação da produção (por forma a melhorar significativamente a produtividade e a qualidade), na criação de infra-estruturas de mercado cuja natureza e orientação permitissem o controlo e a participação efectivas dos agricultores na gestão das estruturas e na formação dos preços.

(...)

Para avaliarmos da natureza de classe da política agrícola deste Governo, basta vermos o que se passa com a aplicação dos financiamentos comunitários.

O exemplo mais flagrante é o que respeita ao Regulamento 355 destinado à implementação de infra-estruturas de acondicionamento e de transformação de produtos agrícolas.

Não publicitando nem esclarecendo os agricultores sobre a natureza e mecanismos de aplicação do referido Regulamento, o governo permitiu a entrada pela porta do cavalo, de projectos num valor global superior aos 38 milhões de contos. Quais os potenciais beneficiários? Cerca de 2 milhões e meio de contos para um industrial de cortiça, centenas de milhares de contos para centrais de acondicionamento de horto-frutícolas destinadas a uma cadeia de super-mercados e alguns grandes importadores e intermediários. Isto, só como exemplo.

O que se passa entretanto com o grau de realização dos programas estruturais e com os respectivos co-financiamentos comunitários?

Ou por não realização dos projectos, ou por atraso na implementação dos programas e ainda como consequência da profunda crise orçamental da Comunidade — crise que resulta fundamentalmente de uma política agrícola comunitária subordinada aos interesses dos grandes monopólios e transnacionais — os milhões de contos tão propalados, como se a CEE fosse uma árvore de patacas, ainda cá não chegaram pelo menos em termos que satisficam minimamente os compromissos ou previsões do governo.

Rogério Brito, deputado do PCP

Legalizar o roubo

(...)

«O Governo entregou nas últimas semanas na Assembleia da República uma série de diplomas sobre política agrícola. Entre outras, aparecem duas propostas de lei sobre a Reforma Agrária.

A primeira, visa desnacionalizar parte dos prédios rústicos nacionalizados, o que é inconstitucional. A segunda proposta de lei, com a finalidade clara de destruir a Reforma Agrária, viola os artigos 81.º, alínea h), 83.º, 96.º, 97.º, 100.º e 104.º, entre outros, todos da Constituição da República.

Desta proposta de lei salientamos alguns dos traços principais: Primeiro, deixaria de haver limites para áreas de reservas. A 70 000 pontos poderiam corresponder desde 500 a 3000 ou mais hectares.

Os titulares, heranças indivisas e sociedades, poderiam requerer até quatro reservas e os cônjuges poderiam também requerer cada um a sua reserva, mais as respectivas majorações. Isto é, às reservas de 70 000 poderiam somar-se até mais 80% de majoração e mais 10% por cada membro do agregado doméstico.

Facilitaria e legitimaria as falsas doações, permitindo desta forma que os agrários se furtam às acções de expropriação, por diminuição fraudulenta do seu património rústico.

Aos agrários seria dada a facilidade de requererem o desconto de falsas e pretensas «benfeitorias» que tivessem realizado nos prédios, para o cálculo das pontuações e da área de reserva, sem quaisquer limites em contrapartida. Isto é, o agrário poderia requerer no cálculo de extensão da reserva que fosse só considerada a terra nua e depois receberia essa área mais as barragens, os estábulos, os regadios, as vinhas, as oficinas, sem que tal contasse para o cálculo da pontuação e da área.

Desta forma, as grandes benfeitorias feitas pelos trabalhadores acabariam sempre por ir parar às mãos dos grandes agrários. Acabaria também com o direito das UCP's/Cooperativas Agrícolas aos frutos pendentes e indemnizações por benfeitorias e outros investimentos existentes e realizados pelos trabalhadores nas áreas de reservas entregues.

Isto viria a dar cobertura aos roubos e esbulhos feitos às UCP's/Cooperativas, e daqui por diante, o roubo seria legalizado.»

(...)

Custódio Gingão, deputado do PCP

Internacional



Um apelo que foi ouvido, levando à Amadora, no dia 18, muita gente que sabe a importância de ser solidário

NICARÁGUA

À espera dos americanos

O ambiente que se vive na Nicarágua é de mobilização e alerta geral. De armas na mão, o povo nicaraguense aguarda a todo o momento a concretização das ameaças norte-americanas, que tanto podem revestir a forma de uma agressão concertada dos trinta mil contra-revolucionários preparados para o efeito sob a direcção da CIA, como uma verdadeira invasão do país pelas forças dos EUA. O mais provável até será a conjugação de ambas as modalidades, a fazer fé nas informações vinda a público. Em qualquer dos casos — e pese embora o facto de se estar de novo perante uma invasão diversas vezes anunciada e outras tantas adiada — é generalizada a opinião de uma tal aventura belicista da administração Reagan não só não encontrará ninguém desprevenido na Nicarágua como também terá repercussões em toda a América Latina.

O que significa a generalização do conflito, com todos os perigos que isso representa num momento em que ninguém ignora como é precária a estabilidade da paz mundial.

A questão que se coloca, pois, é a de saber se a obsessão hegemónica e totalitarista da administração norte-americana, confiada nos seus mitos de supremacia e na aparente ineficácia das condenações da comunidade internacional contra factos consumados, eliminou já todos os vestígios de elementar bom-senso e está à beira de provocar o passo fatal.

Tudo parece, à primeira vista, indicar que sim, desde a longa lista das aventuras belicistas dos EUA nos mais diversos pontos do mundo até à forma constante com que tem sido incrementada a presença militar dos EUA na América Central.

Segundo cálculos de especialistas, desde que Reagan se tornou presidente, em 1981, as despesas militares norte-americanas naquela região alcançaram um nível de crescimento de até 2000 por cento, sendo os gastos diários superiores a três milhões de dólares!

De acordo com os próprios dados oficiais, naturalmente mais «modestos», o governo dos EUA gasta actualmente cerca de 1200 milhões de dólares por ano na América Central, o que representa aproximadamente sessenta dólares por habitante. Uma verba impressionante, que está no entanto bem distante da realidade: cálculos independentes estimam que as despesas globais anuais vão de 7000 a 20 000 milhões de dólares.

No entanto, importa reflectir um pouco sobre as sucessivas fugas de informação no que respeita aos planos de agressão à Nicarágua, que de vezes anteriores obrigaram a Casa Branca se não a anular pelo menos a adiar a sua execução.

Qual o seu verdadeiro significado?

Não consta que o «Washington Post» e o «New York Times», dois jornais de inegável influência nos EUA, não tenham a noção do que representa a divulgação de tais planos.

Quando, com riqueza de pormenores, anunciam que Reagan decidiu confiar à CIA a direcção operacional do projecto para derubar o governo sandinista, dando para tal plenos poderes ao respectivo director, William Casey; quando informam que a invasão será feita por um exército de trinta mil «contras» com apoio logístico da Marinha, do Exército e da Força Aérea dos EUA; quando identificam o coronel William Comme Junior, veterano do Vietname, como o coordenador de todas as operações militares;

quando enfim trazem a público tudo o que deveria decorrer em segredo, os jornais norte-americanos sabem que a nível internacional se desencadeará uma reacção de condenação da política de Reagan.

Não ignoram tão pouco que a solidariedade com a Nicarágua crescerá e não apenas do ponto de vista formal.

Porquê então estas crónicas da invasão anunciada?

Avançar uma resposta seria provavelmente cair na tentação simplista de justificar tudo pelo jogo do poder nos EUA entre «pombas e falcões», de reduzir à guerra psicológica uma guerra muito mais mortífera, de minimizar os perigos reais de uma intervenção directa dos EUA na Nicarágua.

Por isso mesmo é que, embora a questão fique em aberto, há que não poupar esforços na condenação de Reagan e na solidariedade ao povo da Nicarágua. Um povo que foi comemorar o 7.º aniversário da sua revolução a Esteli, região mártir e bastião da resistência à guerra não declarada dos Estados Unidos, onde uma vez mais deixou bem claro que embora não desejando a guerra o país está mobilizado para o que der e vier.

Armado também — mas não só — com a força da sua razão, à espera dos americanos ou dos que a seu mando tentarem invadir o país.

(Mais informação sobre a Nicarágua nas páginas 1, 2 e 3 do «Em Foco».)

Cimeira de Harare

Sanções a Pretória

A imposição de sanções económicas totais e obrigatórias contra a África do Sul continua a ser a única via pacífica capaz de criar condições para a resolução do conflito na África Austral, que ameaça degenerar num holocausto de consequências horrorosas para todos os habitantes da região, caso o *apartheid* não seja suprimido de imediato. Esta é a opinião dos chefes de Estado e de governo dos Países da Linha da Frente (Angola, Tanzânia, Moçambique, Botswana, Zâmbia e Zimbabué), que no passado dia 18 estiveram reunidos em Harare para mais uma cimeira do grupo que contou igualmente com a presença de Sam Nujoma, presidente da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO), da Namíbia, de Alfred Nzo, secretário-geral do Congresso Nacional Africano (ANC) e Jhonson Mlambo, presidente do Congresso Pan-Africano da Azania (PAC).

A Cimeira, que examinou a deterioração da situação geral da África Austral, reiterou a sua convicção de que a principal causa dessa situação é a existência do *apartheid*, e que a evolução dos acontecimentos na África do Sul desde a imposição do estado de emergência, em 12 de Junho, se torna cada vez mais preocupante.

Como faz notar o comunicado final da Cimeira, a medida repressiva das autoridades racistas traduz-se em prisões arbitrárias, detenções, espancamentos, torturas, assassinatos de pessoas inocentes e indefesas, que a comunidade internacional não pode deixar de condenar.

Reafirmando o seu firme apoio às conclusões da recente Conferência Mundial realizada em Paris, a Cimeira deplorou a decisão da CEE em adiar por três meses a sua eventual adesão à aplicação de sanções contra a África do Sul, notando com desgosto que essa atitude encoraja o regime de Pretória na sua intransigência.

Recorda-se que a oposição às sanções se deve em particular aos governos da Grã-Bretanha, Alemanha Federal e Portugal, que no seio da comunidade são os mais fiéis seguidores da política da administração Reagan.

Uma posição que, no que toca a Portugal, continua a impedir o normal relacionamento com Angola e Moçambique, países vítimas das constantes agressões da África do Sul, com todas as nefastas consequências que daí advêm, em particular no que respeita à colaboração económica.

Quanto à Grã-Bretanha, são cada vez mais notórias as suas dificuldades no seio da Commonwealth, onde um número crescente de países exige o isolamento do regime racista. O facto seria de resto assinalado em Harare, tendo os representantes dos Países da Linha da Frente saudado a decisão de boicotar os jogos da comunidade britânica já anunciada por 24 dos 49 países membros. Como se afirma no comunicado final, a posição do governo britânico face às sanções é inaceitável, representando na prática um apoio ao regime racista na sua persistente negação dos direitos humanos inalienáveis dos povos da África do Sul e da Namíbia.

As informações que chegam de Pretória, ainda que fortemente controladas pela censura dos racistas, não param de confirmar tal realidade. Segundo dados oficiais, o número de mortos pela polícia desde imposição do esta-

do de emergência ascendia no início da semana a 166, sendo incalculável o número de presos e desaparecidos.

O desespero das autoridades de Pretória é no entanto cada vez mais evidente. Forçadas a recuar sempre que a luta do movimento de massas faz paralisar a economia, como sucedeu com a libertação de sindicalistas, desdobram-se em ameaças de toda a espécie. Enquanto no fim-de-semana um porta-voz da polícia anunciava a iminência de nova vaga de prisões, o presidente do regime racista, Pieter Botha, insurgia-se contra o clamor internacional que exige o isolamento do *apartheid* afirmando que o mundo ocidental está «minado por individualidades influentes que simpatizam com o bloco de leste».

Entretanto, o governo sul-africano ameaçou expulsar todos os jornalistas estrangeiros que se encontram no país, considerando-os responsáveis pelas «desordens» na África do Sul.

Quase seria cómico, se não fosse trágico.

Como se afirma no comunicado final da Cimeira de Harare, onde se expressa também a solidariedade com a Namíbia e se exige o cumprimento das resoluções da ONU sobre a sua independência, e se condenam os criminosos ataques da África do Sul aos países vizinhos, em particular a Angola onde os bandidos da Unita servem de ponta de lança do regime racista com o apoio directo e aberto concedido pelo governo dos Estados Unidos, a comunidade internacional tem um papel importante a desempenhar na liquidação do *apartheid*.

Pelo que toca aos países da Linha da Frente, diz-se, os crimes de Pretória não os desviarão da sua vontade de prosseguir o almejado objectivo de contribuir para estabelecer a paz, a liberdade e a justiça na África do Sul e da Namíbia.

Saudação do PCP à Frente Sandinista

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou à Direcção Nacional da Frente Sandinista a seguinte saudação:

Queridos camaradas, por ocasião do 7.º aniversário da histórica data de 19 de Julho e no ano em que passam 25 anos sobre a fundação da FSLN, o Comité Central do Partido Comunista Português transmite-vos, e através de vós a todos os membros da FSLN e ao povo nicaraguense, as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

A luta do povo da Nicarágua suscita o mais profundo respeito e admiração dos comunistas, da classe operária e da esmagadora maioria do povo português e constitui simultaneamente um grande estímulo à sua própria luta em defesa das conquistas da Revolução de 25 de Abril.

A guerra não declarada desencadeada pelo imperialismo norte-americano contra a Nicarágua tendo como objectivo desestabilizar e liquidar a Revolução de 19 de Julho, inscreve-se na sua estratégia global visando deter, e se possível inverter, a marcha dos povos pela sua emancipação social e nacional. A defe-

sa e consolidação da Revolução nicaraguense é assim do interesse das forças patrióticas progressistas e amantes da paz do mundo inteiro.

No momento em que a administração Reagan intensifica a sua escalada agressiva na América Central e crescem os perigos de uma agressão militar directa e em larga escala contra a Nicarágua, queremos confirmar-vos, queridos camaradas, a inteira solidariedade dos comunistas portugueses. Queremos ainda exprimir-vos a nossa confiança em que, contando com a activa solidariedade das forças do progresso social e da paz, o povo nicaraguense defenderá as

conquistas da sua Revolução e prosseguirá no rumo que ele próprio escolheu.

Aproveitamos a ocasião para vos expressar a nossa vontade de reforçar as relações de fraternidade e solidariedade existentes entre o PCP e a FSLN.

Viva o 7.º aniversário da Revolução Sandinista.

Viva a Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Viva a amizade e a solidariedade de todas as forças anti-imperialistas.

Lisboa, Julho de 1986.

O Comité Central do Partido Comunista Português.

João Aniceto
O quarto Planeta

Pelo autor de «Os Caminhos Nunca Acabam»
Prémio Editorial Caminho de Ficção Científica 1982



Paz Antes que sejam computadores a decidir da guerra

As imagens foram provavelmente divulgadas um pouco por todo o mundo, tal como passaram no pequeno écran, aqui em Portugal. Tratava-se de uma expedição norte-americana ao velho «Titanic» afundado. O mini-submarino «Alvin» aproximava-se dos destroços imersos. Podia-se mesmo apreciar ainda um velho lustre. O *robot* subaquático «Jason Junior» fazia com precisão o seu trabalho, nas difíceis condições da grande pressão e pouca luz (4 quilómetros de profundidade), e comandado à distância. Uma simples expedição científica? Um teste a sofisticadas tecnologias de exploração, e trabalho, subaquáticos?

O jornal soviético «Trud» denuncia que a operação ao «Titanic» foi financiada pela Marinha de Guerra dos Estados Unidos, e que o «Alvin» e o *robot* subaquático foram desenhados para fins militares, em particular para filmar à distância objectivos de interesse militar.

Pelo que a expedição ao «Titanic» nada teria a ver com as nebulosas explicações de investigação de um velho naufrágio. Antes seria a cobertura para testar «pacíficamente» material militar.

Este caso é apenas um exemplo solto da orientação profundamente militarista que caracterizam neste momento a política, a economia e a ciência nos Estados Unidos. Sem que até à data tenha sido possível qualquer inversão — na prática — desta perigosíssima política. Pelo contrário.

Assim, o semanário oeste-alemão «Der Spiegel» referiu em edição de há poucos dias que a Força Aérea norte-americana está a experimentar na RFA a construção de depósitos subter-

râneos sob os hangares dos aviões para armas nucleares táticas. A «vantagem» desta inovação seria a de fazer tais aviões levantar voo, carregados de armas nucleares, no período de apenas 15 minutos. Ou seja: encurtar os prazos de execução do suicídio colectivo!

Esta «experiência», em curso na base aérea de Ramstein, deverá em breve ser extensiva às bases de Mammingsen, Noerwienich e Hahn.

Mais — um dia depois de os Estados Unidos e a União Soviética terem anunciado o recomeço das discussões sobre a limitação dos ensaios nucleares (retomadas no passado dia 22 em Genebra), nova explosão nuclear foi realizada no deserto do Nevada. A potência da bomba utilizada

corresponde a 11 bombas de Hiroshima, e os cientistas afirmam que as vibrações provocadas pela explosão são idênticas às de um tremor de terra de 5,6 graus de intensidade na escala de Richter.

Uma provocação?

«Isto aqui está tranquilo»

Porque é que os Estados vão para a mesa de conversações, em Genebra, tendo como tema do debate com a União Soviética os acordos de limitação dos ensaios nucleares, quando é evidente o empenho do Pentágono no prosseguimento de tais ensaios? Porque é que a administração Reagan aceitou a proposta soviética para a realização de uma reunião especial sobre o tratado Salt-2, quando todo o seu programa estratégico aponta no sentido da «necessidade» de violar de forma multiforme tal tratado?

A resposta a estas questões não é difícil. O imperialismo não pode assumir claramente a sua aposta na força militar. E há factos particularmente elucidativos da importância que assume uma crescente exigência popular pela Paz.

Referimo-nos ao «anúncio» da intenção de violar o Salt-2. A

verdade é que os Estados Unidos não só não conseguiram fazer aprovar pela NATO tal posição, como há a registar afirmações significativas, mesmo de dirigentes dos governos mais reacccionários da Europa capitalista.

É o caso da RFA, cujo ministro dos Negócios Estrangeiros disse: «Agora, a tarefa consiste em que ambas as partes cumpram os dois acordos existentes sobre o controlo das armas. Isto é o tratado entre a URSS e os EUA sobre a limitação dos sistemas ABM e o tratado Salt-2. Isto corresponde aos nossos interesses já que também abre caminho a passos construtivos na esfera do desarmamento.» E a própria Thatcher afirmaria: «Consideramos ser importante que ambas as partes continuem a observar o tratado Salt-2 (...) E esperamos que elas o observem no futuro.»

Não se trata de «boas intenções» de destacados representantes do capital. É a pressão das realidades inerentes à era nuclear. E mais ainda, uma expressão da amplitude do movimento da Paz. Dos reflexos que pode ter ao nível da política dos países capitalistas.

Se é criminosamente persistente a aposta do imperialismo na força militar, não é menos persistente a batalha pela paz. A União Soviética tem reiteradamente afirmado que as provo-

cações, os esforços do capital para afastar o socialismo da batalha quotidiana pela paz são completamente inúteis. É isso mesmo que a prática confirma.

Um exemplo flagrante é a moratória unilateral respeitante aos ensaios nucleares, mais uma vez prorrogada após Tchernobyl, até 6 de Agosto próximo.

E é assim que enquanto no deserto do Nevada deflagrava mais uma bomba nuclear, no Casquistão, próximo de polígonos nucleares soviéticos, onde se encontra um grupo de cientistas norte-americanos, nos termos de um acordo entre o Conselho de Protecção dos Recursos Naturais dos EUA e a Academia das Ciências da URSS, o dirigente do referido Conselho, Thomas Cochran, ao falar do primeiro sismograma, dizia, «isto aqui está tranquilo».

No mesmo dia é noticiado que enviados especiais da URSS a vários países do mundo serão porta-vozes de uma mensagem de paz de Gorbachov.

O objectivo da mensagem, nas palavras do chefe do departamento de informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros soviético, «é realçar a importância de que se reveste a mais rápida resolução dos problemas do desarmamento, enquanto forem os chefes de Estado, e não computadores, a tomarem a decisão de declarar a guerra».

URSS e Estados Unidos

O primeiro semestre de 86

O objectivo apresentado como o prioritário para o segundo mandato de Reagan, foi o reequilíbrio orçamental. Os factos e os números parecem entretanto indicar que se está bem longe do cumprimento de tal promessa.

As previsões oficiais para o ano fiscal de 1987 (que começa em Outubro próximo) indicam que o **déficite orçamental dos Estados Unidos** pode ultrapassar os 154 milhões de dólares. É uma afirmação do director do Tesouro norte-americano, James Miller, que atribui este aumento do **déficite** à diminuição das receitas fiscais em relação às anteriores previsões, diminuição motivada pela desaceleração do crescimento económico durante o primeiro semestre de 1986, e que deverá prosseguir no segundo semestre.

De acordo com o **plano económico soviético**, no primeiro semestre de 1986 a produção industrial deveria aumentar de 4,3 por cento. O crescimento (em relação a igual período do ano passado) foi de 5,6 por cento.

Dado estatístico genérico a que se somam outros não menos esclarecedores.

Noventa e três por cento do crescimento recorde obtido deve-se ao aumento da produtividade do trabalho, que teve um salto de 5,2 por cento.

Nos sectores fulcrais, de cons-

trução de máquinas-ferramentas e aparelhos, electrónica e electrotécnica, o aumento da produção foi de 8 por cento e na produção de equipamentos de alta tecnologia — máquinas-ferramentas de comando digital, *robots* industriais, computadores, módulos industriais flexíveis — o crescimento oscilou entre os 50 e 100 por cento.

Números que apontam não apenas no sentido do cumprimento dos planos estabelecidos (e mesmo a sua superação), mas também numa direcção (como foi programado) de **desenvolvimento qualitativo**.

Outros índices traduzem a **essência social do crescimento económico socialista**. A produção de bens de consumo generalizado, nomeadamente de carácter sociocultural, e de uso individual e doméstico, cresceu mais depressa que a produção industrial. O salário médio de operários e empregados acusou um acréscimo de 3,2 por cento. O volume de comércio a retalho progrediu de 6,8 por cento.

Nem tudo correu de forma li-

near no cumprimento do plano. No que respeita a falhas há uma referência concreta à indústria do petróleo. Mas é difícil não reconhecer — como aliás foi a análise do Comité Central do PCUS — que estamos perante resultados e tendências globalmente positivos.

Para corrigir as **irregularidades de ritmo** de desenvolvimen-

to do plano de 1986, em todos os sectores e unidades de produção.

As diferenças

Saltam à vista as diferenças dos resultados obtidos neste primeiro semestre de 86 entre dois países que também são aos olhos dos povos de todo o mun-

do ser não só realidade actual mas a perspectiva de futuro e o capitalismo viver o seu fim histórico.

Um facto que não é de mais realçar pois só a prática poderá radicá-lo na consciência das massas.

Mas vale a pena referir ainda um outro elemento, intimamente ligado ao aproveitamento que é feito, às consequências geradas em cada sistema, pela revolução técnico-científica, que nos nossos dias molda até a nossa vida quotidiana.

No gigantesco programa de aceleração socioeconómica que hoje se está a viver na URSS indica-se especificamente que **serão desenvolvidos de forma mais rápida e profunda os ramos industriais que exigem um maior contributo da ciência**.

E nos EUA, para que ramos industriais é preferencialmente dirigido o contributo da ciência? Todos sabemos que para a corrida aos armamentos, para o aperfeiçoamento das armas em todos os domínios e a criação de outras armas e outras «frentes».

Inerentes a um sistema caduco, as evidentes dificuldades vividas pelo imperialismo no plano económico também têm muito a ver com esta suicida orientação política.



A produtividade do trabalho na URSS aumentou significativamente

to ainda registadas, foi proposto que se elaborasse e aplicasse um conjunto de medidas para assegurar a rigorosa execução

do símbolos de dois sistemas sociopolíticos opostos. O abismo da diferença tem razões que advêm do simples facto de o socia-

«Dominados pela miséria atroz que campeia nas suas terras, os trabalhadores das Beiras e do Algarve procuram o Alentejo na esperança de fazerem alguns dias de ceifa. A sua miséria é muita e os grandes lavradores (sempre prontos a tirar a pele ao pobre) tentam contratá-los, por jornas de fome, procurando ao mesmo tempo, quebrar a Unidade dos ceifeiros alentejanos. Mas os ceifeiros alentejanos, na sua grande luta deste ano fizeram, em muitos lados, a unidade com eles.

«Assim, na recente luta por jornas mais altas nas ceifas, em **Machado** (Évora), a «Comissão de Praça» avisou-se com um rancho de ceifeiros e estes, como o patrão não lhes pagasse a jorna estabelecida no caderno de jornas, abandonaram o trabalho.

«Um rancho de alentejanos que para lá tinha ido de outras localidades, também abandonou o trabalho pela mesma razão.

«Em **S.ª Suzana** (Évora), a «Comissão de Praça» actuou e dois ranchos de ceifeiros das Beiras abandonaram também o trabalho.

«Que em toda a parte as «Comissões de Praça» e de «Rancho» estabeleçam estreita unidade com os ceifeiros da localidade e estes são os ceifeiros de fora.

«Se não nos unirmos, a miséria será ainda maior.»

(«Os ranchos migratórios unem-se aos Alentejanos» — «Avante!», VI Série, n.º 104, Julho de 1947)



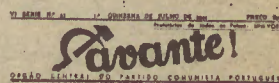
«Tanto em Angola como em Moçambique as massas trabalhadoras africanas, sujeitas à mais brutal e desumana exploração, lançam-se na luta para conquistarem melhores condições de vida.

«Nas plantações de cana-do-açúcar da empresa inglesa **Incomati Estates**, em Xinavade (**Moçambique**), desenvolveu-se um poderoso movimento reivindicativo de trabalhadores de cor que para aí tinham sido enviados pelo governo, com o fim de realizarem os trabalhos agrícolas ligados à cultura da cana. Estes trabalhadores foram mandados de Cabo Verde, pois a mão-de-obra nesta colónia continua a faltar.

«Acostumados a tratar dos que trabalham nas plantações da cana como simples animais de carga, sujeitando-os a maus tratos e a uma alimentação miserável, a **Incomati** quis alimentá-los como costumava, alimentar os outros, e sujeitá-los a trabalhos a que não estavam habituados.

«Firmemente e como um só homem os trabalhadores cabo-verdianos negaram-se a receber a alimentação e a realizar os trabalhos que lhes queriam destinar. Chamada a polícia, que os procurou intimidar com ameaças e posteriormente o administrador, estes valentes trabalhadores (...) mantiveram a mesma atitude. Em virtude da sua unidade e da sua firmeza, a **Incomati** Estates viu-se obrigada a fornecer-lhes melhor comida e a desistirem dos trabalhos a que os queria obrigar.»

(«As massas trabalhadoras africanas lutam contra a escravidão e o fascismo», «Avante!», VI Série, n.º 138, Julho de 1949)



«Em Junho reuniu-se em Copenhague, o **Congresso Mundial das Mulheres**, convocado por iniciativa da Federação Democrática Internacional das Mulheres.

«O Congresso reuniu 1863 delegadas de 67 países, alguns dos quais, como Portugal, União Sul Africana, Guatemala e outros, estiveram representados pela primeira vez num congresso de mulheres.

«Foram apresentados dois informes, um de **Andrea Andreen** e outro de **Eugénio Cotton**, sobre a situação e a luta das mulheres pelos seus direitos, pelos direitos da criança, pela Paz e Independência dos Povos. As delegadas intervieram na discussão dos informes.

«A escritora **Maria Lamas**, membro da delegação portuguesa, referiu-se à situação das mulheres portuguesas, cuja maioria não tem direito a voto e recebe um salário que chega por vezes a ser um terço e metade do salário dos seus companheiros de trabalho.»

(«Congresso Mundial das Mulheres» — «Avante!», VI Série, n.º 178, Julho de 1953)

NICARÁGUA

Os manuais

da CIA

para

sabotar

e

assassinar

Numa entrevista recente a um matutino de Lisboa, o embaixador

norte-americano no nosso País afirmava: «o comunismo tem uma filosofia que é, do meu ponto de vista, totalmente contrária a toda a tradição de liberdade e valores ocidentais. (...) a sua política é tentar subverter a sociedade».

A propósito de «subverter a sociedade» e do sétimo aniversário da revolução sandinista, torna-se oportuno relembrar algo que, nem por ter acontecido há dois anos, deixou de ter actualidade. Corria o ano de 1984 e Reagan tentava a reeleição quando chega à opinião pública de todo o mundo a descoberta de «Manuais de Sabotagem e Guerra Psicológica» produzidos pela CIA para apoiar a acção dos «contra» na tentativa de derrubar o governo sandinista. A origem destes materiais nunca foi negada. Quanto ao seu conteúdo, ele é deveras comprometedor. E demasiado grave para ser esquecido.

NO EFECTUAR LAS TAREAS DE MANTENIMIENTO DE VEHICULOS Y MAQUINAS



ESCONDER Y DAÑAR HERRAMIENTAS

ARROJAR HERRAMIENTAS POR LAS ALCANTARILLAS



DEJAR ABIERTOS LOS CORRALES DEL ESTADO

DISSEMINAR RUMORES



TELEFONEAR HACIENDO RESERVACIONES FALSAS EN HOTELES, ETC.



DERRAMAR LIQUIDOS



do ministro dos Assuntos Exteriores do governo sandinista, o padre Miguel d'Escoto, com uma garrafa de conhaque adulterado.

A longa experiência da CIA em terrorismo

Contudo, não obstante esta crescente actividade dos «contra», a revolução reforça-se, avança. É neste contexto que surgem os manuais, com o objectivo de orientar os bandos algo desorganizados dos membros da extinta Guarda Nacional do ditador Somoza.

Assim, no Outono de 1983 reúnem-se em Tegucigalpa, capital das Honduras, dois homens, um nicaraguense e outro de ascendência irlandesa. O primeiro chama-se Edgar Chamorro e provém de uma importante família da Nicarágua. Licenciado pela Universidade de Harvard é contactado pela CIA para integrar a direcção da FDN, uma das organizações contra-revolucionárias, pois esta necessitava, na sua direcção, de alguém que não estivesse directamente comprometido com a ditadura.

NICARÁGUA

Os manuais da CIA para sabotar e assassinar



O outro esconde-se sob o nome de John Kirkpatrick. Trata-se de um velho «lobo» da CIA, veterano das guerras da Coreia e do Vietname.

Têm ambos por missão a redacção dos dois manuais, um ilustrado, com instruções para acções individuais de sabotagem e outro, com orientações para a condução de uma luta de guerrilhas, explorando em particular a sua componente psicológica.

Na redacção destes materiais têm sobretudo o cuidado de fugir às implicações da Emenda Boland, aprovada pelo Congresso dos EUA em 1982. Segundo essa emenda, o governo dos EUA não pode desenvolver acções com o objectivo de derrubar o governo de um país soberano.

Apesar disso, no texto final, acabam por ficar diversas referências a uma «Cruzada Cristã» conduzida pelos «Comandos da Liberdade» ou «Guerrilheiros Cristãos» com vista ao derrube da «tirania marxista», sob a palavra de ordem «Deus, Pátria e Democracia».

Os crimes da contra-revolução

Um dos objectivos centrais da actividade dos «contra» é a destruição ou paralisação das infra-estruturas produtivas nacionais. O manual de sabotagem responde a essa linha. Chegar tarde ao trabalho, demorar no cumprimento das tarefas, danificar veículos, máquinas e ferramentas, abrir os currais das cooperativas ou roubar alimentos, espalhar boatos, cortar fios de telefone, provocar curto-circuitos, partir janelas, enfim, instruções para todo o tipo de boicotes e sabotagens que concorram para criar um clima de instabilidade e insegurança entre as populações.

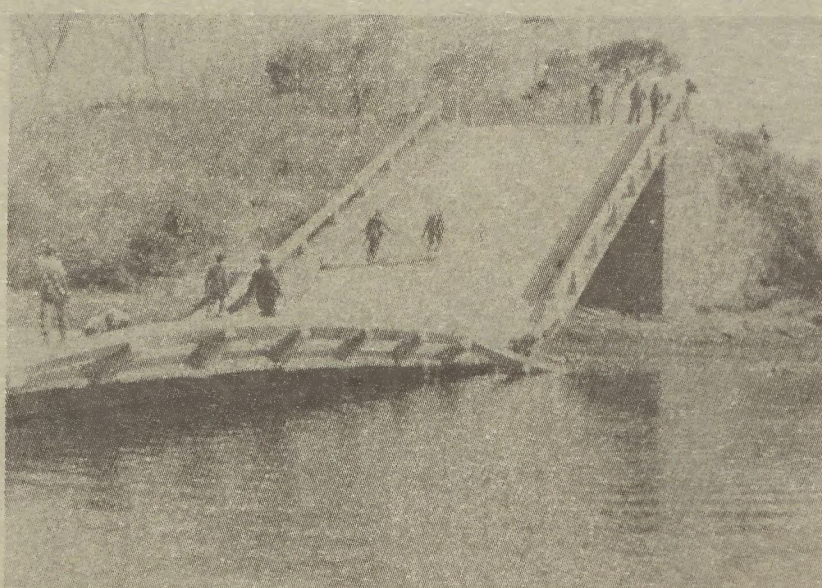
Seguem-se instruções para fazer bombas incendiárias e entupir esgotos, tudo isto acompanhado de desenhos explicativos.

Quanto ao segundo manual, «Operações Psicológicas na Guerra de Guerrilhas», e se ainda houvesse dúvidas, ele atesta bem das intenções criminosas dos seus autores.

Os temas tratados são os seguintes: «o guerrilheiro propagandista-



Destruir, sabotar, é o objectivo dos «contras»



-combatente, a propaganda armada, as equipas de propaganda armada, o desenvolvimento e controlo das organizações de «fachada», o controlo das concentrações de massas e reuniões e o apoio massivo através de operações psicológicas» e, finalmente, um apêndice sobre «técnicas de oratória».

Dadas algumas indicações quanto à formação do «guerrilheiro propagandista-combatente», «homens capazes de justificar todos os seus actos quando confrontados com o povo», segue-se o ponto sobre «propaganda armada».

Aí se afirma que o «guerrilheiro» deve ter a preocupação de fazer a propaganda das armas, ou seja, por exemplo, «explicar aos jovens e crianças o manejo das armas», «apontando-as a alvos imaginários, pois todos eles são recrutas potenciais».

E porque razão «todos eles são recrutas potenciais», perguntará o leitor? Onde se fala de recrutamento, diz-se que uma das técnicas a utilizar é o «recrutamento involuntário», através de «conversas com alguém que desconhece que está a falar com homens do movimento. É informado, depois, que está dentro da organização e que se não cooperar expõe-se à polícia». Mais adiante, diz-se que a «denúncia de um «objectivo» que não quer aderir ao movimento pode ser facilmente levada a cabo, quando se torne necessário, por meio de uma carta com falsas declarações de cidadãos que não estejam implicados».

O mesmo método é aplicado no desenvolvimento e controlo das organizações de «fachada». «Inicialmente são recrutados cidadãos para movimentos «inócuos». A revelação do seu envolvimento na organização clandes-

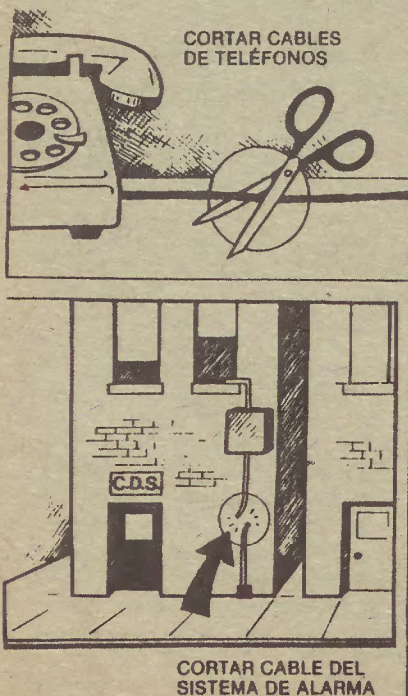


Daniel Ortega visita Brenda Rocha de 15 anos, a única sobrevivente de um ataque no nordeste da Nicarágua

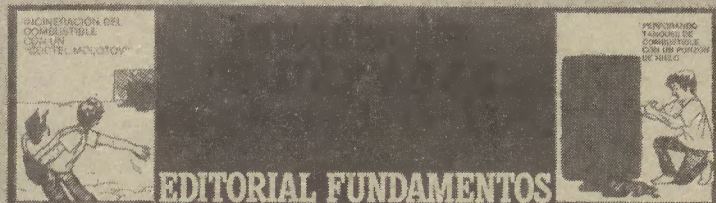
tina proporciona a pressão psicológica para os usar».

Este manual está repleto de orientações para o lançamento de ataques terroristas. São empregues, numa primeira fase, «técnicas de infiltração e subversão» do mesmo tipo das utilizadas no início da segunda guerra, pela Alemanha nazi. Na Nicarágua, os bandos somozistas utilizam, com este fim, a rede ainda existente e que a revolução não conseguiu dismantelar, dos «capitães de caneta», camponeses que no tempo da ditadura eram espíões infiltrados no «apoio aos bandos «contra»».

Segundo o texto, nos ataques às aldeias, os «guerrilheiros» devem sequestrar os membros da Frente Sandinista e do Governo «mas não os agredir em público». Se eventualmente algum camponês tentar fugir de uma aldeia ocupada pelos «contra» a ordem é abatê-lo e justificar publicamente essa acção porque se «tentou detê-lo mas ele não parou» ou porque se fossem avisadas, as forças sandinistas desencadeariam «acções de re-



MANUALES DE SABOTAJE Y GUERRA PSICOLOGICA DE LA C.I.A. PARA DERROCAR AL GOBIERNO SANDINISTA



presália pela hospitalidade que prestaram ao movimento».

O manual aconselha ainda o assassinio puro e simples de representantes do Governo ou da Frente Sandinista. Nestas acções como em «trabalhos específicos para criar um mártir para a causa», devem «contratar-se criminosos profissionais».

No desencadear destas acções deve ter-se em conta «o grau de violência necessário para a acção, o grau de violência aceitável pela população e o grau de represália possível».

Por outro lado, nas concentrações de massas considera-se necessária a formação de «tropas de choque», «homens equipados com armas brancas que devem marchar um pouco atrás dos participantes inocentes e incautos. Entrarão em acção de forma súbita e violenta a fim de distrair as autoridades e permitir, deste modo, a retirada rápida do comando interno», responsável pela manipulação da manifestação.

Solidariedade

Abstivemo-nos de qualquer tipo de valorações. Tentámos, na medida do possível, descrever aquilo que dizem os manuais. Para quem não acreditasse. Para quem eventualmente tivesse dúvidas.

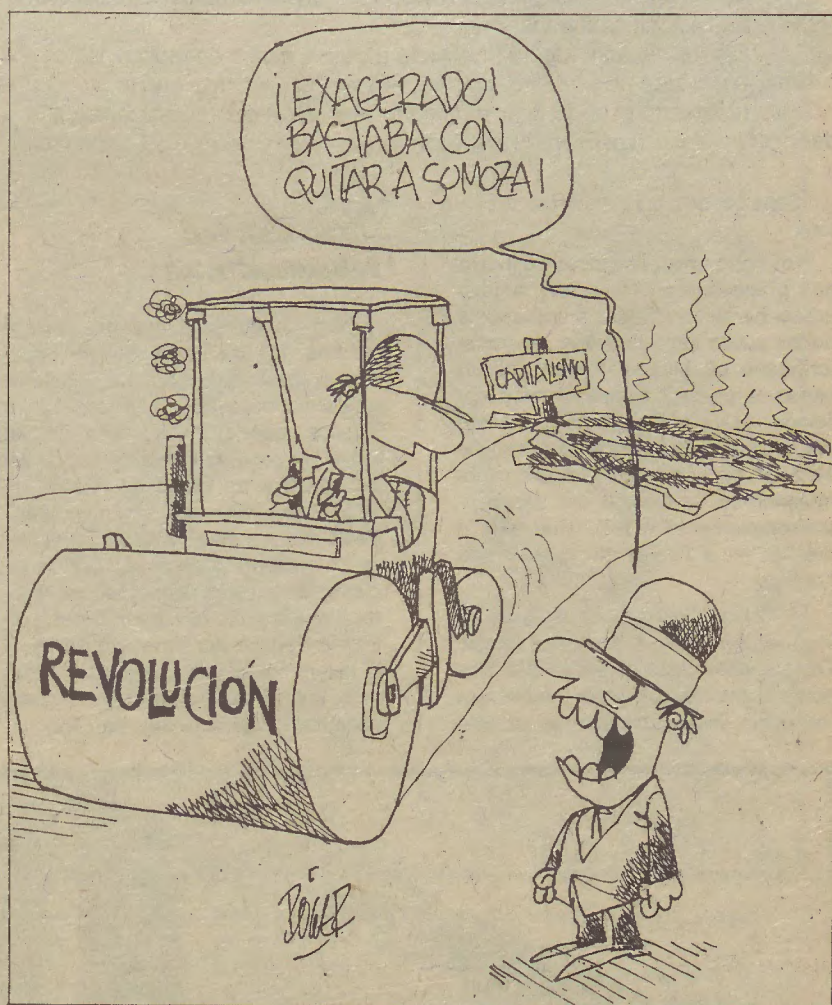
Quando passamos os olhos por algumas destas linhas, vêm-nos irresistivelmente à memória acontecimentos da nossa história recente. Do tempo em que o actual sub-director da CIA, Frank Carlucci, era embaixador em Portugal.

Na Nicarágua, ferido de morte, o imperialismo não hesita, como vimos, em lançar mão dos mais hediondos meios para vergar a vontade de um

O manual por ele próprio...

- «As armas proveçam sempre, interiormente, nas pessoas, um terror implícito que pode ser usado contra elas. Ainda que se evite a coerção explícita, podem, por isso conseguir-se resultados positivos com a presença entre as populações de guerrilheiros armados».
- «A acção psicológica do nosso movimento através de quadros nossos infiltrados, prepara uma atitude mental que, num momento crucial, pode despoletar numa fúria de violência. (...) Usando estas tácticas, uma força de duzentos a trezentos agitadores pode manobrar uma manifestação de dez mil a vinte mil pessoas».
- «É conveniente que o quadro (o líder) guie a discussão num grupo de forma a tocar os pontos desejados e chegar a uma conclusão correcta. Os guerrilheiros devem sentir que a decisão foi tomada livremente por eles».
- «O inimigo comunista deve ser assinalado como o inimigo número um do povo».
- «Devem contratar-se criminosos profissionais para realizar 'trabalhos' específicos. Os nossos agitadores visitarão locais onde se juntam desempregados... a fim de os contratar para «trabalhos» não especificados. O recrutamento destes assalariados é necessário para a criação de núcleos debaixo de ordens absolutas dispostos a cumprir qualquer ordem».

in Operações Psicológicas na Guerra de Guerrilhas



povo que quer ser ele próprio, que, por respeito à sua história, quer decidir e trilhar os caminhos do seu futuro. Em liberdade. Em paz. Depois disto e quando lemos na imprensa que Reagan e a CIA preparam «uma agressão directa de grande envergadura contra a Nicarágua, com a utilização de vinte

a trinta mil contra-revolucionários nicaraguenses e unidades militares conjuntas das Honduras e dos EUA («o diário» de 17 do corrente, citando a agência espanhola EFE) não é possível, mais, a indiferença. Há um povo que quer ser livre. É nosso dever prestarmos-lhe toda a solidariedade. ■



Camponês foge das zonas flageladas pelos ataques dos «contra». A ordem dos manuais é para abater todos os fugitivos



Funeral das vítimas de um ataque terrorista dos «contra» em San Francisco del Norte

■ A. Dias Lourenço

Há 50 anos a Guerra Civil espanhola

Cinquenta anos são passados sobre um acontecimento transcendente da História contemporânea. Em 18 de Julho de 1936 eclodia paredes meias connosco, do outro lado da fronteira, uma rebelião militar armada que iria rapidamente degenerar num sangrento abcesso internacionalizado de incalculáveis dimensões e consequências — a Guerra Civil espanhola.

Sabe-se que o Homem faz a História.

Primeiro, no entretacer colectivo dos grandes acontecimentos, no seu empenhamento directo e incessante no processo revolucionário de transformação do Mundo. Depois, disseccionando os próprios acontecimentos, coligindo factos e ideias, interpretando-os à luz das leis gerais do desenvolvimento da sociedade humana, submetendo-os — mesmo por vezes inconscientemente e até denegando o método — à luneta do materialismo histórico.

A Guerra Civil espanhola é um vivido acontecimento da nossa época. Dista apenas duas gerações dos dias actuais; muitos dos seus intervenientes estão vivos; abundam ainda hoje

Conjuntura internacional

Com o desembarque das legiões moures nas praias do Sul de Espanha, a jovem República Espanhola — caldeada na insurreição de Jaca e Huesca, regada com o sangue de Galán e Hernandez; triunfante com o fim da ditadura de Primo de Rivera em 1931; temperada com a heroica greve geral das Astúrias de 32/34 reveladora da combatividade e consciência de classe do proletariado espanhol; finalmente consolidada pelo triunfo da Frente Popular em Fevereiro de 36 — a jovem República Espanhola, dizíamos, iria ser submetida à prova numa conjuntura internacional marcada pe-

nha mas principalmente no conhecimento concreto da participação do nosso movimento operário e antifascista da época, em particular dos comunistas portugueses e do seu Partido.

Dir-se-ia que à curta distância de 50 anos seria difícil deformar a história, até no plano factual.

Entretanto, no que tem aparecido na imprensa portuguesa nos últimos dias com uma ou outra excepção é visível a preocupação de silenciar aquela participação ou dar relevo a outras que no conflito de Espanha foram menos relevantes.

Testemunhos do coragem

Para os comunistas portugueses como para todo o movimento comunista internacional, ainda sob a repercussão dos julgamentos de Leipzig e do VII Congresso da IC, tornou-se claro que o centro do movimento revolucionário mundial se deslocara para Espanha.



os testemunhos directos e indirectos dos acontecimentos de Julho de 36.

Nenhuma dúvida hoje subsiste de que a Guerra Civil de Espanha, que ceifou um milhão de vidas, constituiu na época para as ditaduras fascistas alemã e italiana um ensaio geral e foi o prelúdio internacionalizado daquela que iria ser a maior conflagração de todos os tempos, em cuja esteira ficaram mais de 50 milhões de mortos e as mais terríveis destruições — a Segunda Guerra Mundial de 1939/45, que iria saldar-se pela retumbante derrota do nazi-fascismo nos campos de batalha.

Quase se poderia dizer que a Segunda Guerra Mundial se iniciou com o levantamento franquista de Melilla e terminou depois de o fascismo ter devastado a Europa com o haster da gloriosa bandeira dos exércitos soviéticos sobre a Porta de Brandeburgo.

As primeiras arremetidas expansionistas da Alemanha nazi na Europa.

Mais uma vez a revolução e a contra-revolução iriam medir forças e mais uma página conturbada da História contemporânea iria ser virada.

A efeméride comemorada em 18 de Julho toca-nos perto. Os acontecimentos que durante três anos ensanguentaram as terras de Espanha iriam fazer alastrar a toda a Península Ibérica a forma mais brutal e violenta de domínio do capital financeiro que há mais de 10 anos o povo português sofria já na própria carne — o fascismo.

Muito se avançou já no aprofundamento histórico da Guerra Civil espanhola e do seu significado para o movimento comunista e operário internacional.

Pouco se tem avançado, porém, na análise das suas repercussões em Portugal, da interligação e aliança entre os fascismos de Portugal e Espa-

As primeiras intervenções da Alemanha nazi e da Itália fascista, ainda em fins de Julho de 36, foram seguidas de desembarques maciços de material de guerra e de forças italianas, de bombardeamentos aéreos da «Legião Condor» da Alemanha hitleriana, da conspiração do capitalismo internacional que sob a capa da «não intervenção» em Espanha, aspirava a sufocar o foco revolucionário ateado pela Frente Popular espanhola.

Já nos dias escaldantes que antecederam a eclosão da Guerra, à Espanha republicana, onde viviam no exílio destacados democratas como Jaime Cortesão, Bernardino Machado e outros, aluliam destacados militantes do movimento operário português e do Partido Comunista Português.

Ajudar o povo espanhol na sua guerra libertadora antifascista tornou-se um dever internacionalista.

Joaquim Pires Jorge e Manuel



Guedes, já então dirigentes do PCP, presos pouco antes na zona fronteiriça de Badajoz, onde cruéis massacres viriam a ser testemunhados e relatados com todo o condicionalismo da censura salazarista da época pelo jornalista de estirpe que era e é ainda Mário Neves — tinham sido condenados a dois anos de encarceramento e encerrados na prisão de Cáceres, onde numerosos combatentes governamentais espanhóis foram friamente executados.

Pires Jorge e Guedes testemunharam os últimos adeus de muitos fuzilados, a sua coragem no enfrentar dos algeos franquistas, a abnegação com que se despediam dos companheiros e da vida. Um deles, antes de sair do calabouço onde se amontoavam os condenados, descalçou as botas e deixou-as ao colectivo: «Pega-las, podem ser necessárias!» E marchou descalço para o pelotão de fuzilamento.

Pires e Guedes acabaram por ser entregues à PIDE pelos franquistas e ingressaram nas prisões portuguesas por longos meses.

Álvaro Cunhal em Espanha

Para tentar libertá-los, e com outras tarefas partidárias, foi enviado a Espanha Álvaro Cunhal, então Secretário Geral das Juventudes Comunistas e já então na clandestinidade.

Álvaro Cunhal esteve em Espanha nos momentos cruciais da rebelião franquista e primeiros meses da Guerra, participou activamente na organização dos voluntários portugueses que participavam na luta heroica do povo espanhol, desenvolveu esforços e diligências para a criação da Frente Popular Portuguesa em estreita ligação com Jaime Cortesão, Moura Pinto e outros antifascistas emigrados em

Espanha, assim como Bernardino Machado.

A participação dos comunistas portugueses

Um facto que tem sido desconhecido ou silenciado pelos comentadores actuais da participação portuguesa ao lado da República Espanhola: os portugueses que em grande número (ainda hoje não conhecido precisamente) lutavam nas tropas republicanas, não participavam nas Brigadas Internacionais porque, mais estreitamente identificados com o povo espanhol e falando a sua língua, eram naturalmente incluídos nas próprias unidades espanholas.

Comunistas portugueses tombaram heroicamente nas frentes de batalha, vários sucumbiram às balas dos pelotões de fuzilamento, alguns casos constituídos por «viriatos» (voluntários fascistas comandados por Botelho Moniz).

Alguns lá ficaram, sem que se conheçam os seus nomes soldados desconhecidos da causa da Revolução.

Mas outros devem ser inscritos como verdadeiros heróis que à Revolução deram a vida.

António Vicente, da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas, morto na frente do Guadarrama; Augusto Duarte Reis, da Anadía, representante do PCP em Madrid, caído na frente de Teruel; Armindo de Almeida, do Barreiro, marinheiro da Revolta de 8 de Setembro em Portugal, que fugiu a nado para a margem sul do Tejo quando os fascistas bombardearam os barcos insurrectos, conhecido pelo «Peru», morto num bombardeamento aéreo em Cartagena, onde frequentava a escola de oficiais marítimos republicanos; António Cabrita, que caiu como tenente do exército republicano; Inocêncio Câmara Pires,

médico fuzilado pelos franquistas; Salvador Cruz e outros.

Antifascistas estreitamente ligados na época ao PCP, como Oliveira Pio, oficial instrutor do 5.º Regimento (comunista), saiu vivo e por largos anos, emigrado em Marrocos, mantendo correspondência frequente com o PCP. Alexandrino chefiou nos primeiros tempos da guerra a coluna «Alexandrine» na Catalunha.

Outros ainda desconhecidos caíram nas frentes de batalha da Guerra Civil espanhola. Alguns como os irmãos Reis — José e Manuel, este médico, vivendo ainda em Grândola e Miguel Francisco — foram entregues a Salazar e deportados para o Campo da Morte Lenta do Tarrafal (Cabo Verde).

Pensamento de homenagem

Neste cinquentenário do começo da Guerra Civil espanhola, para eles, para os camaradas portugueses caídos em Espanha, deve ir um pensamento de homenagem dos que em Portugal têm continuado o combate.

A solidariedade activa dos comunistas portugueses aos comunistas espanhóis e ao povo antifascista de Espanha foi uma constante da actividade do PCP mesmo depois da guerra.

No período de 1944/45 passaram por Portugal e foram acolhidos nas instalações clandestinas do PCP, sem que qualquer tivesse caído nas mãos da PIDE, vários camaradas do PCE. Alguns regressados à luta clandestina em Espanha, com a ajuda do PCP, foram mais tarde presos pelos franquistas e fuzilados.

Um dia, episódios não conhecidos desta longa odisséia deverão ser trazidos à luz do dia para que o povo português conheça finalmente o que foi a sua própria participação nessa histórica e heroica luta do povo espanhol pela liberdade. ■



Organização Internacional de Jornalistas

— 40 anos de luta pela paz

A ideia nasceu durante a Segunda Guerra Mundial, quando a necessidade de formar uma frente comum para derrotar o nazifascismo que ameaçava o mundo se transformou num imperativo para todas as forças amantes da paz.

Conscientes da importância do seu papel na formação e informação das mais amplas camadas da população, jornalistas de todo o mundo deixaram em segundo plano as suas diferenças políticas, ideológicas, religiosas, e meteram ombros à tarefa de criar um movimento com o objectivo principal de defender a paz e a amizade entre os povos.

Foi há quarenta anos, mas a iniciativa mantém toda a sua actualidade e pertinência. Os ideais que levaram à criação da Organização Internacional de Jornalistas (OIJ), nesse ano distante de 1946, são hoje mais necessários do que nunca quando a ameaça do holocausto nuclear paira sobre a Humanidade e o domínio dos meios de informação se transformou numa verdadeira arma.

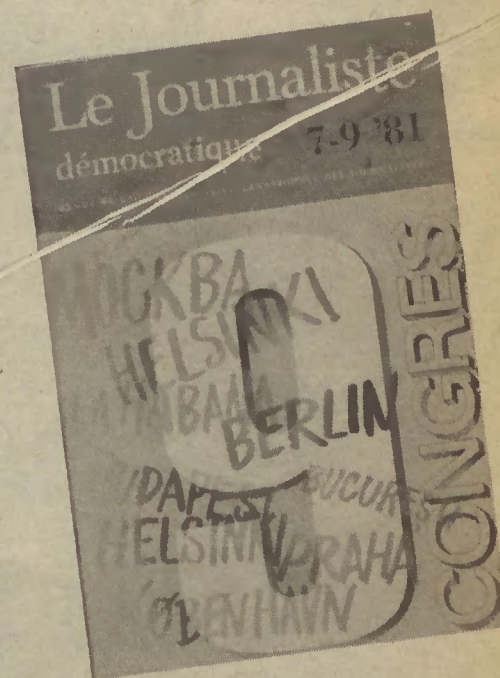
A ideia de fortalecer e ampliar a cooperação entre jornalistas para a preservação da paz e a amizade entre os povos através de uma informação livre, verdadeira e honesta da opinião pública, e para a luta contra a propaganda bélica e fascista, contra a instigação do racismo, contra a criação de tensões internacionais, ganhou raízes fundas na classe a partir do congresso constitutivo da OIJ, realizado em Copenhague, na Dinamarca.

A Organização não escapou no entanto às consequências da política imperialista da «guerra fria», para quem a informação foi sempre uma frente da maior importância. É assim que em 1952 as organizações de jornalistas dos Estados Unidos e de outros países capitalistas se retiraram da OIJ, criando a sua própria estrutura, a Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), com sede em Bruxelas, na Bélgica.

A OIJ, cuja sede havia sido transferida após o segundo congresso de Londres para Praga, lamenta a que-

zações nacionais de jornalistas filiadas na OIJ, tanto de países socialistas como de países capitalistas desenvolvidos da Europa, América do Norte e Austrália. Como se afirma num memorando recente da Organização, foram as suas convicções antifascistas e democráticas, o esforço desenvolvido para conseguir a unidade dos jornalistas de todo o mundo interessados na cooperação e na paz, por uma informação verdadeira e séria, pelo direito ao trabalho qualificado e contra a concentração e a monopolização dos meios de comunicação de massas, que os levaram a engrossar as fileiras da OIJ.

As suas expectativas não foram goradas. Graças a uma intensa campanha de esclarecimento, a OIJ conseguiu romper caminho mesmo em sectores que consideravam que a luta pela paz não era um assunto «profissional» dos jornalistas, estimulando



bra da ampla unidade conseguida nos primeiros anos do pós-guerra mas não se afasta dos seus objectivos. Os resultados do trabalho persistente e consequente falam, por si: actualmente, a OIJ é a maior organização mundial de jornalistas, contando nas suas fileiras com mais de 200 mil profissionais de 120 países da Europa, Ásia, África e América Latina.

Numerosas são também as organi-

com o seu exemplo a realização de inúmeras actividades promovidas por jornalistas contra a guerra.

É de salientar, por exemplo, o facto de o jornalismo europeu assinalar o dia 27 de Outubro como uma jornada de acção jornalística pela paz, na sequência de uma iniciativa dos jornalistas finlandeses no âmbito da semana da ONU pelo desarmamento.

Neste domínio revestiu-se de particular importância a primeira conferência dos jornalistas dos países da Eu-

ropa Ocidental realizada em Espoo, na Finlândia. Cerca de uma centena de jornalistas debateu aí o papel a desenvolver nas condições de perigo crescente de uma catástrofe nuclear, bem como a necessária coordenação das actividades dos jornalistas da Europa ocidental pela paz.

Pese embora as diferentes condições existentes nos respectivos países, incluindo no que respeita à ética jornalística e às diferentes posturas que determina, do encontro ressaltou de forma inequívoca a clarificação da posição a tomar face à ameaça de um

confronto bélico e às actividades de certos círculos reaccionários do complexo militar-industrial, que através dos meios de comunicação de massas conseguem manipular a opinião pública internacional a favor dos objectivos militaristas.

Uma actividade diversificada

A gravidade daquela situação levou a OIJ a empenhar-se na realização de

múltiplas actividades de jornalistas nas áreas da paz, da cooperação e da amizade na Europa. A promoção de conferências, encontros, simpósios, colóquios, «mesas-redondas», exposições, tornaram-se habituais. O debate de ideias entre jornalistas com as mais diferentes convicções e opiniões deixou de ser um sonho impossível, à medida que as suas preocupações comuns se foram tornando mais e mais importantes.

Com efeito, de há muito que a consciência da necessidade de pugnar pela criação de zonas desnuclearizadas e sem armas químicas na Europa Central e do Norte, nos Balcãs e no Mediterrâneo, bem como a luta pelo desarmamento geral e contra as

Le Journaliste démocratique 4 '83

REVUE DE L'ORGANISATION INTERNATIONALE DES JOURNALISTES



Questões que passam, com uma actualidade cada vez maior, pela **necessidade de uma nova ordem económica internacional e por uma nova ordem internacional da infor-**

incluindo o intercâmbio mais frequente de delegações para a resolução de problemas urgentes e trocas de experiência, prestar ajuda material e técnica, preparar quadros jornalísticos.

prioridades técnicas, dos aspectos jurídicos da televisão cósmica e outros.

Conseguir que estas questões sejam resolvidas no interesse da paz, da compreensão mútua entre os povos e do desenvolvimento progressista de todo o moderno complexo da informação, é o objectivo da OIJ. Trata-se em primeiro lugar, sublinha-se, de evitar que se abuse dos êxitos técnicos neste sector para violar a soberania dos outros países e interferir nos seus assuntos internos.

Por isso se dedica tanta atenção à formação de jornalistas através do alargamento do sistema de escolas internacionais da OIJ, que neste campo coopera com as uniões nacionais filia-

umentar o interesse e elevar o nível profissional dos jornalistas.

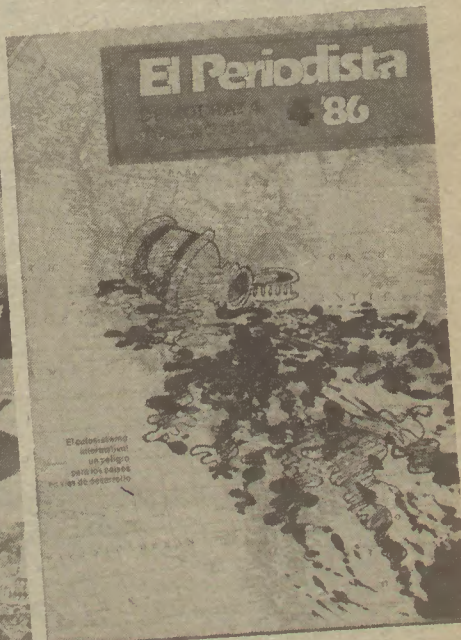
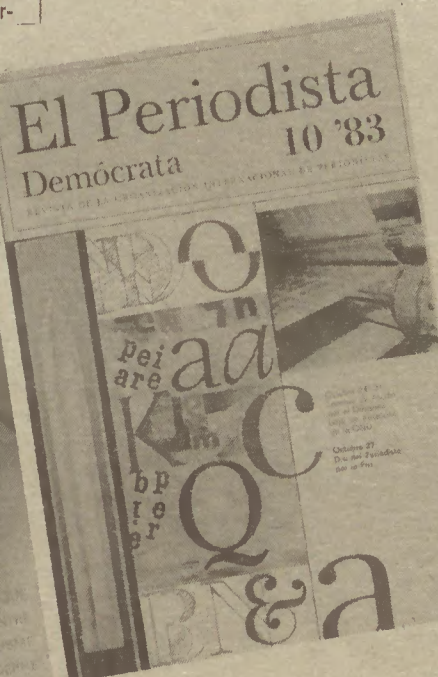
Nos domínios da investigação e da documentação a OIJ desenvolve também intensa actividade, nomeadamente através do Instituto Internacional de Jornalismo. Aí se recolhem e processam diversas informações relacionadas com os meios de comunicação de massas, os jornalistas e as organizações que trabalham neste campo, dedicando particular atenção às questões relacionadas com a protecção dos jornalistas, à influência das novas

armas nucleares (iniciativas apoiadas pela OIJ), venceram divergências pontuais de somenos importância.

Cabe recordar, neste contexto, o importante papel da Organização na divulgação pública da ideia de convocar uma conferência sobre a segurança e a cooperação na Europa, com o objectivo de a transformar num continente de paz. Ao tema foi dedicada a declaração da OIJ a propósito do 30.º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, que apelava à intervenção de toda a opinião pública progressista.

Concretizada com êxito essa iniciativa, a OIJ tomou a ser cargo a activa difusão da Acta final de Helsínquia bem como a denúncia das tentativas da reacção para abafar e sabotar os resultados da conferência europeia.

Com toda a legitimidade, a OIJ partia do facto, reconhecido de resto na própria Acta final, da importância crescente da informação na vida das populações ser indiscutivelmente um traço característico dos nossos dias. E também do que está estipulado na Declaração da Unesco a propósito da contribuição dos meios de comunicação de massas em prol da consolidação da paz e da compreensão inter-



nacional, do desenvolvimento dos direitos humanos e da luta contra o racismo, o *apartheid* e a guerra.

Basta recordar a intensa campanha do imperialismo norte-americano contra a Unesco, que culminou com o abandono daquele organismo, para facilmente se entender quanto a actividade da OIJ desagrade aos círculos dirigentes dos EUA.

Um desagrado que se acentua com a persistente denúncia das manobras dos EUA e dos seus aliados da NATO, que procuram subverter os princípios da Conferência de Helsínquia através de diferentes «formulações», «supressões» e «aprofundamentos» dos acordos da Acta final.

O que em última análise reforça a convicção da OIJ de que **lutar pela paz significa nos nossos dias lutar pela liberdade das nações, contra as agressões, as ingerências nos assuntos internos dos outros países, contra o racismo e o *apartheid*, o colonialismo e o neocolonialismo.**

mação, que permita aos países em vias de desenvolvimento libertarem-se das cadelas da dependência do imperialismo, das multinacionais e dos monopólios e avançar mais rapidamente na via do progresso económico e social.

A caminho da independência

A formação de uma nova ordem internacional da informação ocupa compreensivelmente um lugar cimeiro nas iniciativas da OIJ. Desde os primeiros anos da sua actividade que a OIJ contribui para a formação e consolidação dos meios de comunicação de massas nos países em vias de desenvolvimento e para o desenvolvimento do seu jornalismo.

O primeiro plano de três anos foi adoptado em 1964; destinava-se a desenvolver a imprensa, a rádio e a televisão dos jovens Estados independentes de África, Ásia e América Latina,

Por outro lado, desde 1953 que existe o Fundo Internacional de Solidariedade, destinado sobretudo à ajuda de jornalistas perseguidos pelas suas actividades democráticas.

Como se refere em muitos documentos da OIJ, a **instauração e o desenvolvimento da nova ordem internacional da informação estão estreitamente ligados aos problemas da aplicação dos novos conhecimentos da revolução científico-técnica no sector da informação, bem como aos problemas políticos, jurídicos e éticos que surgem neste campo.**

O movimento internacional dos jornalistas, afirma-se num recente balanço da OIJ, **não pode desconhecer nem ser imparcial perante problemas tais como o carácter das correntes de informação, asseguradas via satélite, linha estratégica dos monopólios ocidentais para uma posterior concentração dos meios de comunicação de massas no mundo não socialista e a subordinação neocolonialista destes meios nos países em vias de desenvolvimento em detrimento das**

das dos países organizadores, bem como com os países que enviam os seus jornalistas às referidas escolas. Na maioria dos casos, organizam-se cursos de curta duração (até um ano) para jornalistas de países em vias de desenvolvimento que já tiveram anteriormente uma preparação básica e alguma experiência prática.

Nos últimos anos tem aumentado a ajuda aos institutos de jornalismo e às escolas de Berlim, Budapeste, Sófia, Praga, Bucareste, Havana e outras, bem como a ajuda no que se refere à organização de seminários e cursos em diferentes países de África, Ásia e América Latina.

Nos últimos 5 anos, mais de 1000 jornalistas passaram pelas escolas da OIJ e mais de 5000 participaram em seminários e cursos organizados em diversas partes do mundo. Destas actividades, em que participam regularmente cientistas, professores e jornalistas dos países em vias de desenvolvimento, uma boa parte é levada a cabo em cooperação com a Unesco.

De forma ininterrupta funcionam ainda diversas secções e clubes da OIJ, como por exemplo a secção dos jornalistas especializados em questões de agricultura, a secção internacional de fotografia; por seu turno, a atribuição anual de prémios jornalísticos, a organização periódica de exposições fotográficas contribuem para

tecnologias nos jornalistas e no seu trabalho, à concentração monopolista da imprensa e à preparação dos jornalistas.

O Instituto dispõe de um banco de dados especializado, que abarca informações de diferentes sectores da comunicação e informação jornalísticas, parte das quais são divulgadas como boletim de informação e outras publicações destinadas às organizações filiadas na OIJ.

A importância internacional da OIJ viria a ser oficialmente reconhecida com a atribuição, em 1969, do estatuto consultivo da Unesco e, em 1970, da ONU.

Trata-se, em suma, do reconhecimento dos ideais da OIJ, para quem a **missão histórica do jornalismo pela paz consiste na divulgação activa das ideias progressistas do nosso tempo, dos êxitos reais do progresso social a fim de contribuir para o fortalecimento da paz em geral e da segurança internacional, em lutar para que o desanuviamento seja permanente e irreversível e se elimine para sempre da vida humana a agressão, os conflitos bélicos, a exploração, a fome e a miséria. A palavra da verdade, oferecida às massas pelos jornalistas democráticos, é uma palavra que exorta à luta, que fomenta a unidade contra todas as manobras da reacção, dos militaristas e do fascismo.**

O casamento e a crise

Nenhuma das notícias chegadas da Grã-Bretanha nos últimos dias mereceu tanto destaque e tanto espaço na informação nacional como o casamento de mais um membro da família real. Antes porque se ia realizar, depois porque se realizou; a questão ameaça não ficar por aqui já que a lua-de-mel está marcada para os Açores, o que não deixará de inspirar muitos cronistas. Quse que se é levado a pensar que lá pela Inglaterra não se passa nada de interessante ou de importante; que a crise económica passou, que o desemprego acabou, que as divergências da Comunidade

Britânica desapareceram, que as cumplicidades com o *apartheid* chegaram ao fim... Compreende-se. Enquanto se descrevem bolos, vestidos e chapéus de noiva, viagens, convidados e presentes, desviam-se as atenções de coisas sérias. Lá como cá, é claro, ou não fôssemos nós os mais velhos aliados da coroa. Até nas crises e nas manobras de diversão...

Bombástico

Nas suas três últimas edições, «O Diabo» de Vera Lagoa trouxe outros tantos artigos que **explodiram** no marasmo da nossa imprensa.

Pontos Cardeais

Não é que as FPs preparavam um regresso «espectacular»? Não é que bombas explodiram depois da denúncia feita pelos trabalhadores e que foram contra a sua luta? Não é que agora o semanário de Vera Lagoa conhece de cor os principais operacionais da organização terrorista? O mínimo que podemos dizer é que notícias tão **explosivas**

caíram de forma **bombástica**... Sempre veiculadas pelo mesmo jornal, que, pelos vistos, tem conhecimento de causa.

Uga-buga?

Foi no passado domingo... dizem as crónicas que as candidatas ao título de miss universo (em letra minúscula, pois claro) foram assistir a um espectáculo no Panamá. Até aqui tudo bem. As pobres raparigas aí se deslocaram para, de certeza, aplaudir muito. Só que... (há sempre um mas nestas questões) foram de tanga. Obrigaram as moças a vestirem-se de «criaturas da selva» (não se sabe se de macacos, se de catatuas). Assim se fazem estas coisas. Assim se coloca um ser humano. É caso para se dizer: abaixo de cão.

Papel de Portugal

«O ministro dos Negócios Estrangeiros confirmou ontem (segunda-feira) de forma implícita, em Bruxelas, o papel que Portugal tem desempenhado na resolução do problema da África do Sul», afirma o «Diário de Notícias» numa sua edição desta semana. Fica-nos a dúvida, que o matutino não esclarece, sobre qual o «papel mediador» desempenhado pelo Governo português. Não sabemos se «mediou» directamente com o Congresso Nacional Africano (legítimo representante do povo sul-africano), ou se pretende «mediar» por intermédio dos «mediadores» que são o major Alcides Simões — que recentemente «mediou» a apresentação de um livro assinado por Jonas Savimbi publicado em Lisboa — ou Miranda Dias, que se autoproclama como fazendo parte do «comité central da UNITA», ou se ainda o fez por intermédio do «mediador» Evo Fernandes, «secretário-geral da Renamo». Ou se, muito simplesmente, «mediou» tendo como porta-voz a embaixada dos Estados Unidos em Lisboa.

Moderem-se!

Neste período fortemente canicular em que todos devemos ser moderados no comer, no vestir, no andar (a pé) nas compras do subsídio de férias, só devemos *imoderar-nos* na conservação da saúde. Este preceito fortemente saudável depreende-se da óbvia consideração que fará qualquer feliz detentor de um cartão de acesso à doença. Só os devidamente moderados, de facto, poderão aceder aos hospitais e outras não menos moderadoras instituições da saúde pública. Por isso rapidamente se pode concluir que as muito bem arreganhadas «taxas» do Governo não são para moderar o acesso à saúde. Era o que faltava! Só quem se modera pode adoecer.

Novas da Unita com bênção de Cavaco

Os representantes da Unita em Portugal voltaram a semana passada a dar que falar, com total cobertura dos órgãos de comunicação e plena convivência do Governo Cavaco Silva.

O pretexto, desta vez, foi o lançamento de um livro de Jonas Savimbi, curiosamente editado por uma empresa associada ao semanário «Tempo» onde pontifica Nuno Rocha, um apoiante incondicional de Cavaco.

O evento, realizado num hotel de Lisboa, foi largamente anunciado. Se as autoridades o não impediram foi porque não quiseram. O que apenas tem o mérito de confirmar a cobertura oficial que é dada em Portugal aos bandidos da Unita, não obstante as declarações dema-

gógicas do Governo quanto ao empenhamento em estreitar as relações com Angola no pleno respeito pelas mais elementares normas de convivência internacional. Vê-se.

Nunca será demais denunciar, para além de todos os outros aspectos, as consequências negativas para o País desta verdadeira cumplicidade com mercenários que ao serviço do imperialismo norte-americano e do racismo sul-africano tentam subverter a legalidade do processo de libertação em Angola, com quem de resto Portugal mantém relações diplomáticas.

Trata-se de uma política que não serve o País, nem Angola. E não deixará de haver quem se aproveite disso.



Gazetilha

por Ignotus Sum

I

São muitas as razões por que eu não vou à bola com aquilo que diz este governo. Assim, o Governo apregoa o seu amor a Angola e a Moçambique: é tudo hipocrisia, enfim...

Ora, enquanto o Cavaco as loas apregoa o que é que a gente vê? A gente vê que é fita. Vê a provocação, no Porto e em Lisboa, de grupos a fazer a propaganda à UNITA...

Claro, se o Reagan vai, e descaradamente ajudando com força o «gang» terrorista o Cavaco submisso e mais a sua gente humildemente estão seguindo a mesma pista...

II

O Cavaco, na Assembleia, tem derrota em cada dia, pois se esquece, volta e meia, que é Governo em minoria. O Cavaco faz beicinho e protesta com fragor. Basta olhá-lo. Que jeitinho que ele tem pra ditador...

III

O Cadilhe bem parlante na exuberância um doutor com ares de professor a falar pra um estudante... É um técnico sem par? É financeiro afamado? Responde um parlamentar: — É um menino malcriado...

IV

O dólar desceu. O petróleo baixou. E o que é que aconteceu? A vida das pessoas melhorou? Nada disso, leitor, Tu sabes bem que ainda ficou pior...

Podia haver esperança — e há buraco. Bem claro isto fique não sendo embora novo: Cavaco não olha ao bem do povo mas de uma clique.

Mais desenvolvimento prometeu. Que sucedeu depois de palavrinhas tais? Desemprego, isso sim, desenvolveu e nada mais...

Caiu por terra a máscara da eficácia. Depois de tudo o que o Cavaco disse Que é que fica? Fica somente a audácia da aldrabice...

Agenda

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 656

24 de Julho de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Festas do PCP



Vale Verde **Santiago do Cacém** **Festa da Amizade**

Exposições
Desporto
Espectáculos

Cercal do Alentejo **Festa Alentejana**

Exposições
Grupos folclóricos
Bailes

Quem estiver em Faro não perca este convívio

A Comissão Concelhia de Faro do PCP e a Juventude Comunista Portuguesa promovem nesta cidade, nos próximos dias 26 e 27 (sábado e domingo), na escola secundária Tomás Cabreira, mais uma edição da já popular Festa da Amizade, em que o ponto alto será, na noite de domingo, o espectáculo de Júlio Pereira e da sua banda.

Programa do palco

Sábado a partir das 18 horas:

- Afonso Dias e Moenho (música portuguesa e africana);
- Grupo Coral da Coopofa (cantares alentejanos);
- Rancho Folclórico de Tavira;
- Baile.

Domingo a partir das 18 horas:

- Rancho Folclórico de Faro;
- Intervenção política de António Lo-

pes, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e a encerrar a festa Júlio Pereira e a sua banda.

A festa terá início no domingo às 9 e 30, com actividades desportivas em diversas modalidades: futebol de salão; atletismo; damas; xadrez.

Nesta edição da Festa da Amizade haverá um espaço infantil, com a participação dos Pioneiros de Portugal, onde estará patente uma exposição sobre o Dia Mundial da Criança e onde, entre outras actividades, haverá pinturas para os mais pequeninos.

Da festa faz ainda parte um «Espaço Juventude» onde estarão integrados o pavilhão da amizade, a exposição «a Paz é possível» e o auditório «viva a música da gente», com animação vídeo permanente de que fazem parte espectáculos de Sérgio Godinho, Fernando Tordo, Paulo de Carvalho e Carlos do Carmo e ainda o filme/reportagem da abertura e do encerramento do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

ANTOLOGIA



HENRYK BERG — Fotomontagem em «Baren Spiegel» — Berliner Karikaturen — 1984

Festas do PCP

FESTA CRAVOS VERMELHOS

26 de Julho
de 1986

BARRANCÃO

TORNEIO DE FUTEBOL

21.00h - Rancho Folclórico e Etnográfico de Montemor-o-Novo

22.00h - INTERVENÇÃO POLÍTICA BAILE

BAILE

ABRILHANTADO PELA ACORDEONISTA E ORGANISTA

PAULA MARQUES

ESMERADO SERVIÇO DE BAR

A COMISSÃO NÃO SE RESPONSABILIZA POR QUALQUER ACIDENTE DURANTE A FESTA

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

S. Pedro da Cova e Gaia

Por iniciativa da Comissão de Freguesia de S. Pedro da Cova, vai realizar-se a 2 e 3 Agosto a **Festa da Unidade**.

Stands com «comes-e-bebes» e um local para acampamento serão base de apoio a um programa de animação com ranchos folclóricos (Fânzeres e o de Tardariz), os conjuntos «Santa Bárbara» e «1.º de Maio» além de fadistas e guitarristas. A Festa da Unidade decorrerá no Insua, em Rio Ferreira.

Ainda no distrito do Porto e no mesmo fim-de-semana — mas a começar logo na sexta-feira, dia 1 — teremos a **Festa do Sol**, frente à praia da Madalena, num aprazível espaço de pinhal. **Samuel e Jorge Lomba** são nomes confirmados para os espectáculos da Festa. A «Malta do Rio», o conjunto de baile «Impacto» e Tó Zé também lá estarão. O fado, o folclore, o vídeo, as exposições e uma discoteca gigante, contribuirão também para a diversidade do programa, elaborado pela Comissão Concelhia de Gaia.

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, intervirá nos principais momentos políticos destas duas festas.

FESTA VITÓRIA DE ABRIL Rio Moinhos 8.9 e 10 Agosto/86

SEXTA, 8 AGOSTO

21.30h - BAILE ate de madrugada com o conjunto "BANDA SOLO"

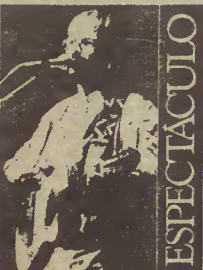
SÁBADO, 9 AGOSTO

15.00h - TORNEIO FUTEBOL RELÂMPAGO (participam 4 equipas)

21.00h - INTERVENÇÃO POLITICA

22.00h - ESPECTÁCULO com o Grupo "BANZA" e BARLHA WILLET (Holandesa)

23.00h - CARLOS ALBERTO MONIZ e a sua BANDA



24.00h - BAILE com o organista-vocalista EDUARDO PANÓIAS

DOMINGO, 10 AGOSTO

15.30h - GRANDIOSA VACADA com 3 bravíssimas vacas

18.00h - Rancho Folclórico FAZENDEIROS de Montemor-o-Novo

ESMERADO SERVIÇO DE BAR

A COMISSÃO NÃO SE RESPONSABILIZA POR QUALQUER ACIDENTE DURANTE A FESTA

Comissão Local de Rio de Moinhos do PCP

TV

O Programa

Quinta

RTP1

11.00 — Sumário
11.05 — Videópolis
11.30 — Espaço 11/13
12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical», 75.º Epis.
13.15 — Jornal da Tarde
15.00 — Desenhos Animados
15.45 — Inventário Musical
16.10 — Série — «Retalhos da Vida de um Médico», 3.º Epis.
17.00 — Ontem Viu?
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos
18.45 — País, País
19.15 — Festival Intern. de Folclore de Santarém
19.50 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.30 — Boletim Meteorológico
20.40 — Telenovela — «Corpo a Corpo», 98.º Epis.
21.35 — Série — «Danças Loucas» — Os ritmos de 1910-1920
22.00 — Corrida de Toiros — (transmissão directa do Campo Pequeno)
00.00 — 24 Horas
00.25 — Volta a Portugal e Volta à França em Bicicleta.

RTP2

16.30 — Europa TV
20.00 — Notícias
20.05 — Caminhos do Eterno — Museu Alberto Sampaio (Santarém)
20.30 — Homenagem a Ravel — Orquestra Nacional de França, maestro Leonard Bernstein (concerto gravado no Teatro dos Campos Elísios).

Sexta

RTP1

11.00 — Sumário
11.05 — Documentário — Covilhã
11.30 — Espaço 11/13
12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
13.15 — Jornal da Tarde
15.00 — Desenhos Animados
15.35 — Espaço Visual — «Aventuras e Pinturas»
16.00 — Série — «Entre Marido e Mulher», 3.º Epis.
16.30 — O Mar e a Terra — «Nas Ilhas Selvagens»
17.05 — Ontem Viu? — (Folclore em Santarém)
17.30 — Se Bem me Lembro
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos — «Animação»
18.45 — País, País
19.15 — Reciclar o Espaço — 2.º Epis. — «Espaços Urbanos — Tipologia e Vivência»
19.50 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.30 — Boletim Meteorológico
20.40 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
21.25 — Série — «Alô, Alô»
21.55 — Mátia — de Natália Correia, real. Dórdio Guimarães. Ult.º episódio: as mulheres que nas artes e nas letras se notabilizaram no séc. XVII
23.00 — 24 Horas
23.30 — Volta a Portugal e Volta à França em Bicicleta.

RTP2

16.30 — Europa TV
20.10 — Notícias
20.15 — Coleccionando — 1.º Progr.
20.40 — Adágio
21.05 — Museu do Cinema
21.30 — Notícias
21.35 — Directo/2
22.25 — Últimas Notícias
22.40 — Telenovela — «Vereda Tropical»

Sábado

RTP1

11.30 — Sumário
11.35 — Tempo dos Mais Novos
13.00 — Sumário
13.10 — Tempo dos Mais Novos
14.20 — Festival de Gastronomia de Santarém — receitas da região da Serra do Marão e da Sertã
14.45 — Sport Billy
15.10 — Revista de Toiros
15.45 — Os Jovens Heróis de Shaolin
16.30 — Os Marretinhos — de Jim Henson



17.00 — Livros
17.30 — O Corpo Humano — 7.º Epis.
18.00 — Top Disco
19.05 — Parlamento
19.45 — Totoloto
20.00 — Telejornal
20.40 — Bol. Meteorológico
20.50 — Aplauso — «Vozes do Brasil»
21.50 — Série — «Dinastia»
22.45 — Volta a Portugal e Volta à França em Bicicleta — «Marty», real. Delbert Mann (EUA/1955), interpr. Ernest Borgnine, Betsy Blair



RTP2

17.00 — Troféu
20.00 — Documentário
20.30 — RTP/Brasil
21.00 — Europa TV — Eurocinema — «Ivanhoe»
22.30 — Farm Aid Country — concerto de solidariedade realizado em Nashville, 1985

Domingo

RTP1

10.30 — Sumário
10.35 — 70 Vezes 7
11.00 — Missa Dominical
12.00 — Tempo dos Mais Novos
12.30 — TV Rural
12.55 — Sumário
13.00 — Tempo dos Mais Novos — «Arco Iris»
15.05 — Sessão da Tarde — «A Velha Investiga», adapt. do romance de Agatha Christie «Mrs. McGinty's Dead». Real. George Pollock (Ingl./1965)
16.50 — Festa RiJa — (no Porto)
18.10 — M de Mulher
19.05 — Falando de Mozart
19.30 — Como, Quem, Porquê?
20.00 — Telejornal
20.30 — Boletim Meteorológico
20.40 — Viva o Gordo
21.30 — Série — «O Último Lugar da Terra»



22.30 — Domingo Desportivo

RTP2

13.10 — Automobilismo — Grande Prémio da Alemanha Fórmula 1
15.15 — Desenhos Animados
15.35 — Adágio
15.50 — Documentário
16.30 — Coleccionando
17.00 — Cascais Jazz/83
18.00 — Falar de Macau
18.30 — Europa TV — «Countdown» semanal
20.00 — Novos Horizontes
20.25 — Nós Por Cá
21.00 — Teatro Português — «Fernão Mendes?», texto e encenação de Helder Costa, música de Fausto, José Afonso, Orlando Costa, interpretação de A Barraca. Real. TV de Helder Duarte

Segunda

RTP1

11.00 — Sumário
11.05 — Portugal Romano
11.30 — Espaço 11/13
12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
13.15 — Jornal da Tarde
15.00 — Desenhos Animados
15.25 — Socorros a Náufragos
15.45 — Série — «O Homem é um Mundo», 4.º Progr.
16.15 — Série — «As Aventuras de Zé Gato», 4.º Epis.
17.05 — Caldo de Pedra
17.30 — Ontem Viu?
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos
18.45 — País, País
19.15 — Ferro Forjado na Arquitectura Portuguesa — O Séc. XIX
19.50 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.30 — Boletim Meteorológico
20.40 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
21.25 — Frei Hermano da Câmara — (gravação do espectáculo realizado no Coliseu)
23.15 — 24 Horas
23.40 — Volta a Portugal em Bicicleta

RTP2

16.30 — Europa TV
20.05 — Notícias
20.10 — Desenhos Animados
20.30 — Horizonte 2000
21.00 — Zoom
21.25 — Notícias
21.30 — Espaço Jazz — Cascais Jazz/83
22.30 — Notícias
22.35 — Telenovela — «Vereda Tropical»

Terça

RTP1

11.00 — Sumário
11.10 — Conheça Melhor
11.30 — Espaço 11/13
12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
13.15 — Jornal da Tarde
15.00 — Desenhos Animados
15.25 — O Povo e a Música
15.40 — Imaginação da Matéria — ult.º progr.
16.05 — Série — «A Tragédia da Rua das Flores», 5.º Epis.



Volta a Portugal — a partir de hoje, todas as noites, RTP-1

17.10 — Histórias com Pés e Cabeça
17.30 — Ontem Viu?
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos
18.45 — País, País
19.15 — Trânsito
19.50 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.30 — Boletim Meteorológico
20.40 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
21.35 — Programa da Direcção de Informação
22.35 — Série — «Um César Americano»
23.05 — 24 Horas
23.30 — Volta a Portugal em Bicicleta

RTP2

16.30 — Europa TV
20.05 — Notícias
21.00 — Cinema Português — «Bárbara», real. Alfredo Tropa/1980

Quarta

RTP1

11.00 — Sumário
11.05 — Memória de um Povo
11.30 — Espaço 11/13
12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
13.15 — Jornal da Tarde
15.00 — Desenhos Animados
15.35 — O Homem Montanhês — Na aldeia do Barroso
16.05 — Série — «O Conde de Monte Cristo»
17.05 — O Dia-a-Dia
17.35 — Ontem Viu?
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos
18.45 — País, País
19.15 — Telemundo
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.30 — Boletim Meteorológico
20.35 — Vamos Jogar no Totobola
20.55 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
21.50 — Noite de Cinema — «Com um Pé Fora da Lei», real. Alan Myerson, fotogr. Laszlo Kovacs, interpr. Jane Fonda, Donald Sutherland (EUA/1970)



23.30 — 24 Horas
00.05 — Volta a Portugal em Bicicleta

RTP2

16.30 — Europa TV. Às 18.30, concerto: «A Primavera de Viena»
20.00 — Notícias
20.05 — Conheça Melhor
20.30 — A Aventura da Arte Moderna — «A Experiência do Abstracto» depois da II Guerra Mundial
21.25 — Notícias
21.30 — Foi Êxito na TV — «Gente Fina é Outra Coisa»
22.15 — Últimas Notícias
22.20 — Telenovela — «Vereda Tropical»

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Alice Já Não Mora Aqui	—	★★★★	★★★	—	★★★
B	África Minha	★★★★	★★★	★★★	★★★	★★★
C	O Ano do Dragão	★★★★	★★★	★★★	★★★★	★★
D	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
E	Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
F	Plenty	★★	★	★	★★	★
G	Psico	★★★★	★★★	★★★	—	★★★
H	O Romance de Murphy	★★★	—	★	—	★
I	Os Salteadores da Arca Perdida	★★★	★★★	★★★	★★★	★★★
J	Terror na Auto-Estrada	—	★★★	★★★	—	—
L	Viver e Morrer em L.A.	★★	★★★	★	—	★

A — Real. Martin Scorsese — Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Sidney Pollack — S. Jorge/2 (14.15, 17.30, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Michael Cimino — Amoreiras/2 (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
 D — Real. Sérgio Leone — Borna (15.00, 21.00) — Lisboa.
 E — Real. Martin Scorsese — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Fred Schepisi — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.15), Lisboa; Foco (14.15, 16.30, 18.45, 21.30), S. João (15.15, 18.15, 21.30) — Porto.
 G — Real. Alfred Hitchcock — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. Martin Ritt — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 I — Real. Steven Spielberg — Alfa/Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 J — Real. Robert Harmon — Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Hollywood/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.45), Las Vegas/1 (14.00, 16.15, 18.45, 21.30) — Lisboa.
 L — Real. William Friedkin — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Exposições



Lourdes Leite

António Branquinho Pequeno, pintura. Atrium da Imprensa, R. da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 31/7).

Artistas premiados na I e II Exposição de Artes Plásticas Gulbenkian. Museu do CAM, Av. de Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

Auto-retratos, colectiva de pintura e fotografia — Álvaro Rosendo, Gonçalo Ruivo, Helena Pinto, Jaime Lebre, João Queiroz, José António Cardoso, Manuel San Payo, Miguel Branco.

Colectiva de pintura (Dário Alves, Isabel Garcia, João Nascimento). Livr. Bertrand, R. Garrett. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.00.

David Silverberg (Canadá), gravura. Coop. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4-r/c.

Dall, gravura. Livraria Barata, Av. Roma. Das 12 às 23.00 (até fins de Agosto).

Escultura Africana em Portugal, Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

Fotografia, «A Cidade de Lisboa», colectiva. Mosteiro dos Jerónimos, Pr. do Império. Das 08.00 às 20.00 (até 27/7).

Fotografia Contemporânea, colectiva (internac.). Gal. Módulos, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º-Dt.º. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 15/8).

Gente do Palco-II Acto-Desenho Teatro. Museu Nacional do Traje. Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00; dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 18.00.

Gracinda Candelas, pintura. Gal. Quadrado, R. Alberto Oliveira, 52 (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e

sáb./15.00 às 20.00 (até 24/7).

Colectiva de pintura e escultura e desenho — Ângelo de Sousa, Jorge Martins, Zúmiro de Carvalho. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111. Das 14.30 às 19.00 (até 31/7).

Colectiva de desenho. Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00 (até 2/8).

Colectiva de pintura (Dário Alves, Isabel Garcia, João Nascimento). Livr. Bertrand, R. Garrett. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.00.

David Silverberg (Canadá), gravura. Coop. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4-r/c.

Dall, gravura. Livraria Barata, Av. Roma. Das 12 às 23.00 (até fins de Agosto).

Escultura Africana em Portugal, Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

Fotografia, «A Cidade de Lisboa», colectiva. Mosteiro dos Jerónimos, Pr. do Império. Das 08.00 às 20.00 (até 27/7).

Fotografia Contemporânea, colectiva (internac.). Gal. Módulos, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º-Dt.º. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 15/8).

Gente do Palco-II Acto-Desenho Teatro. Museu Nacional do Traje. Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00; dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 18.00.

Gracinda Candelas, pintura. Gal. Quadrado, R. Alberto Oliveira, 52 (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e

15.00 às 19.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 31/7).

A Guerra Civil de Espanha e a Morte de García Lorca. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 17.00.

Jean Campiche, escultura em pedra. AR.CO, R. Santiago, 18. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00.

Lurdes Sousa, pintura. Gal. Paulino Ferreira, R. Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª/14.30 às 19.00, sáb./9.00 às 13.00 (até 31/7).

Maria Irene Vilar, medalhas e bronzes. Livraria da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16.

Maria Teresa Folia, Atelier 15, R. Freitas Gazul. De 2.ª a 6.ª/18.00 às 22.00; sáb./15.00 às 19.00 (até 30/7).

Mena Brito, pintura. Centro de Dança, Av. João Crisóstomo, 6. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 20.00 (até Setembro).

«Mercados de Lisboa», fotografia. Gal. do «Diário de Notícias» — Chiado. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 19.00; sáb./9.00 às 13.00.

Nilzuma (Japão), escultura. CAM, Av. de Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 30/7).

Paulo Ossião, pintura (aguarelas). Gal. R. 75, R. Castilho, 75-C. De 2.ª a sáb./14.00 às 19.00 (até 30/7).

Pedro Chorão, pintura. Espaço Poligrupo, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 20.00; sáb./9.00 às 13.00.

Postais Ilustrados de Lisboa do Princípio do Século. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 17.00.

I Expo. Portuguesa de Além-Mar — exposição-venda de obras de artistas brasileiros contemporâneos. FIL, Pç. das Indústrias (até 27/7).

Roland Laboye (França), fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Blvar, 91. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 20.00 (até 25/7).

Rui Chafes, escultura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48.

Tapeçaria de Portalegre, segundo cartões de pintores portu-



Álvaro Rosendo, Gonçalo Ruivo, Helena Pinto, Jaime Lebre, João Queiroz, J. António Cardoso, Manuel San Payo e Miguel Branco

gueses, Hotel Méridien, R. Castilho (até 31/8).

Teresa Balté, pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª/17.30 às 20.30 (até 30/7).

III Exposição de Artes Plásticas da Fundação Gulbenkian. Galerias da sede da Fund. Gulbenkian, Av. Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 2/9).

Colectiva de pintura e escultura (Ana Vidigal, Ilda David, Paula Rego, Pedro Casqueiro, Pedro Portugal, Vítor Costa, Manuel Rosa, Xana). Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 15/8). PORTO.

Eduardo Batarda, pintura 1985-86. Gal. Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2.ª a 6.ª/15.00 às 20.00 (até 30/7). PORTO.

Instrumentos Musicais Populares. No Centro de Artes Tradicionais do Porto, organizada pelo Museu de Etnologia. De 3.ª a dom./10.30 às 19.00 (até Setembro). PORTO.

Isabel Laginhas, pintura. Galeria EG, R. do Crato, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 19.30. PORTO.

Colectiva de escultura e pintura, de alunos da ESBAL. Gal. Municipal (até 27/7). AMADORA.

Günter Grass — «A Ratazana», desenho pintura, escultura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 25/7). ALMANSIL.

Pedro Saraiva, pintura. Gal. Alfaro, Travessa Visconde da Luz, 7. De 2.ª a sáb./15.00 às 19.30 (até 14/8). CASCAIS.

Isabel Neves, tapeçaria. Gal. de Exposições das Arcadas do Parque ESTORIL.

Carlos Alberto Ferrão, azulejos. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 17.30, sáb. e dom./13.00 às 19.00 (até 25/7) Posto de Turismo MON-TEMOR-O-NOVO.

Isabel Pomba, pintura. Das 10.00 às 22.00 (até 27/7) Pousada do Castelo PALMELA.

D. Pedro IV (Pedro I do Brasil) — Sua época (até 30/9). Palácio Nacional QUELUZ.

Vida e Obra do escritor Manuel da Fonseca. Até 15/8, Museu Municipal SANTIAGO DO CACÉM.

Adão Rodrigues e Lúcio, desenho, gravura, pintura. Casa de Bocage/Gal. de Artes Visuais, R. Edmond Bartissol. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.00 e 14.00 às 17.00; sáb. e dom./15.00 às 19.00 (até 2/8) SETÚBAL.

Colectiva — Miguel Barbosa, Susana Barros, Cláudia Lima, Gal. Cetária, Pousada de S. Filipe. Das 10.00 às 22.00 (até 22/8) SETÚBAL.

Matos Cardoso, pintura. De 3.ª a dom./9.00 às 12.00 e 14.00 às 17.00 (até 30/7). Gal. de Exposições Temporárias, Museu de SETÚBAL.

...e ainda

Música, debates, etc.

Música

No Teatro S. Luiz, dois concertos integrados no XII Festival de Música da Costa do Estoril; amanhã, 25, às 21.30, a Orquestra Gulbenkian com o maestro Walter Hendl e o pianista Eugen Istomin em obras de Beethoven, Mozart, Prokofiev, Wagner; sábado, 26, também às 21.30, o tenor Peter Schreier acompanhado ao piano por Charles Spencer em canções de Beethoven, Liszt e Schumann. Ainda no S. Luiz, no dia 30, às 21.30,

concerto por Pavel Kogan (violino) e Sequeira Costa (piano); obras de Beethoven, Brahms e Prokofiev.

Também programado pelo Festival de Música da Costa do Estoril, o último concerto pela Orquestra Sinfónica de Zurique sob a direcção do maestro Daniel Schwelzer, com o contratenor Mário Marques como solista. Hoje, às 21.30, na Igreja dos Salesianos — Estoril.

Nos Jerónimos, concerto por Anabela Chaves (viola) e Olga

Prats (piano), com obras de Bach e Britten, entre outros. Terça, 29, 22 horas.

VI Festival de Música dos Capuchos, Convento dos Capuchos — Costa de Caparica: sempre às 21.30, concertos na sexta-feira (Philippe Tjampens e Carl Verbraken, violino e piano) e no sábado o Opus Ensemble.

Na Póvoa do Varzim decorre o VIII Festival Internacional de Música da Costa Verde. Hoje à noite, concerto pela Orquestra Gulbenkian; sábado, também à noite, o pianista Artur Pizarro; domingo, às 18.30, Isabel Deterue e Anne-Marie Menet (violoncelo e piano), e às 21.30 o Quarteto de Cordas da Oficina Musical com obras de Lopes-Graça, Ramon Barce, Stravinsky, Schönberg. O festival encerra na segunda-feira, 28, às 21.30, com um concerto por Sequeira Costa (piano) e Pavel Kogan (violino) interpretando Beethoven, Brahms, Prokofiev.

Em Espinho, o XV Festival de Música incluí esta semana — amanhã, 25, à noite — um concerto de guitarra por Carlos Paredes. Outros espectáculos musicais a assinalar: No Rincão Municipal de Loures — são as Festas do Centenário do concelho — os Rádio Macau hoje; amanhã, Fernando Tordo; no dia 26, a Banda da PSP; no encerramento dia 27, Sérgio Godinho (que estará também na véspera, sábado, num concerto em Odivelas). Sempre às 21.30.

cluí esta semana — amanhã, 25, à noite — um concerto de guitarra por Carlos Paredes.

Outros espectáculos musicais a assinalar: No Rincão Municipal de Loures — são as Festas do Centenário do concelho — os Rádio Macau hoje; amanhã, Fernando Tordo; no dia 26, a Banda da PSP; no encerramento dia 27, Sérgio Godinho (que estará também na véspera, sábado, num concerto em Odivelas). Sempre às 21.30.

Sábado na Alameda

É já no próximo sábado, a partir das 19 horas, que vai decorrer na Alameda D. Afonso Henriques a final distrital de Lisboa do Festival da Canção Juvenil Festa do «Avante!» 86. Além dos concorrentes (que têm vindo a ser apurados localmente por todo o distrito), um fim-de-festa com a Brigada Vítor Jara. A pensar nos que necessariamente ficam longe do palco, um écran gigante de vídeo.



Bailado

O Ballet Gulbenkian sob direcção de Jorge Salavisa apresenta-se esta semana em três (diferentes) espectáculos no Casino do Estoril, no quadro do XII Festival de Música da Costa do Estoril. Sempre às 21.30, nos dias 29, 30 e 31.

Ópera

Nos dias 27 — às 16 horas — e 29 e 31, às 20.30, ópera em S. Carlos: Três Máscaras, ópera em um acto de Maria de Lurdes Martins, e Primula Musica Poi le Parole, ópera em um acto de Antonio Salieri. Coro e Orquestra do Teatro Nacional de S. Carlos, maestros Gianni Bel-

trami e Manuel Ivo Cruz, participação de bailarinos do Conservatório Nacional e do Centro de Formação do Teatro de S. Carlos.

Teatro

O Cartaz

LISBOA

A Barraca — R. Alexandre Herculano. De 3.ª a dom./21.30, sáb. e dom./16.00. Calamity Jane, adapt. e encen. Hélder Costa, Intérp. Maria do Céu Guerra.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45; dom./16.00, 20.30 e 22.45. Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal. Enc. Ivone Silva.

Nac. D. Maira II, Rossio. Mãe Coragem e os seus Filhos. De 3.ª a Sáb. / 21.30, dom./16.00. De Beltolt Brecht, encen. João Lourenço — Comp. Nac. de Teatro — Novo Grupo (até 27/7).

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30; dom., 16.00. Volpone, de Ben Jonson, adapt. e enc. de Norberto Barroca, pelo Novo Grupo (até 27/7).

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 17.00. Avaria, Luxúria e Morte n'Arena Ibérica, de Ramon del Valle-In-

Sala do CCD do Banco Borges & Irmão, R. S. José, 31. Só às 2.ª/18.00. O Consultório, de Augusto Sobral, enc. José Gil.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45; dom./16.00 e 20.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César de Oliveira, Solnado, Fialho Gouveia, enc. César de Oliveira.

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30; dom., 16.00. Volpone, de Ben Jonson, adapt. e enc. de Norberto Barroca, pelo Novo Grupo (até 27/7).

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 17.00. Avaria, Luxúria e Morte n'Arena Ibérica, de Ramon del Valle-In-

cián, encen. Blanco Gil.

Casa dos Tabuenses, R. Poiais de S. Bento, 75. Só até 28/7, às 21.45. Tutan-kamon e a sua Rainha, de Adolfo Gutkin.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. De 4.ª a sáb./21.45, dom. 18.30. Os Negros, de Jean Genet, enc. Rogério de Carvalho.

Variedades, Pq. Mayer. De 5.ª a 3.ª/21.45, sáb./16.00. Um Coronel em Dois Actos, Adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

Coop. do Povo Português, R. Carmões, 578. De 3.ª a

dom./21.45. Toda a Nudez Será Castigada, de Nelson Rodrigues, enc. Angel Facio — Seiva Trupe.

Para Crianças

LISBOA

Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. Dom./16.30. A Rua dos Fantasmas, de Javier Villafañe, enc. de Adolfo Gutkin, pelo Grupo Maizum.

Padrão dos Descobrimentos, Belém, Sáb. / 18.00, dom./11.00. Fecha os Olhos... Entra na História, de Alexandra Solnado, enc. Joselita Alvarenga.

Coop. do Povo Português, R. Carmões, 578. De 3.ª a

dom./21.45. Toda a Nudez Será Castigada, de Nelson Rodrigues, enc. Angel Facio — Seiva Trupe.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. De 4.ª a sáb./21.45, dom. 18.30. Os Negros, de Jean Genet, enc. Rogério de Carvalho.

Variedades, Pq. Mayer. De 5.ª a 3.ª/21.45, sáb./16.00. Um Coronel em Dois Actos, Adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

Coop. do Povo Português, R. Carmões, 578. De 3.ª a



Tempo Fim de Semana



Céu geralmente muito nublado no Norte e Centro e pouco nublado nas regiões do Sul. No sábado, probabilidades de ocorrência de aguaceiros nas regiões do Norte e Centro. Vento fraco ou moderado de Noroeste. Temperatura sem alteração significativa. (Antevisão do Instituto Nacional da Meteorologia e Geofísica).

a TV

Um exemplo a seguir

Muita gente se pergunta a si própria por que razão a RTP suspendeu os debates políticos.

De facto, nos programas de longo curso, em horário nobre, há mais de um ano, um partido de tão forte implantação como o PCP, encontra-se completamente afastado! Sob a capa dos mais variados pretextos, já lá vimos o PSD, o PS, o CDS. Por aí se ficam os manda-chuvas da informação na TV.

E porquê? Quem assistiu à última edição de «Parlamento» descobriu a verdadeira razão: quem joga com as cartas viciadas não gosta de enfrentar quem lhe conhece o jogo...

Na citada emissão esteve em causa o projecto do Código do Processo Penal. Frente a frente, dois deputados: José Magalhães, do PCP, e Licínio Moreira, do PSD.

José Magalhães deu uma clara lição a todos os títulos: na capacidade de expressão (ele não utilizou um único **chavão** desculpem-me o termo...) na preparação da matéria em causa e ainda na utilização da linguagem televisual. Neste último aspecto, José Magalhães agiu como se, há muitos anos, não fizesse outra coisa se não ir à Televisão, com passe de livre trânsito e a qualquer hora.

Do diálogo travado entre os dois participantes claramente resultou a demolição da base política circunstancial subjacente ao projecto do Governo. José Magalhães pôs a nu a hipocrisia do Governo que fala muito em segurança e em tranquilidade pública, ao mesmo tempo que se está marimbando para o reforço da polícia, para o melhoramento contínuo da qualidade dos agentes, para o aperfeiçoamento urgente da máquina judicial, etc., etc. Citou, de passagem, o facto de haver 400 vagas na Judiciária, por preencher! Isto, realmente, não é de quem se importe muito com a tranquilidade pública...

Um aspecto interessante a sublinhar nesta emissão: os dois participantes interromperam-se com frequência, dialogaram mesmo sem que Hélder Freire interviesse. E andou bem. Na realidade a verdadeira essência do debate político é o diálogo e não o monólogo. Quantas vezes a moderadora do **Actual** corta as intervenções a fim «de se não cair no diálogo...».

Oxalá o exemplo jornalístico de **Parlamento** pegasse dentro da Televisão. Porque jornalismo é uma coisa e propaganda é outra bem diferente.

Telejornal: uma certa maneira de desinformar...

A informação diariamente praticada pela Televisão é, como se sabe, de qualidade péssima.

Ela processa-se, pelo que diz respeito à vida nacional, com algumas particularidades bem vincadas.

- 1 — Propaganda do Governo;
- 2 — Intensa exploração do «Portugal sentado»;
- 3 — Ocultação da realidade profunda do País.

A propaganda do Governo é constante, obsessiva, paranoica. E não se olha a meios para (des)informar com eficácia, com situações perfeitamente aberrantes e demolidoras.

Por exemplo: Cavaco, na Sertã, elogia os instrumentos que o Governo põe à disposição dos bombeiros para a eficaz luta contra os incêndios. Pois bem: dois dias depois, desencadeia-se na região um incêndio de grandes proporções — e um bombeiro queixava-se de que os tais instrumentos não aparecem...

Outro exemplo: vem um sujeito ao Telejornal perorar sobre o relançamento da construção civil, para provar quanto o Governo eficazmente governava...

Pois bem: os construtores, em reunião, diziam exactamente o contrário, queixavam-se das inúmeras dificuldades postas à sua actividade. Ou será que, em matéria de construção o Governo sabia mais do que eles?...

Todos nós sabemos como o Telejornal vai a todas quando se trate de simpósios, congressos, etc. Cheira-lhe a «Portugal sentado» — e aí está ele caído.

Mas desta vez foram os trabalhadores que se sentaram. Não para chalacearem, conversarem, uiscarem — mas para lutarem: sentaram-se na Rua Augusta, distribuíram manifestos, esclareceram a população sobre os salários em atraso, em particular, sobre a situação dos trabalhadores em geral.

Pois bem: o Telejornal não deu uma única imagem do acontecimento!!!

Palavra de honra, nem ao menos uma imagenzinha, para a história da luta dos trabalhadores no nosso País. Isto diz bem de que lado é que está o Telejornal.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Uma vergonha!

O jornal do grupo AFINCO que actualmente utiliza o título «O Seculo» (que sucedeu aos de «Jornal Novo» e de «A Tarde») habituou-nos já ao estilo de cego porta-voz dos interesses do governo Reagan.

Apesar do hábito ainda conseguiu surpreender-nos com o descaramento com que no seu **editorial** de 21 de Julho p.p. publica um ataque à «Associação dos Advogados Norte-Americanos» por esta estar a desenvolver as suas relações com a «Associação dos Advogados Soviéticos».

Tal editorial, que tem todo o ar de encomenda paga por um qualquer «lobbie» ultra norte-americano, é uma vergonha para o jornalismo português.

How much?

• «A Associação dos Advogados Americanos patrocina inúmeras actividades com advogados em outros países que, na sua generalidade são inofensivas e divertidas. Mas quando a Associação tiver a sua convenção anual, o que acontecerá brevemente, em Nova Iorque, até mesmo os que não são advogados estarão ansiosos para ver se este grupo tem a inteligência suficiente para se desembaraçar da relação despropositadamente amigável que tem desenvolvido com a URSS.

Há pouco mais de um ano, a Associação assinou um acordo que estipulava a cooperação profissional com uma organização denominada Associação dos Advogados Soviéticos. Movidos

pelo mútuo respeito, diz este acordo, os dois grupos procederão a um intercâmbio de visitas, de encontros, de literatura, e considerarão as possibilidades de estabelecer um intercâmbio de informação electrónica.

Na Primavera última, esta Associação mandou os seus principais responsáveis à União Soviética. Quando regressaram o seu presidente afirmou: «Pudemos falar francamente, tratámos com muita calma de pontos específicos com altos funcionários sobre os direitos humanos. Nada neste acordo implica que aproveemos o sistema soviético de Justiça».

Segundo a publicação soviética Izvestia, o presidente desta Associação afirmou que gostaria de aumentar a cooperação com a AAS (Associação dos Advogados Soviéticos). Andrei Gromyko,

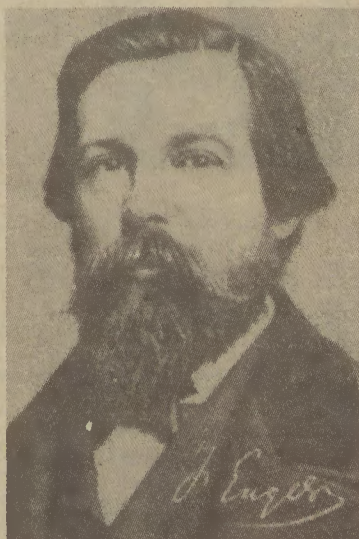
tendo-se encontrado com o grupo, afirmou que os advogados poder-se-iam fazer valer da sua influência a favor da segurança internacional e de uma cooperação pacífica. No fim do artigo, o Izvestia lavrava uma nota breve: «A pedido da delegação americana, os soviéticos explicaram alguns pontos da política externa da União Soviética».

O acordo sofreu algumas atribulações. A AAS, segundo alguns críticos, representa o governo soviético e não a profissão independente da advocacia. E ainda mais embaraçoso, a AAS deu uma ajuda na propaganda anti-semita, por sinal bastante vergonhosa.

É difícil dizer ao certo até que ponto é que tudo isto é ingenuidade. O acordo pode ser uma novidade nos salões da Associação dos Advogados, mas nós não demos aos advogados a autoridade de que gozam nas nossas sociedades só por serem mais espertos do que nós. Confiamos nos nossos advogados e divergimos deles porque respeitamos a Lei e reconhecemos que esta é a pedra angular da nossa sociedade. Para americanos e ocidentais em geral, a Associação deve defender a ideia da lei tão ferozmente como os seus membros defendem os respectivos clientes. Como podem então considerar a hipótese de se associarem com pessoas para as quais nem sequer existe a ideia de uma advocacia independente do governo? Como podem falar de trivialidades com pessoas cuja ideia de lei inclui o gulag e hospitais psiquiátricos?

O que aqui está em jogo não é se o diálogo com os soviéticos resultará. O problema mais importante é que, tratando os soviéticos como representantes e colegas profissionais, a Associação dos Advogados Americanos está a degradar a ideia do que deveria supostamente defender.»

(«O Seculo», 21 Julho)



F. ENGELS

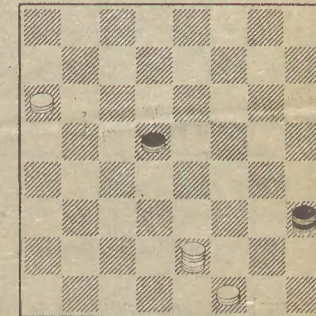
A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado

edições **Avante!**

BIBLIOTECA DO MARXISMO-LENINISMO

Damas

LXI — 24 de Julho de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 61
Por Francisco A. Santos e Francisco Henriques — Almeirim
«Estratégia Damista» N.º 3/Set, 1945
Br.: 2-(6)-24
Pr.: (9)-19



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 61
Campeonato Nacional — Apuramento
Almada, 21.IV.86
Br.: Jorge Ferreira
Pr.: Jorge G. Fernandes
(4.º e último jogo)

1. 12-16, 22-18; 2. 10-14, 23-19; 3. 14-23, 28-19; 4. 11-14, 19-10; 5. 6-22, 26-19; 6. 5-10, 21-18; 7. 7-12, 24-20; 8. 16-23, 27-20; 9. 4-7, 32-28; 10. 7-11, 28-24; 11. 12-15, 19-12; 12. 8-15, 25-21; 13. 10-14, 29-25; 14. 1-5, 20-16; 15. 9-13, 18-9; 16. 3-7, 17-21; 17. 14-18, 17-13; 18. 19-22, 31-28; 19. 15-19, 24-20; 20. 22-26, 30-21; 21. 19-22, 28-23; 22. 22-26, 23-19; 23. 26-30 EMPATE.

GOLPE N.º 61
Por Tailor T. Goldsboro
(Inglês do séc. XX)

1. 9-13, 21-17; 2. 5-9, 25-21; 3. 2-5, 22-19; 4. 12-16, 24-20; 5. 13-18, 21-14; 6. 11-18, 19-14; 7. 10-19, 23-14; 8. 16-23, 28-19; 9. 6-11, 27-23; 10. 11-15, 19-12; 11. 8-15, 32-28; 12. 15-19, 17-13; 13. 18-22, 13-10? Perdentel Jogam as Brancas e Ganham (Br.: 1-3-4-5-7-9-19-22 Pr.: 10-14-23-26-28-29-30-31 J. B. G.)

SOLUÇÕES DO LXI
N.º 61 (F.A.S./F.H.): 4-111, 9-13 (Se: 9-31; 24-28+); 24-28, 13-10; 2-5! (Se: 11-14, 10-6!); 10-1; 28-32!+

Golpe N.º 61 (T.T.G.): 14. 7-11, 14-7; 15. 4-111, 23-7; 16. 3-12, 26-19; 17. 5-32=D+

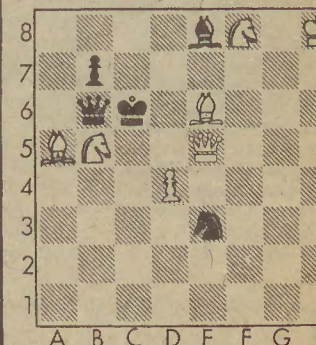
A. de M. M.

Xadrez

LXI — 24 de Julho de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 61
Por J. Knöppel
«Eskilstuna Kuriren», 1946

Pr. (5): Pb7-C63-B68-Db6-Rc6



Br. (7): Pd4-Cs.b5, f8-Bs.a5, e6-D65-Rh8

Mate em dois lances

JOGO N.º 61
Bugojno, 1986

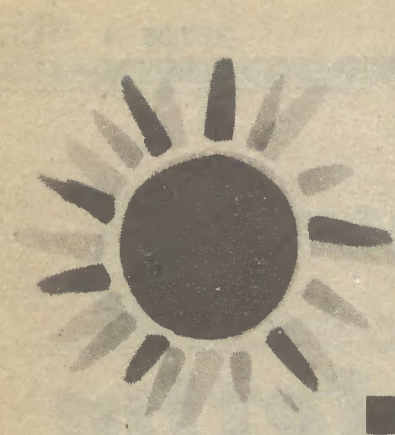
Br.: L. Ljubojevic
Pr.: J. Timman

1. e4,c5; 2. Cf3,e6; 3. d4,g4; 4. C:d4,Cf6; 5. Cg3,d6; 6. g4,h6; 7. h4,B67; 8. Df3,h5; 9. g:h5,Cc6; 10. Bb5,Bd7; 11. B:g6,b:g6; 12. e5,Cd5; 13. e:d6,B:d6; 14. Bg5,Db6; 15. 0-0-0, B65; 16. C:d5,g:d5; 17. c3,Tb8; 18. Td2,Dc7; 19. T61,f6; 20. T:e5,f6; 21. h6,Bc8; 22. h:g7,Tg8; 23. Cc6,Tb8; 24. Bh6,Df7; 25. D:f7+,R:f7; 26. C:e5+,Rf6; 27. f4,Tb7; 28. Tg2,Rf5; 29. h5,a5; 30. Rc2,R64; 31. T62+,Rf5; 32. Rd3,Tb7; 33. B:g7,T:g7; 34. Rd4,Th7; 35. Cg6,Rf6; 36. T65,a4; 37. Tg5,Tb7; 38. C65,Tb2; 39. h6,Td2+; 40. R63,Th2; 41. Cg4+ Pr. abandonam.

SOLUÇÃO DO LXI

Chave:
1. Bh3! Bloqueio!
1. ...C ad lib.; 2. Bg2+
1. ...Cd5; 2. D:e8+
1. ...D:b5; 2. D66+
1. ...Da6 (ou Da5, ou Dc5); 2. Dc5+
1. ...Da7; 2. Ca7+
1. ...D:d4; 2. C:d4+
1. ...Dc7 (ou Db8); 2. Dc5+ ou 2. Ca7+ (dual)
1. ...B ad lib.; 2. Bd7+

A. de M. M.



a festa!

ALTO DA AJUDA • 5, 6, E 7 SETEMBRO

Avante!

Director
António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 4
24 de Julho de 1986

Não pode ser vendido
separadamente

Faltam 7 fins-de-semana



**Danças e Cantares
do Exército Soviético
da Região Militar de Moscovo**



**Futebol
de salão**

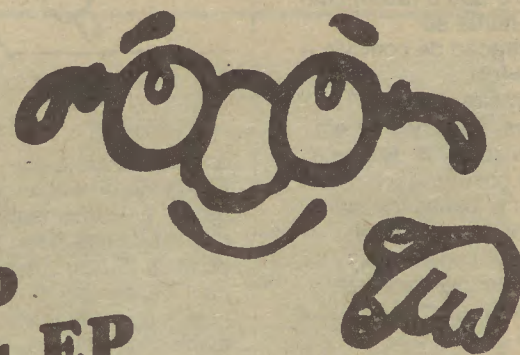
Pág. 3



**Festival
na Alameda**

Pág. 4

**Atenção
o primeiro
sorteio da EP
é já dia 3
de Agosto!**



Pág. 3



a festa! que fazemos



gostam no dia-a-dia». E quando dizemos toda a gente, é exactamente isso que queremos dizer. Mesmo os mais novos, como o Zé, de 12 anos que, empoleirado num tubo punha cabos eléctricos numa estrutura, são necessários. São necessários e não se furtam ao trabalho. Bem pelo contrário, porque, dizem-no número após número, fazer a Festa é uma Festa. Que o digam o Jaime, o João ou ainda o Carlos que, no intervalo para refrescar, foram mesmo refrescados pela água que se abriu para os deixar passar. Que o diga ainda quem, já todo molhado — por entre a gargalhada

Conviver e trabalhar

E agora, que estamos apenas a sete fins-de-semana da abertura da Festa, cada vez mais braços são necessários, que o trabalho intensifica-se e não há tempo a perder se queremos que a Festa abra ao público mais bonita do que sempre. Por isso, agora mais do que nunca, vamos todos ao Alto

da Ajuda, não só aos fins-de-semana, mas também durante todos os outros dias, de manhã, de tarde ou de noite. Vamos todos que trabalho não falta e convívio é qualquer coisa que não deixamos em mãos alheias. Mas atenção: todos quantos organizarem jornadas de fim-de-dia, devem avisar os camaradas da implantação para estarem preparados para orientar o trabalho, que construir a nossa Festa implica um grande trabalho de organização e planificação. Vamos a isto, que já só temos sete fins-de-semana de trabalho e convívio no Alto da Ajuda antes da grande festa que se realizará a 5, 6 e 7 de Setembro.

Estudantes na URSS

Decorreu nos dias 17, 18, 19 e 20 de Julho, num ambiente alegre de trabalho, uma jornada na festa do «Avante!», promovida pela Organização de Estudantes do PCP na URSS, na qual participaram jovens, agora em férias, vindos de vários pontos do país. Está ainda prevista uma outra jornada para o dia 3 de Agosto, com encontro marcado para as 10 horas da manhã na entrada da festa.

O boletim

Para se saberem coisas sobre a Festa, o melhor que temos a fazer é comprar o «Avante!» todas as semanas. Por cá, vão aparecendo todas as novidades, sejam sobre o programa central, seja ainda sobre a participação das diversas organizações regionais. Seja sobre a Festa propriamente dita, seja ainda sobre inúmeros aspectos da sua preparação. No entanto, um pouco por todo o País, vão começando a surgir os boletins editados pelas organizações, onde se dá conta da sua participação, das excursões que se vão preparando, da venda da EP e de muito mais. Pois é como vos dizemos. Os boletins já cá estão fora. Uns maiores, outros mais pequenos, uns bem impressos, outros nem tanto, mas todos importantes para que um cada vez maior número de pessoas saiba da Festa.

Trata-se, por isso mesmo, de um importante contributo que urge ter em conta, quer nas suas edições, quer ainda no cuidado para que tenham — se possível — uma cada vez mais profusão. Uma tarefa que — como todas as outras — não é secundária. Uma tarefa, também ela, essencial para o êxito que seguramente esta edição da Festa vai constituir. Porque a Festa é assim mesmo. Muito antes de abrir as suas portas, já é uma Festa um pouco por todo o País, com as cores dos cartazes a inundarem as paredes, com as pessoas a perguntarem e todos nós a responder. Com a venda da EP que se quer cada vez em maior escala e mais militante. E, também, com a distribuição dos boletins. Nas praias, nos lugares públicos e nos bairros. Em todo o sítio onde haja pessoas.

«Onze Unidos» vencem em Lisboa

Após derrotar por 4-0 «Os Inlefantos», a equipa do Grupo Recreativo «Os Onze Unidos» sagrou-se vencedora, no passado sábado, do torneio da zona oriental de Lisboa de futebol de salão, pelo que disputará agora a fase distrital deste torneio. Vencendo por dois zeros ao intervalo, «Os Onze Unidos» impuseram-se no segundo tempo com dois golos de Joaquim Bruno (aos 22 e 33 minutos). Na primeira parte, os dois tentos foram apontados aos 9 e aos 10 minutos por José Nobre. A marcação de dois tentos em outros tantos minutos do desafio terá causado problemas à equipa dos «Inlefantos» que, não obstante, continuou a procurar as redes contrárias, naquele que foi um bom jogo de futebol de salão, bastante mais equilibrado do que o resultado poderá deixar parecer. A equipa vencedora foi constituída por José Lopes Codina, José Freitas, José Nobre, Albino Mateus, Luís Silva, Carlos Silvestre, Joaquim Bruno e Luís Nobre. Pela equipa «Os Inlefantos» alinharam José Ferreira, Rui Gomes, João Sacadura,

Jorge Ferreira e Fernando Costa. Já para o Torneio distrital de Lisboa, a equipa do Grupo Recreativo «Os Onze Unidos» defronta este sábado (dia 26), pelas onze horas, a equipa do Bairro de Fomento de Alverca. O jogo disputa-se no recinto do Ateneu da Madre de Deus, no mesmo recinto onde decorreu a final da zona Oriental de Lisboa que contou com a presença de numerosos espectadores.

Zona Ocidental

Esta sexta-feira realiza-se no polidesportivo da Festa do



COMISSÃO DISTRICTAL DA FESTA DO AVANTE! DA ORL **Informação festa**

DIVULGAÇÃO DA FESTA

Já pensaste como deves ir à Festa?

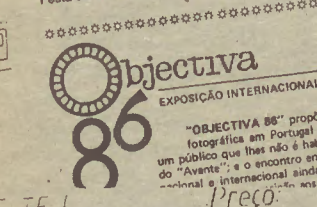
De avião, de comboio, de carro, de bicicleta, etc., etc., são várias as formas de ir à Festa. Mas, não penses que a Festa do Avante! é apenas uma festa de verão. É uma festa de todo o ano. E, por isso, a Comissão Distrital da Festa do Avante! da ORL, quer convidar-te para a Festa do Avante! de Junho/86. A Festa do Avante! é uma festa de todo o ano. E, por isso, a Comissão Distrital da Festa do Avante! da ORL, quer convidar-te para a Festa do Avante! de Junho/86. A Festa do Avante! é uma festa de todo o ano. E, por isso, a Comissão Distrital da Festa do Avante! da ORL, quer convidar-te para a Festa do Avante! de Junho/86.

CLP - 57411573000
Gale - 3854545
Gondomar - 282420969616
Lisboa - 282773
Mafra - 9113255

Valongo - 5715865
V. Verde - 5715000
Póvoa - 5718000
S. Tiago - 50178
Alentejo - 4222

Desporto é saúde

Que o digam as dezenas de participantes na Contida de Saúde integrada nas iniciativas desportivas da Festa do Avante! que se realizou em Junho.



FESTA DO AVANTE!
5 6 7 SET.



A melhor maneira de chegar à Ajuda

«Avante!» a final do torneio de futebol de salão da zona Ocidental.

O jogo, que oporá as equipas do Grupo Desportivo e Recreativo «Armadores» e do Grupo Sportivo «Chinquinho Cruzeirense», vencedoras respectivamente da série «A» e da série «B», disputa-se a partir das 19 e 30.

A equipa vencedora integrará a série «B» do torneio distrital de Lisboa de Futebol de Salão e disputará a sua primeira partida no próximo dia 29, às 21 horas, com a equipa «Argibay», em Alcântara.

Há muitas maneiras de vir até ao Alto da Ajuda. Podemos aí chegar a pé, de bicicleta, de motorizada, de carro ou mesmo de burro. Há, no entanto, uma forma que — em praticidade e em economia — transcende todas as outras: a excursão! Muito bem, dirão. Mas organizar uma excursão não é coisa fácil. Há que saber dos diversos preços, assegurar o número de pessoas necessárias para que «a coisa não vá de botas» do ponto de vista financeiro... Só que nem sempre é assim. Muitas vezes basta-nos pegar em qualquer coisa que escreva, por o nome, assinalar a quantia da primeira e da segunda prestações e comprar uma EP para virmos sem qualquer problema de maior. E porque? perguntar-nos-ão. Porque é que não necessitamos de ter esse trabalho todo de organização? A resposta é muito simples e prende-se com uma preocupação demonstrada pela totalidade da organização do Partido e que consiste muito simplesmente em proporcionar a um maior número possível de pessoas — e por preço módico —



três dias naquela que é a maior festa de Portugal. Por tudo isto, se querem vir até à Festa, dirijam-se aos Centros de Trabalho do PCP. Cheguem lá e digam que querem vir até ao Alto da Ajuda. Cheguem lá e perguntem quais as condições para a cerca de uma centena de excursões programadas para, de todo o País, convergirem em direcção a um endereço que já é histórico: Festa do «Avante!», Alto da Ajuda, Lisboa. Verão, então, que esta é a melhor maneira de se chegar à Festa. Informem-se. Participem. Mas despachem-se, não vá o vizinho do lado fechá-las e reservar o último lugar na excursão...

Dia 3 de Agosto é um domingo. Não o próximo mas o outro logo a seguir. Seria um domingo como qualquer outro deste Verão abafado se, em Sines, não houvesse uma festa do PCP. Seria um domingo igual a tantos outros se na «Festa da Terra e do Mar» não se realizasse o primeiro sorteio da Entrada Permanente da Festa do «Avante!» de 1986. Um sorteio que habilitará todos quantos neste momento já possuem a sua EP a ganharem uma magnífica aparelhagem de alta fidelidade Pioneer e ainda a 100 contos em livros e discos comprados nas livrarias CDL, (no caso do primeiro prémio), ou a 50 contos dos mesmos artigos no segundo prémio. Trata-se, portanto, de uma semana decisiva para a venda da EP. De uma semana onde se têm de multiplicar os contactos com todos os possíveis compradores, em que se têm de fazer porta-a-porta, ir a casa das pessoas, organizar bancas e vendas pelas praias. Uma semana, enfim, que você, se ainda não comprou a sua Entrada Permanente, tem de aproveitar para ir ao Centro de Trabalho mais próximo sem perda de tempo à busca da EP

que, não só o habilita ao sorteio (e quem sabe se este ano não lhe pode calhar a si), mas ainda lhe possibilita três dias de alegria e combaticimento político-cultural do nosso País. Onde, por quatrocentos escudos tem a possibilidade de sentir o Portugal

de Abril, o país que se quer no futuro. Está à espera de quê? Já comprou a sua EP? E você, quantas vendeu? E quantas poderá ainda vender? Não espere que vão ter consigo. Mexa-se, que o primeiro sorteio já está aí à porta!



dia 3 de Agosto há prémios!

Danças e Cantares do Exército Soviético da Região Militar de Moscovo

Imagens de marca dos grupos de danças e cantares do Exército Soviético, as danças acrobáticas dos soldados artistas constituem um espectáculo pleno de imaginação, arrojo e movimento.

Um espectáculo que desde sempre prende plateias de todo o mundo, que até ao último minuto permanecem extasiadas para irromperem em aplausos tantos que fazem destes grupos, vencedores num campo de batalha tão difícil quanto é o da cultura cantada e dançada. Trata-se de um espectáculo a que teremos o privilégio de assistir a 5, 6 e 7 de Setembro no Alto da Ajuda, quando para o palco entrarem os 45 elementos do **Grupo de Danças e Cantares do Exército Soviético da Região Militar de Moscovo**. Quando nos palcos da Festa do «Avante!» surgirem canções que nos falam das suas lutas, das suas batalhas, e dos seus sentimentos. Quando nos palcos surgir aquela alegria esfusante que só nos pode ser dada por homens que sabem por que combatem. Quando nos palcos surgirem canções que perduram no ouvido de todos nós.



Um espectáculo que será de não perder. Quer pela sua qualidade, quer ainda pela sua espectacularidade.

A primeira vez que um grupo de danças e cantares militar soviético se exibiu em Portugal foi logo em 1974. Foram os Marinheiros de Sebastopol.

Uma vez mais assim teremos oportunidade de o fazer na Festa do «Avante!».

O Grupo de Danças e Cantares da Região Militar de Moscovo é um dos muitos grupos de indiscutível qualidade que constituem uma fonte inesgotável para o agrupamento do Exército Soviético dirigido pelo coronel Boris Alexandrov.

Uma oportunidade única que a Festa do «Avante!» proporciona a todos quantos a 5, 6 e 7 de Setembro passarem pelo Alto da Ajuda. Se tem aí a sua agenda à mão assente imediatamente: «na Festa do «Avante!» não esquecer de assistir ao espectáculo do Grupo de Danças e Cantares do Exército Soviético da Região Militar de Moscovo».

Se não tiver uma agenda consigo, pegue numa fita e faça um nó em redor do dedo mindinho.

Mas não se esqueça.



Os Pioneiros precisam de tudo

Os *ateliers* das máscaras, do barro, do papel e das pinturas vão ser, uma vez mais, os reis da festa na zona dos Pioneiros de Portugal.

Trata-se de zonas onde as crianças podem dar largas à sua imaginação. Zonas que de ano para ano fazem a alegria da criança. Esta ano mais uma vez, tudo vai lá estar. Mas para tal, é necessária a ajuda de todos quantos possam contribuir. O apelo dos Pioneiros de Portugal é o seguinte: «vamos rebuscar pela casa. Vamos procurar tudo o que já não precisamos, como pinturas de maquilhagem,

roupas de adulto, chapéus e gravatas, malas, colares, cabeleiras, material para trabalhos manuais... Tudo. Tudo o que pensarmos que possa ser útil, sê-lo-á de certeza». Quando tiverem arrumado a casa depois de terem virado do avesso, então é só entregar tudo o que tiverem conseguido encontrar nos núcleos dos Pioneiros ou ainda na Casa do Pioneiro, que fica na rua Professor Lima Bastos, n.º 140, 1.º -esquerdo, em Lisboa. Os materiais podem ainda ser entregues no próprio terreno da Festa do «Avante!».

Festival da Canção Juvenil

Tudo a postos na Alameda!

Já está tudo a postos para a finalíssima do Festival da Canção Juvenil do distrito de Lisboa, que se realiza no próximo sábado (dia 26) na Alameda D. Afonso Henriques. Depois da realização dos festivais interconcelhos da Amadora e de Odivelas, sábado passado foi a vez de, na Academia de Santo Amaro, se disputar a final relativa ao concelho de Lisboa.

Nesta última realização, participaram 17 intérpretes, cinco de entre eles solistas, tendo assistido ao Festival cerca de 200 jovens. «Encontrarás a Paz», interpretada pelo solista **Hildebrando**, foi a canção vencedora nesta categoria, tendo o conjunto «**Dinamo Ibérica**» vencido na sua categoria com a interpretação do tema «**Alentejo**». Com o apuramento destes dois intérpretes, conhece-se agora a totalidade dos finalistas do Festival da Canção Juvenil de Lisboa que este sábado actuarão na Alameda D. Afonso Henriques, juntamente com a

Brigada Vítor Jara que terá a seu cargo o encerramento do espectáculo que se prevê constitua um êxito, não só pela qualidade dos seus intervenientes, não só pela noite amena que certamente será, mas também pelo vídeo gigante que nos intervalos passará vídeo-clips e que nos poderá trazer alguma surpresa.

Setúbal

Também no passado sábado, realizou-se a final do Festival da Canção Juvenil do distrito de Setúbal. Ao espectáculo, que decorreu no largo do Sapalinho a partir das 21 e 30, assistiram cerca de meio milhão de pessoas. O grupo «**Cantares**» foi o vencedor dos conjuntos, com a sua interpretação do tema «**Terra à Vista**», tendo o solista **Jorge Patrício** vencido ao cantar a sua canção «**Paz em Viagem**». **Carlos Paulo**, vencedor do 1.º Movimento da Canção Juvenil, foi o artista convidado para este espectáculo onde entrevistaram sete conjuntos e oito solistas.



dia 26

• Final distrital de Lisboa

Alameda D. Afonso Henriques, 19 horas, c/Brigada Víctor Jara e vídeo gigante

• Festival distrital de Beja

Anfiteatro da Casa da Cultura, 21 horas

• Açores

Espectáculo em Ponta Delgada

dia 27

• Final distrital de Leiria

São Pedro de Muel, 21 horas, na praia